

LUIS FELIPE RHODEN FREITAS

**A CONSTRUÇÃO INTERSUBJETIVA DA IDENTIDADE
CULTURAL: UMA HIPÓTESE EM LINGUÍSTICA DA
ENUNCIÇÃO**

PORTO ALEGRE

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS

**A CONSTRUÇÃO INTERSUBJETIVA DA IDENTIDADE
CULTURAL: UMA HIPÓTESE EM LINGUÍSTICA DA
ENUNCIÇÃO**

LUIS FELIPE RHODEN FREITAS

ORIENTADOR: PROF. DR. VALDIR DO NASCIMENTO FLORES

Dissertação de Mestrado em TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2012

Para minha mãe

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais (que não vivem juntos há muitos anos): ao meu pai que, mesmo morando longe, sempre aposta em mim e vibra com as minhas conquistas; à minha mãe, que é a pessoa responsável por tudo o que eu sou e por tudo que eu já conquistei. É também graças à trajetória deles por outros estados do país e consequente retorno ao Rio Grande do Sul que me vi, obrigatoriamente, tocado pela questão da língua e da identidade cultural.

Aos meus irmãos e minhas irmãs, tanto os que se definem pela genética, Luciana, Rafael, Carolina e Bruno; quanto os que se definem pela amizade, Marcelo, Cristiane, Cristiano, Moisés, Kellen, entre outros agora menos frequentes na minha vida, mas sempre seguramente amigos. Tanto estes quanto aqueles fazem tudo valer à pena. Ao casal Marcelo e Cristiane Fedrizzi Joenck, muito especialmente, pois a casa deles, onde fui muito bem acolhido no meu retorno a Caxias do Sul, é minha segunda casa lá.

Aos meus colegas de Especialização em Estudos Linguísticos do Texto, Camila, Aldo, Anelise, Eliane, Josete, Heloísa, Gilson, Deise, Daniele, Ulisses, entre outros, que se tornaram amigos e me incentivaram a seguir adiante no engajamento acadêmico (e muitos deles também seguiram adiante). Aos meus colegas e amigos que fiz lá na graduação, sobretudo os que cumpriram esta etapa muito antes de mim, pois, mesmo sem saberem, suas trajetórias sempre me serviram de estímulo e inspiração

Aos meus colegas do mestrado Ingrid Gonçalves Caseira, Fábio Aresi, Paula Daniele Pavan e Sônia Luzia Dalpiaz, entre outros, pela cooperação mútua nas dificuldades e pela amizade de sempre. À Aline Juchem e à Carolina Knack, em especial, que além de colegas são grandes amigas e companheiras (desde a Especialização).

Aos meus alunos, colegas e amigos da EMEF Eng.º Mansueto Serafini, de Caxias do Sul, pela compreensão na ocasião da minha exoneração do município, quando não pude mais conciliar o trabalho na escola e a atividade acadêmica. Em especial à Profª. Elione Subtil Santi, que foi mais do que somente colega, mas uma amiga sempre presente.

Aos meus colegas do IFRS Campus Caxias do Sul; pois não há turma que melhor compreenda a diferença e a interdisciplinariedade que nos constituem profissionalmente e pessoalmente, fazendo do nosso local de trabalho um lugar quase ideal para se juntar a teoria com a prática.

Ao pessoal da Aliança Francesa de Caxias do Sul, sobretudo aos meus colegas Bruno, Vitória, Aline, Letícia, Daísa, Fúlvia e às minhas professoras, Bárbara Michelin e Gisele; pois se hoje sei alguma coisa em língua francesa, é graças a elas, pelo ensino competente, e a elas, pelo estudo cooperativo, e também pela amizade que sempre facilita as coisas.

Aos meus professores de toda a vida, mas principalmente os desta fase em que se aprofunda o debate das questões que me movem: Prof.^a Dr.^a Carmem Luci, Prof.^a Dr.^a Ana Zandwais, Prof.^a Dr.^a Solange Mittmann, e Prof. Dr. Cléo Altenhofen. Ao Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores, muito especialmente, que tem sido um grande inspirador desde a Especialização, e que além disso acreditou neste trabalho, propôs-me o desafio de mostrá-lo viável e, por fim, aceitou me orientar pela segunda vez.

Às professoras que aceitaram ler meu trabalho e compor a banca: a Prof.^a Dr.^a Marlene Teixeira a Prof.^a Dr.^a Magali Lopes Endruweit, que já foram minhas professoras e a quem devo ricos ensinamentos sobre linguística e enunciação; e a Prof.^a Dr.^a Juliana Schoffen, que não foi minha professora – foi minha colega de graduação! - e cuja trajetória acadêmica sempre me serviu de inspiração.

Aos meus alunos destes já dez anos na lida da sala de aula, pois se busco me aprimorar como professor, é por causa deles que encontro minha principal motivação. Às minhas orientandas Luísa Simon Covolan e Karina Costantin, em especial, pois, por serem agora bolsistas no projeto de extensão Jornal do Campus que coordeno, elas me possibilitam atuar como professor num nível mais especializado e ter, assim, minha primeira e riquíssima experiência como orientador.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é fazer uma discussão dentro dos estudos enunciativos, procurando explicar como se constrói a identidade cultural intersubjetivamente. Parte-se da publicação do *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, e seu impacto no movimento estruturalista francês na primeira metade do século XX procurando deixar evidente que a chamada linguística moderna surgiu levando-se em consideração as ditas ciências conexas ou, mais especificamente, as ciências humanas. Após, dentro do campo das ciências da linguagem elege-se a Linguística da Enunciação como uma teoria que permite falar em elementos exteriores à língua, e que serão necessários para explicar, adiante, como os sujeitos em interação produzem determinados sentidos no mundo ao mesmo tempo que negociam suas identidades. A seguir, são trazidos alguns questionamentos dos Estudos Culturais, que é a área teórica exterior ao estudo da linguagem e que traz a discussão sobre as noções de identidade, língua (no sentido geopolítico) e nação na chamada era pós-moderna. Retoma-se, a partir daí, a discussão sobre a linguagem trazendo uma proposta de leitura da obra de Émile Benveniste, a saber, os *Problemas de Linguística Geral I e II*, nas relações que o autor estabelece entre linguagem, homem e cultura. O objetivo desta proposta de leitura de Benveniste é aprofundar o modo como, na enunciação intersubjetiva da língua, os sujeitos constroem a sociedade a partir da linguagem cumprindo determinadas prescrições da cultura do que se deve ou não dizer. O que se verifica, então, são índices passíveis de serem observados que são as identidades culturais, realidade imediata do sujeito, e não a sociedade, realidade teoricamente inatingível através de um estudo da língua. A seguir, faz-se uma discussão necessária para que se atribua estatuto de cientificidade ao corpus que abrange formas complexas do discurso, elegendo o termo “fatos de língua” ou “de linguagem” em detrimento do “dado” observável, que não se aplica a este tipo de teoria. Por fim, encaminham-se as análises que, não sendo suficientemente extensivas, adquirem uma função expositiva de exemplo do que ainda pode ser aprofundado a partir da hipótese sugerida no trabalho.

Palavras-chave: Linguística da Enunciação; Identidade Cultural; Intersubjetividade

RÉSUMÉ

Ce travail a pour but d'élaborer une hypothèse dans les études énonciatives afin d'expliquer comment se construit intersubjectivement l'identité culturelle. Tout d'abord, nous partons de la parution du *Cours de Linguistique Générale*, de Ferdinand de Saussure et son impact sur le mouvement structuraliste français dans la première moitié du XX^e siècle en vue de mettre en lumière le fait que ladite linguistique moderne a émergé en tenant compte des sciences connexes, notamment des sciences humaines. Ensuite, dans le champ des sciences du langage nous choisissons la Linguistique de l'Énonciation comme la théorie permettant de parler des éléments extérieurs à la langue et fortement nécessaires pour expliquer comment les sujets en interaction produisent certains sens dans le monde et négocient leurs identités à la fois. Ensuite, nous présentons quelques questionnements proposés par les Études Culturelles-courant théorique qui se trouve à l'extérieur de l'étude de la langue et qui suscite le débat au sujet des notions d'identité, de langue (vers la géopolitique) et nation dans l'ère appelée postmoderne. Nous reprenons, par la suite, la discussion à propos du langage tout en proposant une lecture de l'œuvre d'Émile Benveniste: *Problèmes de Linguistique Générale I et II*, concernant les relations établies par l'auteur entre le langage, l'homme et la culture. L'objectif de cette lecture est d'approfondir la façon dont les sujets construisent la société à partir du langage dans l'énonciation intersubjective de la langue et comment ils agissent en conformité avec certaines dispositions de la culture. En d'autres termes: ce que l'on doit dire ou ne pas dire. Nous cherchons, cependant, les indices dont l'observation est possible, à savoir: les identités culturelles, la réalité immédiate du sujet, et pas la société, la réalité théoriquement inaccessible à travers une étude de la langue. Après cela, nous entreprenons une discussion nécessaire pour donner le statut de scientificité au *corpus* comprenant les formes complexes du discours, pour ce faire, nous avons choisi le terme «fait de langue» ou «de langage» au lieu des «données» scientifiques qui ne s'applique pas à ce genre de théorie. Enfin, nous faisons des analyses qui ne sont pourtant pas assez exhaustives, mais elles acquièrent la fonction d'exemple déclaratif de ce qui peut être encore approfondie à partir de l'hypothèse suggérée dans le travail.

Mots-clés: Linguistique de l'Énonciation; Identité Culturelle; Intersubjectivité.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1 - A relação da linguística com as ciências conexas	19
1.1 A abertura da linguística aos campos vizinhos.....	19
1.2 “O conjunto dos estudos relativos ao falar humano”.....	29
1.3 A enunciação e os exteriores	32
1.4 Encaminhamentos.....	35
Capítulo 2 - Estudos culturais (identidade cultural e pós-modernidade)	36
2.1 Onde a questão da identidade surge.....	37
2.2 A contribuição dos estudos culturais.....	38
2.3 “O revolucionário impulso vernaculizante do capitalismo”: A questão da língua.....	40
2.4 A noção de identidade	44
2.5 O gaúcho como identidade cultural.....	47
2.6 Encaminhamentos	48
Capítulo 3 - Émile Benveniste: os estudos da enunciação	49
3.1 Estudos de enunciação: a presença de Benveniste.....	50
3.2 Enunciação: a busca pela abrangência da teoria	53
3.3 Leitura trinitária de Benveniste e o fazer científico do estudo da linguagem.....	55
3.4 O homem na língua	58
3.5 "O homem não nasce dentro da natureza, o homem nasce dentro da cultura".....	65
Capítulo 4 - Discussão sobre dado, fato linguístico e as formas complexas do discurso	74
Capítulo 5 - Corpus heterogêneo e possibilidades de análise	79
5.1 Sobre a natureza do corpus	79
5.2 Sobre os termos de análise do corpus.....	83
5.3 Análises	87
Considerações finais - Papos de família	99
Bibliografia	103
Anexos	105

“Os problemas impõem seu calendário. Não podemos abordá-los todos ao mesmo tempo. Ainda há pessoas que dizem que questões de sentido não têm sentido para elas, mas, quando dizem “não têm sentido”, de duas uma: ou sabem o que querem dizer, e *eo ipso* a questão do sentido adquire sentido, ou não sabem, e então sua fórmula se torna sem sentido.”

Roman Jakobson

“Evidentemente abordo o tema [do sentido] como linguista e não como filósofo. No entanto, é necessário ver que não trago aqui qualquer coisa como o ponto de vista dos linguistas; um tal ponto de vista que seja comum ao conjunto ou ao menos a uma maioria de linguistas não existe. Não só não há entre os linguistas uma doutrina reconhecida nesta matéria, mas constata-se entre muitos deles uma aversão a tais problemas e uma tendência a deixá-los fora da linguística.”

Émile Benveniste

INTRODUÇÃO

Este trabalho levanta uma hipótese sobre a questão da identidade cultural, tema tão rico quanto controverso, numa abordagem dentro do terreno da Linguística da Enunciação. A trajetória para se chegar à reflexão que se fez talvez seja tão interessante quanto o trabalho pretende ser, pois: *a identidade cultural é a história que os sujeitos contam de si colocando-se em relação à cultura*. Essa reflexão também perpassa uma trajetória teórica não menos interessante, dos Estudos Culturais à Linguística da Enunciação. Esse “contar de si” não é nunca falar ao vento, pois todo dizer permeado de conteúdo acontece entre pessoas, acontece quando sujeitos estão em interação com outros sujeitos em situações de enunciação específicas, situações de uso da língua. Ou como diria Benveniste, “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem”. Postos estes primeiros elementos em cena: os sujeitos, o conteúdo - que são os discursos sobre identidade cultural - e a língua; tem-se o básico dessa dissertação. Contudo, ainda que o trabalho possa fazer parte de um programa maior inconcluso, e que esteja sempre começando (a metassemântica¹ de Benveniste, talvez), é imperativo dizer que essa questão específica parece estar recém sendo posta, e não há como se pretender encerrar uma discussão que apenas começa. Em virtude disso, inúmeras outras questões podem surgir ao longo desse trabalho, que se insere em uma abordagem interdisciplinar.

Gostaria, antes de iniciar o olhar científico do trabalho, de fazer como Bauman, Bhabha², entre outros, de contar um pouco da minha narrativa, pelo menos, obviamente, a parte que goza de importância para este trabalho.

Consegui muitas vezes ser gaúcho e não-gaúcho ao mesmo tempo. Isso não é

¹A discussão sobre a metassemântica, proposta por Benveniste, será retomada adiante, mais especificamente no capítulo 3, e como este trabalho se encaixa nesta proposta.

² Os teóricos dos Estudos Culturais aos quais tivemos que recorrer são principalmente três: Zigmunt Bauman, Benedict Anderson e Stuart Hall. Referimo-nos à “narrativa” porque parece ser praxe em suas disciplinas utilizar a narração da experiência pessoal como modo a justificar um ponto de vista. Bauman e Bhabha, mais precisamente, lançam mão dessa estratégia em suas obras que estão presentes na bibliografia deste trabalho. Estamos cientes de que a noção de “narrativa” e o seu uso tanto nos Estudos Culturais quanto Literários atinge complexidades muito maiores. No entanto, não aprofundaremos esta discussão porque isto fugiria ao objetivo dessa dissertação.

necessariamente uma contradição minha, mas uma contradição entre discursos, coisas que aprendi a observar. A minha “narrativa”, resumidamente, é o que segue. Minha certidão de nascimento atesta meu nascimento na capital federal, Brasília. Meus pais, embora fossem ambos de Porto Alegre (nascidos e crescidos lá), trabalharam por alguns anos em Brasília, e foi nesse período de seu casamento que tiveram seus quatro filhos. Quando foi possível a transferência do serviço público federal para Porto Alegre, em 1983, ano do nascimento da minha irmã caçula, “voltamos” todos para a “nossa terra”. E uso aspas para provocar o efeito de distanciamento, ao mesmo tempo que, pela escolha dessas palavras, evoco discursos sobre os movimentos de exílio e retorno. Na verdade, os únicos que efetivamente “voltaram” para algum lugar foram meus pais. Seus filhos já nasceram em outro lugar, distante cerca de 2027km de Porto Alegre (de acordo com o site do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT).

Se meus irmãos e eu tivéssemos crescido em Brasília, concordo que seríamos brasilienses de fato e de direito. Mas o retorno de meus pais a Porto Alegre ocorreu quando eu completaria seis anos de idade; minha irmã mais velha, sete; o terceiro, dois; e a caçula viajou com menos de seis meses de vida! A questão relativa à nossa identidade cultural surge a partir desse retorno, porque nos foram fornecidas certidões de nascimento da comarca de Brasília, e isso ficará registrado em nossos documentos de identidade, não importa quantas vezes as refizemos. Nessa perspectiva que é do Direito, que é documental, pesa o discurso - frágil, veremos adiante - de que a identidade, aqui já não me referindo simplesmente ao documento, mas ao discurso sobre a identidade, é aquela do lugar onde se nasce.

A partir do retorno de meus pais, e de nossa “pequena diáspora”, quase antes da idade escolar³, podemos dizer que não crescemos na cidade onde nascemos, não tendo exatamente adquirido sua cultura. E mesmo pelos oito ou nove anos em que meus pais viveram na capital federal, qualquer tentativa de se atribuir “cultura”, “sotaque”, e mesmo “identidade” à população residente em Brasília nas décadas de 1970 e 1980, arrisco dizer, será mentirosa ou desinformada. Brasília havia sido inteiramente construída na década de 1950, a partir do projeto do famoso arquiteto e “no meio do nada” para ser a sede política do país, onde primeiro moraram somente pessoas nascidas em quaisquer outros estados e cidades, menos ali (o que impossibilita, por assim dizer, uma “cultura local” mais ou menos homogênea, se é que

³Minha irmã mais velha e eu já tínhamos começado a frequentar a escola; os dois menores, não.

isso de fato existe, por décadas). Ou seja, a “cultura brasiliense” pertencia a outros lugares, sobretudo em suas primeiras décadas de existência. Posso dizer, inclusive, que provavelmente faço parte, juntamente com meus irmãos, dos poucos primeiros milhares de cidadãos nascidos em Brasília. No entanto, nós lá não permanecemos.

Se há, por um lado, muito pouco a se dizer do lugar de origem, por outro lado muito há para se dizer do lugar de destino. Nascemos num lugar sem “uma” cultura, e crescemos num lugar onde, constantemente, através dos discursos sobre *o que é ser gaúcho*, propõe-se a homogeneidade e unidade da cultura. Em termos de criação, sotaque, práticas culturais, e etc, da mais velha à mais nova, somos inegavelmente porto-alegrenses (ou gaúchos?). Mas o documento de identidade diz que somos brasilienses. Embora esses fatos não atestem verdades contraditórias entre si, tanto que é possível acontecerem com muita gente, eles fazem chocar-se discursos contraditórios. Não que isso seja um problema na vida, no sentido de algo que precisa ser resolvido. Mas certamente atesta um problema de identidade cultural de sujeitos, que é interpretado e ressignificado a cada vez que emerge no seio das interações humanas, em situações de enunciação, para dizê-lo mais especificamente, e este é o cerne da nossa questão. Eu não diria que não é um problema se ele jamais tivesse emergido a despeito da nossa própria vontade. Emerge seguidamente nos debates cotidianos sobre o assunto, e somos constantemente convocados a nos posicionar, tendo aparentemente a opção de *rejeitar* ou *aderir* aos discursos sobre as identidades locais. Em resumo, o problema da identidade cultural, quando não se pretende considerá-la estática ou fixa, mas dinâmica e mesmo fugaz, pode-se dizer que sua constituição nos sujeitos se dá em situações de enunciação.

Cabe propor-se a seguinte questão: quando nos damos conta desse tipo de problema de identidade cultural, que é algo que desafia a lógica do direito pátrio e da geografia política? Pareceria ser inquestionável a identidade documental: eu sempre fui um brasiliense morando em Porto Alegre. Uma vez, já aos vinte e três anos, numa viagem à Brasília⁴, conheci uma estudante que era, por assim dizer, uma espécie de meu negativo, meu oposto: ela era nascida em Porto Alegre, mas tinha vivido desde criança em Brasília. Concordamos, em tom de brincadeira, que eu estava mais para porto-alegrense e ela estava mais para brasiliense, bastava um escutar o sotaque do outro para sentirmos como o do outro era “estrangeiro”. Era nessa época que eu recém tinha adquirido algum conhecimento de sociolinguística, que

⁴Não visitávamos Brasília pois nem família temos lá. Essa visita que fiz a minha “terra natal” deveu-se a questões de estudo quando eu era estudante de graduação em Letras.

postula explicar a “origem” ou o “pertencimento” dos sujeitos falantes através de marcas fonológicas, mas não conseguiria explicar (nem o recorte sociolinguístico e muito menos eu) o significado daquele encontro com a *guria* que era meu oposto. Eu não poderia colocar em palavras a complexidade daquele evento. Tal encontro foi, de certa forma, uma experiência marcante para mim, mesmo sem poder interpretá-lo, enquanto que para quem eu contaria posteriormente, a história nunca passava de uma situação inusitada, quase anedótica. Em Porto Alegre, por outro lado, mesmo sendo “aparentemente” gaúcho, a questão da identidade também não deixava de emergir constantemente. Para dar um exemplo mais frequente, meus amigos de infância (de Porto Alegre), ainda hoje, usam o critério de nascimento quando querem me *desautorizar* nos bate-papos informais sobre as “dicotomias gaúchas” (Inter e Grêmio, PT e anti-PT, gaúcho e brasileiro, entre outras⁵). Isto é, se no debate meu argumento está sendo melhor, eles sempre podem dizer algo como “mas 'tu' não conta, tu é de Brasília”, porque parece que, mesmo numa conversa informal, eu não estou inteiramente autorizado a falar no lugar de um gaúcho⁶.

A grande afirmação, ou algo com esse efeito, da minha identidade de porto-alegrense, no entanto, um dia veio. Para falar de contradições, posso não ser gaúcho sempre, sem deixar de ser porto-alegrense. É imperativo colocar a seguinte questão – existe, possivelmente, uma sobreposição de identidades locais, regionais e nacionais, e elas podem ser contraditórias? Quando fui morar em Caxias do Sul, distante de Porto Alegre cerca de 126 km, aos 30 anos, houve um deslocamento do conflito de identidade. Se antes eu era, por diversas vezes, um brasiliense em Porto Alegre, em Caxias do Sul passei a ser um “porto-alegrense vivendo em Caxias”, sem que eu precisasse fazer essa opção deliberadamente. A afirmação da minha identidade de porto-alegrense veio através do reconhecimento dos interlocutores caxienses. Isto é, pelo meu sotaque, hábitos, coisas assim (que são diferentes entre uma cidade e outra devido à influência anterior dos municípios, sua colonização e história), sempre sou reconhecido como vindo (nascido ou criado, indiferentemente, nesse contexto) da capital do estado⁷. Isso me permitiu chegar à seguinte conclusão para esta situação de afirmação, pelo

⁵Os exemplos são, respectivamente: de times de futebol locais; simpatia a um partido político e os contra ele; e os adjetivos pátrios que já compõem a própria discussão sobre identidade cultural. Estas ditas “dicotomias” são excludentes – ou se é uma coisa ou se é outra - pois, segundo o senso comum do “gaúcho” a respeito de si, os elementos da sua identidade são imodificáveis e inegociáveis, embora isto não seja inteiramente verdade.

⁶Veremos adiante que, nessa tentativa de homogeneização dos discursos da cultura gaúcha, aqueles que divergem do senso comum, mesmo se nascidos no Rio Grande do Sul, podem adquirir o rótulo de “então tu não é gaúcho”.

⁷Embora sejam cidades relativamente próximas, há diferenças culturais bastante notáveis entre elas. Em primeiro lugar, as nacionalidades europeias que ocuparam estes lugares são distintas. Porto Alegre foi colonizada por

outro, da minha identidade: quando eu vivia em Porto Alegre, não se notava em mim diferença cultural ou linguística para ter minha identidade definida como *de outro lugar*, diga-se brasileiro; nem como *do lugar*, isto é, porto-alegrense, pois esta acabava se dissipando nas semelhanças. Era como se eu não tivesse uma identidade própria; precisava emprestá-la constantemente dos porto-alegrenses, tendo ouvido durante minha vida inteira comentários como “ele é de Brasília, mas já está bem adaptado à cultura gaúcha”. Em Caxias do Sul, por outro lado, onde as diferenças passaram a ser marcadas a cada interação cotidiana, adquiri o status de porto-alegrense sem nunca precisar dizer “eu me considero porto-alegrense”. Quando não se é do lugar (e às vezes até quando se é), precisamos, através de uma argumentação como num diálogo, que exponha uma história particular justificável, para se conquistar o direito de pertencer a um “lugar”. Com diria Bauman, sempre há algo a se negociar no jogo das identidades:

Estar total ou parcialmente “deslocado” em toda parte, não estar totalmente em lugar algum (ou seja, sem restrições e embargos, sem que alguns aspectos da pessoa “se sobressaiam” e sejam vistos por outras como estranhos) pode ser uma experiência desconfortável, por vezes perturbadora. Sempre há alguma coisa a explicar, desculpar, esconder ou, pelo contrário, corajosamente ostentar, negociar, oferecer e barganhar. Há diferenças a serem atenuadas ou desculpadas ou, pelo contrário, ressaltadas e tornadas mais claras. As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infiltradas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. (..) Pode-se reclamar de todos esses desconfortos e, em desespero, buscar a redenção, ou pelo menos o descanso, num sonho de pertencimento. (Bauman, 2005, pg. 19)

Essa “negociação” de que fala Bauman, um sujeito definindo-se para si ao mesmo tempo que se define para o outro, tem na sua essência a emergência dos sentidos construindo-se no discurso. Isso nos leva, num primeiro momento, para os estudos da linguagem, de semântica e de discurso. Falamos de estudos linguísticos porque os dados de análise são, da língua, os enunciados, e que podem ser observados em seus diversos níveis sobrepostos. Falamos de semântica porque é o estudo do sentido dos enunciados analisados. Falamos de discursos porque estes fazem, de certa forma, as unidades semânticas que compõem os textos, orais ou escritos.

casais açorianos ainda no século XVIII e atualmente conta com influências, senão do mundo todo, pelo menos de várias partes do globo terrestre. Caxias, por outro lado, foi colonizada principalmente por italianos no começo do século XX tendo permanecido, até há algumas décadas, uma cultura própria fechada a influências externas. Em segundo lugar, a posição geográfica – Porto Alegre é uma cidade portuária numa planície e Caxias do Sul é uma cidade de serra cujo acesso, em seu começo, era dificultoso – favoreceu, respectivamente, maior e menor contato com outras comunidades.

A metáfora de Bauman, que diz que “as 'identidades' flutuam no ar”, para este trabalho, pode bem ser entendida como os sentidos que preenchem o espaço discursivo, dos quais os sujeitos se valem para se significarem. Se quisermos, ainda, tornar essa questão ainda mais específica, falemos de enunciação intersubjetiva, que é esse momento, talvez inapreensível (ainda que teorizável) em que a língua se converte em discurso e os sentidos são produzidos pelos sujeitos que aí interagem. E isto nos leva para a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, que será retomada em capítulo específico. A partir dessa questão que, para Bauman, pode ser considerada incômoda, mas que é constitutiva da nossa identidade na (pós) modernidade, pensamos propor esse trabalho que relaciona os discursos sobre identidade cultural aos quais aderimos ou rejeitamos, com suas marcas na enunciação da língua.

Contudo, estamos conscientes das, talvez, inúmeras controvérsias – sobretudo nas sagradas áreas da linguística *stricto sensu* – que um trabalho que ousa (por buscar elementos de análise fora do sistema estritamente linguístico) pode levantar. Cabe, portanto, justificá-lo para além da questão formal da escrita dissertativa. Lançamos mão, portanto, de inúmeros motivos que justificariam, se não um trabalho determinante do assunto, pelo menos um que se pretenda enquanto hipótese de abordagem e de levantamento de elementos que relacionam língua e cultura.

(1) As questões sobre identidade cultural são de grande e crescente importância na chamada pós-modernidade, aqui identificada como o período histórico de nossa existência, e nós, os linguistas, não podemos nos omitir em abordar (ou simplesmente procurar ampliar o debate sobre) as questões contemporâneas que, de alguma forma, são relacionadas a questões de linguagem. (2) É possível, ao lançarmos um olhar de um ponto de vista diferente para um dado objeto de estudo, propor questionamentos, não necessariamente respostas definitivas, mas sim fazer a discussão no intuito de ampliar o debate para as disciplinas envolvidas. (3) Émile Benveniste, com a Teoria da Enunciação⁸, teria nos deixado pistas de um trabalho a ser desenvolvido e que, considerando as “duas maneiras de ser língua: semiótica e semântica”, ainda tenha deixado muito a ser explorado, sobretudo em relação a questões de sentido. Também neste ponto, cabe lembrar que uma importante proposição de Benveniste para a linguística a partir da hipótese desenvolvida no artigo *Semiologia da língua*; análises que levassem em conta simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua ultrapassando a

⁸A Teoria da Enunciação de Benveniste não foi formalmente postulada enquanto um quadro teórico sendo, portanto, uma teoria “inacabada”.

noção do signo saussuriano e, com isso permitindo, além da abordagem semiótica, a do signo, uma outra que o linguista chamou de semântica da enunciação, ou “metassemântica” (PLG II, pg 67)⁹, cujo objeto são, em hipótese, as “formas complexas do discurso” (idem, pg 90). (4) A chamada pós-modernidade, e os estudos sobre ela, têm levantado questões que talvez antes nem tivessem relevância ou nem mesmo pudessem ser postas – isso em virtude do contexto sócio-histórico global que vem se reformulando a contar de algumas décadas (globalização, intercâmbios, abertura de mercados, avanços tecnológicos, etc) e que obriga os sujeitos a, também, reformularem-se. (5) Émile Benveniste, além da visão digamos, mais ou menos estritamente linguística, observada no item 3 acima, também propõe – sem necessariamente chegar a desenvolvê-la, uma visão antropológica da linguagem que relacione homem, língua e cultura, e como essas coisas se desenvolveram concomitantemente interdependentes umas das outras. Se o que chamamos antes de “inúmeros motivos” parecem aqui apenas cinco pontos específicos, não terá sido sem um grande desejo de concisão, pois cada um desses pontos renderiam muitos outros.

Ainda, uma outra justificativa à parte, mas de extrema importância para a compreensão do trabalho que se propõe, é a que nos leve a perceber que a questão da identidade cultural pode e deve, sim, ser considerada uma questão de estudo de língua e de linguagem. Desde a noção básica de sotaque como origem etnográfica, como os estudos de William Labov¹⁰, a relação do falante com a língua que fala, até os discursos – e os sentidos - construídos sobre as identidades culturais; são objetos de estudos linguísticos diversos. Nossa trajetória, contudo, dentro dos estudos da linguagem nos levam para uma questão bastante específica: a identidade cultural quando construída intersubjetivamente, em seu íterim próprio, analisável através das marcas nos enunciados.

No breve mergulho que se faz na obra de Émile Benveniste, além de uma questão que é muito própria de língua – a enunciação – encontramos também seus apontamentos sobre a teoria do homem na língua e sua relação com a cultura. É a partir disso que surgem as hipóteses que percorrem este trabalho. Se podemos falar, por um lado, que a “língua *re*-produz a realidade” (2005, pg. 26), e que a cultura possa estar, de alguma forma, subordinada a uma ordem semiológica, quiçá, a ordem de funcionamento da língua, além de estar

⁹Usamos, para nos referirmos às principais obras de Émile Benveniste, os Problemas de Linguística Geral, a sigla PLG, seguida dos números romanos I e II.

¹⁰Norte-americano considerado um dos principais fundadores da Sociolinguística.

constituída coletivamente através da emergência dos sentidos nos discursos, podemos também argumentar que as identidades culturais se constroem na enunciação e não “anteriormente”, como se costuma supor? E se além das identidades culturais, realidade imediata de qualquer sujeito, posto que responde à pergunta “quem sou eu?”, a cultura como um todo, não é ela um “produto”, na falta de um termo melhor, do que a língua, com seus limites e possibilidades, nos permite produzir discursivamente? Estas questões norteiam este trabalho.

Se quiséssemos falar em expectativas pessoais ao se fazer uma abordagem enunciativa da questão da identidade, questão que é de certa forma incômoda para o sujeito que a “experimenta” e que nunca a encontra definitivamente resolvida nem na teoria das diversas ciências do homem, pode-se dizer que toda a expectativa nesse sentido é satisfazer uma busca íntima, de entendimento de si mesmo. E a partir dessa busca que é talvez pessoal, mas que não deixa de ser uma pesquisa no rigor do sentido acadêmico e científico, esperamos poder propor, senão respostas amplamente satisfatórias para a questão posta, pelo menos um novo direcionamento para um caminho na teoria ainda não muito explorado para questões dessa natureza, isto é, que relacionam o sujeito com a sua língua e com a cultura.

No que se refere aos desdobramentos metodológicos da escrita do trabalho acadêmico, adiantamos que o trabalho estará dividido em cinco capítulos de desenvolvimentos, além das outras partes como Introdução, Considerações Finais, Bibliografia e Anexos, como resumidos a seguir. O primeiro tratará da noção de ciência linguística, seu conjunto de estudos, e da relação da linguística com as ciências conexas. O segundo tratará dos estudos culturais e a questão da identidade cultural dos sujeitos na pós-modernidade, de acordo com os questionamentos de Stuart Hall, procurando explorar a noção de comunidades imaginadas postulada por Benedict Anderson, além das contribuições de Bauman. No terceiro capítulo vamos nos deter nos estudos de enunciação de Émile Benveniste e, a partir deste autor, na proposição da relação entre homem, língua e cultura. No quarto capítulo será feita uma discussão sobre o que é dado para um trabalho em Linguística de Enunciação, fazendo, enfim, a opção pelo termo “fato de língua” (ou de linguagem), o que nos permitirá falar de um conjunto de enunciados cujos contornos semânticos num corpus mais ou menos coerente é derivado de um ponto de vista do analista da enunciação. Na quinta parte, serão feitas algumas análises de enunciados onde se pode observar as marcas da enunciação em que os sujeitos definem-se culturalmente e negociam suas identidades em movimentos de adesão,

rejeição da própria identidade em relação a discursos sobre o lugar, bem como inclusão e exclusão do outro em relação a tais discursos. Na última parte, onde é retomada a narrativa desta introdução em primeira pessoa, será feita uma reflexão sobre a trajetória do texto, juntamente com umas considerações finais sobre o trabalho teórico realizado.

Capítulo 1

A relação da linguística com as ciências conexas

Neste capítulo, trataremos da relação da linguística, sobretudo a partir da delimitação do objeto “língua” no *Curso de Linguística Geral* (doravante, CLG), com as ditas ciências conexas. Primeiramente será feita a discussão sobre uma possível “abertura” da linguística aos campos vizinhos. A necessidade dessa discussão se dá pelo fato de que a língua, tomada enquanto objeto a partir do CLG, passa a ser entendida como uma entidade de análise autônoma, se assim podemos dizer. Contudo, há uma profusão de releituras da obra de Ferdinand De Saussure, tanto do CLG como outros escritos, alguns deles apenas recentemente descobertos e disponibilizados à sociedade acadêmica, que nos permitem compreender, a partir da própria obra do mestre genebrino, como a linguística¹¹ foi pensada em relação às ciências conexas.

Em segundo lugar, trataremos da possibilidade de alcance da linguística quando posta a serviço de diversas outras áreas, evidenciado esse diálogo interdisciplinar que tem consagrado a linguística enquanto conjunto de ciências da linguagem que está sempre a se renovar. Na terceira parte, trataremos de uma abordagem específica da Linguística da Enunciação em que Authier-Revuz (2004) baseia-se em fatores extralinguísticos para justificar um fato linguístico, para apresentar resumidamente uma possibilidade de análise e proposição teórica dentro do campo da linguística da enunciação.

1.1 A abertura da linguística aos campos vizinhos

A linguística, em uma de suas ramificações, investiga e descreve a língua a partir de seu interior, isto é, de seu funcionamento como um sistema autônomo. Contudo, essa autonomia do sistema só pode ser vista, senão, como uma abstração, a partir de uma dada concepção teórica. Na prática, a língua e seus usos são vistos como indistintos e inseparáveis

¹¹Referimo-nos aqui à chamada linguística “moderna” pós-saussuriana, e produzida a partir da publicação do CLG.

pelos falantes. “Língua”, “uso”, “falantes”, etc., quando em funcionamento, são uma coisa só (no sentido de que um desses elementos não acontece sem o outro), a não ser quando tomados como objetos de investigação científica. Neste caso, tais elementos podem ser, teoricamente, separados uns dos outros e analisados cada um deles como se tivessem um fim em si mesmos, isto é, como se pudessem existir isoladamente. Mas isso nem sempre foi assim. Como está dito no CLG, “até agora a língua sempre foi abordada em função de outra coisa” (Saussure, 2006 pg. 24-5). Esta citação que testemunha (autorreferencialmente, pois este “agora” refere-se à publicação do próprio texto do CLG) o valor também histórico da obra torna evidente que o estudo da língua já havia passado por momentos de, digamos, “abertura”, e que se entrava em um movimento de “fechamento”, isto é, de uma delimitação mais ou menos precisa do objeto “língua”, que pode a partir daí ser tomada como tendo um fim em si mesmo.

Tem-se consciência de que uma abordagem assim talvez nem seja procedente, e que se pode estar fazendo confusão entre a delimitação de um objeto e o dito “fechamento” da linguística a outras áreas. Contudo, talvez não haja nada na literatura de linguística em geral que, muito enfaticamente, destrua esta hipótese. Pode-se dizer, por outro lado, que uma abordagem de história das ciências linguísticas que considere a relação do objeto língua, do interior dos estudos da linguagem, com objetos de outras áreas ditas conexas, ainda não tenha sido realizada. Mas é possível, para esta abordagem a ser sugerida, prever algumas dificuldades, pois todas as abordagens existentes acabam por delimitar o objeto língua atribuindo valor, digamos, hierárquico, às linguísticas. Mattoso Câmara, por exemplo, em obra dedicada à história da linguística, é enfático ao dizer que as abordagens anteriores à linguística produzida a partir de meados do século XIX na Europa não são linguística: o 1º capítulo de seu livro chama-se “Abordagens diferentes ao estudo da linguagem. Pré-linguística, paralinguística, *linguística propriamente dita*¹²” (Câmara Jr. 1975 pg. 15, grifo nosso) e depois acrescenta que:

A linguística é uma ciência nova. Começou a existir na Europa em princípios do século XIX sob o aspecto de um estudo histórico, como veremos mais tarde. Antes dessa época encontramos apenas a *pré-linguística* e a *paralinguística* na cultura

¹²Não podemos nos esquecer de que há ocorrências do sintagma “linguística propriamente dita”, no CLG, na página 11 e na página 26, e que os autores do texto, fossem os editores Bally e Sechaye ou o transcrito professor Saussure dos cursos, teriam tido uma intenção ao enunciá-lo. Numa das partes mais controversas do CLG, onde se exclui a linguística da fala em detrimento da linguística da língua, está dito: “Será, porém, necessário não confundir [a linguística da fala] com a Linguística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua” (Saussure, 2006 pg. 28). Na esteira da divisão saussuriana do que é linguística e do que não é, Mattoso Câmara refaz a mesma divisão e coloca o sintagma citado como título, afirmando seu ponto de vista.

ocidental. Não há qualquer tipo de linguística na cultura oriental, mesmo nos países mais adiantados então, ou seja, a China e a Índia antigas. O estudo filológico e o estudo filosófico da linguagem foram lá oferecidos, algumas vezes, com eficiência brilhante. Deve ter havido, naturalmente, *O Estudo do Certo e Errado*. A linguística, porém, não evoluiu desses esforços. (id. pg. 20)

Este ponto de vista expresso por Mattoso Câmara Jr. não é, de forma alguma, consenso nem entre linguistas nem entre historiadores da linguística. A história das ciências da linguagem não é, necessariamente, menos complexa do que “as linguísticas” descritas historicamente. Isso, em muito, deve-se ao fato de que o linguista historiador opta por uma abordagem que considere as linguísticas hierarquicamente, e toda linguística tem, naturalmente, algo a dizer sobre o objeto língua.

A discussão em torno do impacto provocado pelo CLG na linguística não é nunca, no entanto, pacífica. Como diria François Dosse “pode-se indagar se houve, efetivamente, um corte entre uma linguística pré e pós-saussuriana (...). Alguns insistem mais sobre a descontinuidade que ele representa e outros sobre uma mudança mais contínua”. (Dosse, 1993 pg. 67).

Assim, se refizermos brevemente a história das ciências da linguagem, sobretudo a partir do corte saussuriano, que é o nosso ponto de partida na linguística, teremos talvez recortes metodológicos ora isolando a língua, ora relacionando-a com as mais diversas situações de uso; ou melhor dizendo, relacionando o “recluso” sistema linguístico com diferentes objetos também recortados da realidade. Dessas relações teóricas surgiram os sintagmas como “língua e linguagem” (quando estas delimitam, obviamente, objetos diferentes), além dos inúmeros compostos de língua e/ou linguagem com os enumeráveis objetos parceiros: antropologia, sociedade, cultura, comunicação, ensino, pensamento, ideologia, poder, fala, etc. Isso sem falar nas áreas tangenciais que Weedwood, (2002, pg. 12), chama de “macrolinguística”, como a psicolinguística, a sociolinguística, etc., que relacionam a língua com uma dimensão da realidade em que ela acontece.

Nesse sentido, nunca é realmente novidade uma investida teórica que relacione a linguística, ou seu objeto, com uma área ou objeto com os quais se possa fazer relação. É verdade que à linguística ocidental dos séculos XVIII e XIX, sobretudo a praticada na Europa, a chamada “gramática comparativa” e suas investigações genéticas a partir da hipótese do

indo-europeu, faltava cientificidade, conforme o próprio CLG¹³. Em decorrência disso, de acordo com os princípios cientificistas positivistas, isolou-se o objeto “língua” de seus arredores, cujo estandarte simbólico, por exemplo, é a separação da *langue* e da *parole*¹⁴, o que despontou com a teoria postulada pelo CLG da língua-sistema: “a língua é um sistema que conhece somente a sua ordem própria” (Saussure, 2006 pg. 31). Entretanto, uma hipótese produtiva é que em virtude da linguística que se faz a partir do recorte saussuriano, mas também, sobretudo, dos movimentos de “abertura” da virada pragmática, incluindo os estudos enunciativos, como veremos a seguir, possibilitou-se justamente relacionar teoricamente o objeto “língua” com outros objetos. Cabe ressaltar que as perspectivas epistemológicas a partir dessa possibilidade são muito diferentes do que se fazia na era pré-saussuriana, se quisermos chamar a ambos os períodos de momentos de “abertura”.

Falando-se em abertura, podemos elencar dois tipos distintos; os que estabelecem uma relação teórica, como os da antropologia linguística, e os que propõem uma relação constitutiva do fato da língua com uma exterioridade linguística, como veremos posteriormente.

A era saussuriana, jamais efetivamente abandonada, mas apenas recentemente retomada e “enriquecida”, frutificou bastante dentro de e durante a vigência do movimento que ficou conhecido como o Estruturalismo, e que teve seu maior florescimento intelectual, sobretudo, na França no século XX, mas não somente. De modo aparentemente paradoxal, durante algumas décadas de intensa produção intelectual dos teóricos do Estruturalismo, a linguística pareceu experimentar ao mesmo tempo um movimento de abertura e um movimento de fechamento em relação a outras áreas e a objetos de outras áreas. Tem-se, por um lado, sobretudo devido a uma via interpretativa (uma possibilidade de leitura) do CLG, um movimento de fechamento¹⁵. Tem-se, por outro lado, sobretudo devido ao interesse dos antropólogos dos EUA na linguística, um movimento de abertura em parte graças à iniciativa

¹³“A ciência que se constituiu em torno dos fatos da língua passou por três fases sucessivas antes de reconhecer qual é seu verdadeiro e único objeto. Começou-se por fazer o que se chamava de ‘Gramática’. Esse estudo, inaugurado pelos gregos, e continuado principalmente pelos franceses, é baseado na lógica e está desprovido de qualquer visão científica e desinteressada da própria língua; visa unicamente a formular regras para distinguir as formas corretas das incorretas; é uma disciplina normativa, muito afastada da pura observação e cujo ponto de vista é forçosamente estreito.” (Saussure, 2006 pg. 7)

¹⁴É na dimensão da *parole* que estariam os usos singulares que os falantes fazem da *langue*, o que não deveria comprometer um objeto que pudesse ser observado como funcionando sistematicamente, isto é, independente das individualidades.

¹⁵O que podemos notar, dentre tantos exemplos possíveis, na fala de Mattoso Câmara citada anteriormente.

de Roman Jakobson, que se encontrava em um exílio de seu país havia vários anos¹⁶.

Como observa François Dosse, em *A História do Estruturalismo*, um desses momentos importantes de abertura da linguística a uma outra área específica, deu-se a partir da amizade (decorrente das relações acadêmicas) entre Roman Jakobson, linguista, e Claude Lévi-Strauss, antropólogo:

Esta amizade culminou na unidade e na integração recíproca de seus respectivos trabalhos: Lévi-Strauss tomou emprestado o modelo fonológico no qual Jakobson o iniciou e Jakobson abriu a linguística à antropologia. Eles compartilhavam metodologia, ideias e dinamismo. (Dosse, 1998 pg. 52)

O texto de Dosse, cujo epíteto dirigido a Roman Jakobson era “o homem-orquestra” remete-nos ao texto “A linguagem comum dos linguistas e dos antropólogos”, de Jakobson, cujos comentários sobre o “isolacionismo” a que tendera a linguística são muito interessantes. Na ocasião da enunciação do referido texto, uma conferência de antropólogos e linguistas na Indiana University (EUA) de 21 a 30 de julho de 1952, o mestre faz abertos elogios à interdisciplinaridade pretendida na conferência, lembrando aos conferencistas (bem como a nós, seus leitores de muitas décadas depois) que os recortes metodológicos são, na verdade, artificiais:

Como foi muito bem expresso aqui, não podemos verdadeiramente isolar os elementos, mas tão somente distingui-los. Se os tratarmos separadamente no processo de análise linguística, deveremos sempre lembrar-nos do caráter artificial de uma tal separação. Pode-se estudar o nível morfológico da linguagem fazendo abstração do nível fonológico. Pode-se estudar o nível formal sem referência ao nível semântico, e assim por diante. Mas entendemos que, agindo assim, tudo se passa como no caso de uma filtragem acústica – podem-se excluir, por exemplo, as altas frequências ou, pelo contrário, as baixas frequências; num caso e noutro, sabemos que se trata simplesmente de um método de experimentação científica. De igual maneira, é muito interessante observar um jogo de cabra-cega: como se comporta uma pessoa de olhos vendados? Que podemos dizer da linguagem quando nada sabemos das significações? É muito instrutivo ver correr uma pessoa com movimentos embaraçados, como nas corridas de sacos. Ninguém, entretanto, pretenderá que se corre melhor e mais depressa com as pernas presas em um saco do que com elas livres. Assim, nos damos conta, cada vez mais, do fato de que nosso objetivo supremo é a observação da linguagem em toda a sua complexidade. (Jakobson, 2010 pg. 18-9)

As metáforas vistas nesse trecho também são dignas de uma consideração sobre, salvo exagero, todo fazer científico. Os ditos recortes metodológicos, assim como as pessoas nos jogos de cabra-cega e corrida do saco, acarretam limitações. Isto é, ao se delimitar um objeto

¹⁶Judeu e russo, primeiro ele havia deixado a Rússia por causa do governo soviético totalitário e depois deixou o continente europeu por causa da disseminação do nazismo em grande parte da Europa.

teoricamente descolando-o de sua ampla e complexa realidade, algo se perde. O que não se deve perder de vista é que tais objetos, ditos “isolados”, pertencem a uma realidade complexa, e que, talvez, de tanto que se os isola, os objetos possam perder o liame com a realidade que lhe deu origem.

O isolacionismo nos estudos da linguagem a que Jakobson faz referência, salvo um equívoco de interpretação nosso, deu-se prolificamente a partir do CLG no que, até hoje, pode ser considerado um avanço para as ciências da linguagem. A delimitação mais ou menos precisa de um objeto da linguística permitiu (e ainda permite) a delineação menos confusa de estudos, interdisciplinares ou não, que lidam com questões de linguagem.

O Estruturalismo teve, por muito tempo, um enorme impacto nos estudos da linguagem, no sentido de se priorizar um certo tipo de análise de um grupo de dados, sobretudo fonológicos e morfológicos. Questões de sentido, questões relacionadas aos sujeitos de linguagem, e questões relacionadas ao uso individual podem ter sido relegadas a um segundo plano, não só como variáveis a serem isoladas pela sua singularidade, mas também como inconveniências a serem evitadas.

A análise estrutural, nesse sentido, não implica o sujeito (mas implica *com* o sujeito). Também se excluía, em linhas bem gerais, qualquer fundamentação analítica optando-se pela síntese (a partir da abstração do objeto para construir sua estrutura teoricamente). Contudo, dentro desse momento, isto é, o século XX, em que o movimento de fechamento da linguística mostrou-se com muito mais força, pelo menos dentro dos cursos de Letras, dois linguistas importantes indicavam a possibilidade do movimento em sentido contrário: além de Roman Jakobson com a antropologia, bem como a própria linguística, americanas, também Émile Benveniste na França, principalmente com a psicanálise.

Em um artigo solicitado¹⁷ por uma revista de psicologia, Benveniste põe-se a pensar muito profundamente sobre a relação do inconsciente com a linguagem. Um dos principais herdeiros epistemológicos de Saussure, longe de não admitir que a língua pode ser vista como um sistema autônomo, fechado, é provavelmente o autor das maiores contribuições teóricas que mostram a relação entre o sujeito e o sistema linguístico, e mais adiante, o teórico que propôs que se estudassem as “inconveniências” que são, entre outras coisas, as singularidades

¹⁷Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana (PLG I, pg. 81).

da enunciação. Neste artigo, Benveniste não só expõe como pode, possivelmente, o inconsciente estar estruturado como uma linguagem, como também indica algumas possíveis chaves de interpretação, desde que consideradas as especificidades de cada objeto. “O analista opera sobre o que o sujeito lhe diz”, argumenta Benveniste (2005 pg. 82), e sugere algumas guias interpretativas para o analista a partir desse relato do paciente, como a negação, em cuja hipótese esclarecedora diz-se que há uma afirmação subjacente e que a repugnância do conteúdo trazido à tona, na sentença negativa, evidenciam o recalque do sujeito.

Não somente a psicanálise e a questão do inconsciente e sua relação com a fala, como também Benveniste indica, inúmeras vezes, ao longo de sua obra, a possibilidade de se observar (estudar) a cultura a partir de um ponto de vista da língua. Há na obra de Benveniste algumas menções sobre a questão da cultura e como isso pode estar, de muitas formas, relacionado com o estudo da língua. Para começar, é de Benveniste a máxima de que “o homem não nasce dentro da natureza, mas dentro da cultura” (2005, pg. 48) Por trás dessa máxima há, talvez, um conjunto de pressupostos que justificam todos os estudos que relacionam língua e cultura. Diferenciando natureza de cultura, primeiramente, elege-se a natureza simbólica (no sentido de possibilitar significação) como a fonte das unidades de análise. E qual é, dentre as unidades de análise possíveis, senão a língua, o sistema de símbolos (ou de signos) que mais significa? Em segundo lugar, mas não menos importante, estando, como Benveniste, filiados epistemologicamente ao programa saussuriano – e admitindo sem hesitação que há, de fato, uma língua-sistema que só conhece a sua ordem própria – entendemos que a(s) perspectiva(s) teóricas que relaciona(m) tal sistema ao que é extralinguístico deve(m), antes de tudo, levar em consideração o sujeito, o homem na língua.

Nesse sentido, reiteramos que os estudos da linguagem, embora possam em muitos de seus estudos *stricto sensu* tratar seus objetos isoladamente, há inúmeros estudos, bem como possibilidades de abordagens que, ao relacionar a língua com algum outro objeto, a partir de um ponto de vista, e fazer o devido recorte da realidade, criam o “dado” ou fato a ser analisado¹⁸.

Dizer que o homem nasce não na natureza, mas na cultura, equivale a dizer, na interpretação que fazemos desse aforismo, que o homem constrói suas próprias narrativas, faz da própria vida narrativas. O fato do homem poder definir-se a si próprio é cultural, não é

¹⁸Esta discussão será retomada no capítulo 5.

natural (a menos que se entenda que isso é “da natureza do homem”) e isso só é possível devido à linguagem. Essa discussão, no entanto, será retomada no capítulo 3 desta dissertação, onde trataremos com especificidade a questão da enunciação da língua e, perpassando pela noção de intersubjetividade, como língua e linguagem, para Benveniste, podem estar relacionadas intrinsecamente com a cultura.

1.2 “O conjunto dos estudos relativos ao falar humano”

Nas discussões que se faz entre o Saussure do CLG e o dito autêntico Saussure, posto que o primeiro não é autor, que se entenda “de punho próprio”, da sua obra; mesmo um possivelmente desgastado CLG pode se iluminar à luz deste conflito. Não cabe, aqui, retomar nem parte da querela em que os linguistas pró e contra o CLG tem se envolvido, mas apenas resumir parte dessa discussão para situar de onde estamos tirando uma possibilidade de análise linguística que busque algo além da língua em si - e que retoma, na sua origem, um conjunto de estudos de linguagem que foram também pensados em virtude de ciências conexas.

Desde antes ainda do ressurgimento de Saussure, a partir da descoberta dos escritos autênticos, há menos de uma década, Tulio De Mauro já fazia uma reflexão bastante aprofundada sobre o próprio CLG. Ele é o autor do prefácio e das notas da chamada *Edition Critique*, que data de 1986. Já nessa época, apontava De Mauro, de modo bastante perspicaz, que “o pensamento de Saussure esteve e está no centro de múltiplos desenvolvimentos, alguns dos quais estão apenas em seu começo, no seio das ciências históricas e antropológicas¹⁹”.

Também Benveniste, ainda na década de 1960, lê Saussure como possibilidade de estudos abrangentes. Em seu artigo *Saussure depois de meio século*, diz o linguista que “essas investigações inovadoras levam a crer que o caráter natural da língua, de ser composta em signos, poderia ser comum ao conjunto de fenômenos que constituem a cultura” (1991, pg. 47). Cabe aqui retomar aquilo que colocamos como questão norteadora deste trabalho, dessa relação que pode existir da natureza semiológica da língua com a constituição discursiva da cultura, pois se isto está na obra Benveniste é porque este linguista viu isto na obra não assinada de Saussure, o CLG.

¹⁹No original: “la pensée de Saussure a été et est au centre de multiples développements, dont certains n'en sont qu'à leurs debut, au sein des sciences historiques et anthropologiques.(De Mauro, 1972, pg. XV, tradução minha).

Além do CLG, portanto, os outros escritos também confirmam essa intenção de Saussure nos inícios da linguística moderna. O título desta seção, por exemplo, foi retirado dos Escritos de Linguística Geral e chama atenção por diversas razões. Para contextualizar onde a passagem está, nós podemos encontrá-la na Primeira Conferência da Universidade de Genebra, em novembro de 1891, portanto, ocasião em que Ferdinand de Saussure elogia a iniciativa da Universidade de Genebra que, para “dar lugar à ciência da linguagem, ela o fez criando o curso de Linguística e reuniu, assim, sob um nome muito correto, *o conjunto dos estudos relativos ao falar humano* (Saussure, 2002 pg. 130, grifo nosso). Ora, a ideia de *conjunto de estudos* está na gênese da criação do curso de linguística, e não menos importante é a segunda parte: *relativos ao falar humano*. Não há nada restritivo nisso, muito menos que pareça excluir a “linguística da fala” (como, contraditoriamente a si, faz o CLG).

Mais adiante, na mesma *Conferência*, Saussure levanta a questão que parece ter sido ignorada por alguns linguistas, de que a linguística não é uma ciência natural:

Houve, Senhores, como sabem, um tempo em que a ciência da linguagem tinha convencido a si mesma de que era uma ciência natural, quase uma ciência física; eu não pretendo demonstrar como isso era uma profunda ilusão de sua parte mas, ao contrário, constatar que esse debate está encerrado e bem encerrado. (idem)

Está no CLG, obra que em nada é consensual, no capítulo, II cujo título é, justamente, “Matéria e tarefa da linguística; suas relações com as ciências conexas”, que “a Linguística tem relações bastante estreitas com outras ciências, que tanto lhe tomam emprestados como lhe fornecem dados. Os limites que a separam das outras ciências não aparecem nitidamente” (pg. 13). A que se deve essa falta de nitidez de limites entre ciências ditas conexas? Com efeito, a resposta é o que se está a produzir pelo CLG: o objeto específico. Como bem observa Benveniste, a partir do axioma saussuriano de que a língua é forma e não substância é que se começa a delimitar tal objeto de maneira clara, pelo menos teoricamente:

Não há nada de substancial na linguagem. Todas as ciências da natureza encontram seu objeto constituído. A linguística, e é isto que a diferencia de qualquer outra disciplina científica, se ocupa de algo que não é objeto, não é substância, mas *que é forma*. Se não há nada de substancial na linguagem, o que há? Os dados da linguagem não existem senão por suas diferenças, eles não valem senão por suas oposições. Pode-se contemplar uma pedra em si, localizando-a na série dos minerais. Enquanto que uma palavra, por si mesma, não significa absolutamente nada. Ela não é senão por oposição, por vizinhança ou por diferenciação em relação a um outro, um som em relação a um outro som, e assim por diante. (Benveniste 2006, pg. 31)

Essa questão da relação entre os elementos, e que está presente no CLG, é o que

constitui a espinha dorsal dos objetos que se fizeram em toda análise estruturalista, como vimos na seção anterior. A modelo do CLG, que em virtude disso também cumpriu um papel de guia epistemológico e modelo de análise estruturalista, outras ciências puseram-se a “isolar variáveis” para procurar depreender somente o que é regular em seus objetos, uma vez que estes não eram “objetos” da natureza.

Diferentemente de outras ciências naturais, que possuem seus objetos prontamente encontráveis na natureza – são chamados objetos positivos – algumas ciências do homem precisam, literalmente, explicar com palavras (ou, melhor dizendo, no nosso jargão, “criar um discurso sobre”) qual é seu objeto. São ciências cujos objetos são *não-positivos*, como veremos a seguir.

A discussão que o mestre genebrino mesmo (diferentemente do CLG, que teve a mão dos editores), faz sobre a construção e delimitação de um objeto próprio passa por, em princípio, uma breve discussão sobre a *utilidade* que tal objeto porventura tenha para outras ciências, mas que, acima disso, esse objeto tenha um papel central e fundamental na própria ciência que o circunscreve:

Eu colocaria, primeiro, esta simples questão: vocês pensam seriamente que o estudo da linguagem teria necessidade, para se justificar ou para se desculpar por existir, de provar que é útil às outras ciências? Essa é uma exigência que, eu comecei por constatar, ela satisfaz largamente e talvez muito mais do que um grande número de ciências, mas eu não considero, admito, que essa exigência seja justificada. A que ciência se pede, como condição preliminar para existir, que se empenhe em fornecer resultados destinados a enriquecer outras ciências que se ocupam de outros objetos? Isso é recusar a ela qualquer objeto próprio. Pode-se apenas pedir, a cada ciência, que aspire a se fazer reconhecer, que tenha um objeto digno de uma atenção séria, ou seja, um objeto que tenha um papel incontestável nas coisas do Universo, onde se incluem, antes de tudo, as coisas da humanidade; e a posição que ocupará essa ciência será proporcional à importância do objeto no grande conjunto das ideias. (Saussure, 2002 pg. 127)

É, portanto, a partir dessa discussão acerca de seu objeto, que muitas das ciências humanas se definem. Na discussão que se faz no CLG, que marca, então, a delimitação do objeto língua, a linguagem, realidade bastante ampla, é vista como sendo de domínio de várias e diversas ciências, na época:

Por exemplo, a Linguística deve ser cuidadosamente distinguida da Etnografia e da Pré-História, onde a língua não intervém senão a título de documento; distingue-se também da Antropologia, que estuda o homem somente do ponto de vista da espécie, enquanto a linguagem é um fato social. Dever-se-ia, então, incorporá-la à Sociologia? Que relações existem entre a Linguística e a Psicologia Social? Na

realidade tudo é psicológico na língua, inclusive suas manifestações materiais e mecânicas, como a troca de sons; e já que a Linguística fornece à Psicologia social tão preciosos dados, não faria um todo com ela? São questões que apenas mencionamos (...). (Idem Pg. 14)

Assim, as relações entre a linguística, mesmo a que se denomina de “propriamente dita”, com outros objetos que ora afetam o sistema ora são afetados por ele é o que se pode, considerando cerca de um século de “saussurianismo”, como chamam Ducrot & Todorov (2010 pg. 25 – 30), abranger tais estudos sob o título de “conjunto de estudos relativos ao falar humano”.

Para sacramentar a discussão em torno da construção dos objetos das ciências da linguagem, bem como das ciências humanas, observemos o argumento de Simon Bouquet. O filósofo explora a diferença fundamental entre objetos das ciências naturais e das ciências humanas (e que Saussure chama, na conferência supracitada, de “históricas”). No primeiro caso, os objetos são objetos da natureza – como o exemplo da pedra mencionado por Benveniste – e todo o discurso científico das ciências naturais, chamado por Bouquet de “saber positivo” está, portanto, “submetido a um objeto real distinguível” (Bouquet, 2000 pg. 29). No segundo caso, em que se inscrevem as ciências humanas, não existe um objeto nas mesmas condições que os das ciências naturais. Como nos mostra Bouquet, “aqui, todos os conceitos interdependentes uns dos outros, devem ser considerados como primitivos uns em relação aos outros” (idem); e a realidade a qual esses conceitos fazem referência são encontráveis, senão, no interior do próprio discurso sobre o objeto ali construído. São, a grosso modo, um recorte discursivo-teórico obtido a partir de um ponto de vista específico que pretende abarcar apenas uma parte de uma realidade ampla e complexa. Em outras palavras, o objeto da linguística, inserida no conjunto dos saberes do homem, existe nesses moldes - a partir de um ponto de vista que o cria, o descreve, e a partir disso o analisa. Reivindicamos, aqui, que nosso objeto encaixa-se nessa perspectiva.

1.2.1 O alcance da linguística

Ora, sabemos que, por um lado, a linguística teve, em um dos seus “começos”, uma relação com as “ciências conexas”. E que, por outro lado, muito embora se tenham aprofundado os estudos propriamente linguísticos, as ciências da linguagem possuem

ramificações e até mesmo aplicações a outras áreas. Esta seção, a título de ilustração, pretende apenas mencionar, sem qualquer aprofundamento, algumas dessas áreas, digamos, interdisciplinares.

Essa seção talvez pudesse se chamar simplesmente “linguística aplicada a outras áreas”, mas sabemos o peso que tem a disciplina Linguística Aplicada, por seus direcionamentos e métodos precisos. Por isso, mesmo a LA será, aqui, mais uma das séries de possíveis “aplicações” da linguística: a linguística como epistemologia para as ciências humanas, a LA e suas áreas (sociolinguística, geolinguística, ensino de língua, aquisição da linguagem, estudos de tradução), bem como o estudo clínico da linguagem (distúrbios relacionados à fala) e até as áreas de comunicação e tecnologia (a chamada linguística computacional).

Cook (2003, pg. 7,8, tradução minha) identifica três grandes áreas de aplicação da linguística, a saber, “língua e educação”, “língua, trabalho e direito”, e “língua, informação e efeito”; cada uma dessas subdivida em áreas específicas. Por exemplo, dentro do escopo de “língua e educação” concentram-se os estudos de aquisição da língua materna, aquisição da língua adicional (segunda língua ou língua estrangeira, com algumas possíveis diferenças entre elas), estudos clínicos da linguagem, e estudos de avaliação. A área de “língua, trabalho e direito” abrange os estudos sobre comunicação no ambiente de trabalho, política linguística e linguística pericial. Na área de “linguagem, informação e efeito” estão concentrados os estudos estilísticos e literários, a análise do discurso crítica, os estudos de tradução e interpretação, os estudos de *design* da informação – relacionados à tipografia e *layout*, isto é, aspectos visuais das publicações textuais; e os estudos de lexicografia. Cook ainda faz a ressalva que, embora todas essas áreas possam estar incluídas em sua definição de linguística aplicada (o que se confirma pelas publicações nos periódicos da disciplina), na prática algumas áreas são mais independentes do que outras. Como exemplo de sua ressalva, ele menciona que os estudos clínicos e os de tradução são mais independentes do que outros; enquanto que os estudos de aquisição da língua estrangeira são uma área de pesquisa mais ativa que as demais.

A chamada linguística computacional, por sua vez, pode nem mesmo ser considerada como uma área da linguística, de um modo geral, nem mesmo uma “linguística aplicada”, tanto por especialistas da área computacional quanto da linguística. É mister observar, no

entanto, que a linguística computacional, apesar de ser um engenharia e uma matemática na sua aplicação, é um estudo sobre língua na sua base. Algumas aplicações que conhecemos, como reconhecedores de fala - os softwares de *text-to-speech* - são desenvolvidos precisamente a partir de estudos de fonética e de fonologia das dadas línguas. Os corretores ortográficos dos editores de textos são, geralmente, fundamentados em regras de morfologia, bem como de sintaxe²⁰, e suas “bibliotecas” possuem, literalmente, dicionários de exceções. Em geral, toda atividade produzida nessa área conta com profissionais das diferentes áreas - linguísticas, engenharia da computação, etc.

Outro exemplo muito interessante, além de importantíssimo de aplicação, em sentido amplo, da linguística, é o trabalho dos linguistas que procuram identificar e descrever as estruturas gramaticais da LIBRAS, a língua brasileira de sinais. A relevância desse tipo de trabalho não só evidencia a importância dos desenvolvimentos da linguística de um modo geral, como também nos permite afirmar que seus procedimentos possibilitaram conferir à linguagem de sinais dos surdos-mudos estatuto próprio de língua - com estrutura gramatical e significação regular - o que garante direitos a um grupo linguístico específico, bem como traz consequências importantes ao ensino dessa língua.

Pode parecer, à primeira vista, difícil supor que toda uma variedade de aplicações da linguística deva-se a apenas um começo, a uma obra (é forçoso dizer): o CLG. Como nos mostra Benveniste, a linguística teve vários começos, e a Saussure, ou ao CLG, melhor dizendo, ele atribui um outro tipo de começo. Mas o fato é que a linguística, feliz ou infelizmente, não fugiu à regra do florescimento científico (e tecnológico) que a humanidade tem experimentado a partir do século XX, sobretudo. E é, para todos os efeitos, o CLG a obra controversa (mais em relação a sua autoria do que em relação a questões talvez menores) que alavanca as possibilidades de estudo da língua com precisão, bem como suas possíveis aplicações.

Uma outra questão que pode ser levantada, mas que não será feito aqui, a não ser a título de comentário, é como se estabelece essa relação do sistema linguístico com uma determinada área de interface. Se tomarmos, por exemplo, a Fonologia, que é uma das mais importantes abordagens do sistema (e por isso linguística *stricto sensu*) dessa família de

²⁰No programa Microsoft Word, por exemplo, o erro ortográfico, baseado em regras morfológicas, é grifado com um sublinhado vermelho, enquanto que o erro sintático, de pontuação, etc., é grifado com um sublinhado verde.

ciências da linguagem, temos não somente enormes contribuições para o estudo da língua-sistema, como também prolíferas contribuições para outras áreas afins. O estudo da fonologia das línguas goza de importância fundamental para a sociolinguística (quando se fala em variação diastrática, variação diageracional e etc, está se falando em variação fonológica de acordo com grupos de falantes), ensino de línguas estrangeiras, aquisição da linguagem, e até linguística computacional, como vimos acima.

No entanto, não é papel nosso aprofundarmo-nos nessas relações teóricas todas. Inclusive, cabe também lembrar, que quando se fala em enunciação, os níveis não são tão divisíveis como propõe a linguística *stricto sensu*, pois um nível de análise implica o outro. Nesse sentido, em enunciação, não convém falar-se somente análise fonológica, por exemplo, mas no sentido que tais signos adquirem na enunciação, e como isso pode ser observado no nível acima (morfológico). A seguir trataremos de uma hipótese que a enunciação da língua com algo que lhe é exterior.

1.3 A enunciação e os exteriores²¹

Vimos, por um lado, o sistema linguístico como o delimitou Saussure ainda no CLG (obra que permanece como ponto de partida para muitos dos estudos linguísticos a partir dele). Por outro lado, vimos que há uma série de disciplinas não-linguísticas que estabelecem relações teóricas com as ciências da linguagem. Os estudos enunciativos – área de especial interesse para os nossos objetivos – também não escapam à solicitação dos exteriores da linguagem. Nessa ampliação de possibilidades de estudo da linguagem em decorrência de ou para um objeto exterior à língua, desponta a obra de Jacqueline Authier-Revuz nos estudos enunciativos. Uma ressalva, entretanto, precisa ser feita. O estudo dela que trazemos neste trecho não é uma teoria com a qual trabalhamos, mas sim uma reflexão epistemológica que nos parece útil, por aventar a hipótese de que fatos de língua possam ter relação com o extralinguístico. Em outras palavras, diríamos que a abordagem dos exteriores teóricos de Authier-Revuz relaciona-se com este trabalho pelo seu valor heurístico.

Essa possibilidade de relação teórica de elementos exteriores ao sistema linguístico

²¹São aproveitados trechos do artigo FREITAS, Luis Felipe R. “A identidade cultural na interface com os estudos enunciativos e discursivos”. Anais do SITED. PUCRS, 2010. pg.s 322 a 330.

dentro do terreno da enunciação, foi proposto por Authier-Revuz (2004) em seu trabalho *Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso*. Entre muitas coisas interessantes, um pouco além do “outro” do dialogismo e o da psicanálise nos quais ela se ancora para sustentar sua tese da heterogeneidade constitutiva, também aponta um “outro” ao fazer teoria: ela lança mão de exteriores para justificar um fato linguístico.

Para essa abordagem - ancorada numa ciência exterior à linguística – a autora se baseia na leitura lacaniana de Freud. Estando, portanto, teoricamente ancorada, diz ela que “contrariamente à imagem do sujeito 'pleno', que seria a causa primeira e autônoma de uma palavra homogênea, sua posição é a de que uma *palavra heterogênea* atesta o *fato do sujeito dividido*” (Authier-Revuz, 2004, p.48-9). O objeto da psicanálise, se assim podemos chamá-lo, é o inconsciente, aquilo que na metáfora Lacan chama de “o capítulo censurado”, e cujo “trabalho psicanalítico consiste em fazer ressurgir conflitos esquecidos, demandas recalçadas que agem *sem que o sujeito saiba*, na sua vida presente (Idem 2004, p.50).

A interpretação lacaniana da psicanálise, para Authier, dizendo de forma resumida, tem “a finalidade de viabilizar sua intenção de articular uma teoria da heterogeneidade da palavra com uma teoria da descentralização do sujeito como efeito de linguagem” (Flores, 1998, p.8). Este sujeito da psicanálise “é o resultado de uma estrutura complexa” (Authier-Revuz, id. p.65) que relaciona sujeito, inconsciente e linguagem. Lacan menciona, inclusive, a hipótese de um “inconsciente-linguagem” (p.53), que é o que possibilita a apreensão do inconsciente através da circunscrição do seu objeto pela linguagem. Ainda, “o trabalho do inconsciente se faz na materialidade da língua, sendo aí que a interpretação analítica tem lugar”; e “é no modo como a psicanálise analisa esse tipo de fenômeno [as falhas] que a autora assenta sua teoria da heterogeneidade enunciativa” (Teixeira, 2000, p.151 e 150, respectivamente).

Authier-Revuz retoma em linhas gerais a discussão que faz ao longo do artigo, do dialogismo e da psicanálise, para encaminhar a sua conclusão. Um parágrafo que parece dar conta de resumir sua tese (que não deve ter sido redigido propriamente para resumir, mas para culminar na discussão) é o seguinte:

Todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos “outros discursos” e pelo “discurso do Outro”. O outro não é um *objeto* (exterior, *do qual* se fala), mas

uma condição (constitutiva, *para que se fale*) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso. (id. p.69)

Enquanto à heterogeneidade mostrada cabe o papel de evidência (no sentido da coisa que “salta aos olhos”), Authier-Revuz argumenta que a heterogeneidade do discurso acontece muito anteriormente ao que expõe a “superfície”. A heterogeneidade, para ela, está na própria condição de existência da linguagem, mas opera como uma “representação fantasmática” (Teixeira, id. p.152) da qual o sujeito falante, ou locutor, é ignorante por causa da “ilusão necessária”, que faz com que criamos ser fonte de nossos dizeres e permite a representação, também ilusória, do eu autônomo, o sujeito aparentemente centrado e coeso, portanto, homogêneo (p.66).

Authier-Revuz refaz a trajetória, nas ciências físicas e biológicas, que culmina no *descentramento* do sujeito freudiano. De acordo com Roudinesco, citado por Authier, tanto pela noção de Copérnico de descentramento da terra (“descoberta” ou descrição do sistema solar, em que a Terra é mais um planeta orbitando ao redor do sol, e não o centro do universo, como se podia acreditar antigamente), quanto pela noção evolucionista de Darwin (que diz que somos um estado evolutivo que partiu de outra coisa, hipoteticamente, os primatas), a “*descoberta de Freud*” fez com que o estudioso se desse conta de que “*o eu [...] não é mais o dono de sua casa*” (Authier, id. p.64).

Authier ainda faz a ressalva que o sujeito que adota para o seu trabalho não é compartimentado, de forma que dele se pudesse fazer uma topologia (p.65), nem, por outro lado, serve a ela “considerar a divisão como um acidente desagradável que um trabalho apropriado poderia apagar restaurando a unidade da pessoa”. Ela parece ficar com o sujeito múltiplo, mas indivisível, e é simpática à noção de ilusão de sujeito, que é “o que Freud designava como *função de desconhecimento do eu*” (Authier, id. p.66).

Talvez e principalmente por ser um campo com muito a ser explorado, cabe dizer, aqui, que os estudos enunciativos, e nisso eles diferem de outros estudos de interface com outras áreas e/ou objetos, eles levam em consideração o sujeito da linguagem. Por isso essa relação teórica que se estabelece entre a psicanálise e a linguística de Benveniste, como vimos em 1.1, com referência ao artigo *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana*, em cuja hipótese observa-se, na linguagem, a emergência do inconsciente.

Tendo constatado, como o trabalho de Authier-Revuz indica fortemente, como fatores extralinguísticos justificam fatos linguísticos, o que nos interessa é, mais modestamente, examinar a relação entre a exterioridade da identidade cultural, objeto dos Estudos Culturais, e a enunciação. O que devemos reter do trabalho da linguista francesa, contudo, é que a sua abordagem lhe permitiu manter as especificidades de cada campo, isto é, sem dissolver um objeto no outro e assim criar uma, digamos, colcha de retalhos teórica, e esta possibilidade mesma de abordagem de estudo da linguagem afetada por uma exterioridade é o que, de certa forma, inspira este trabalho.

1.4 Encaminhamentos

Neste primeiro capítulo, abordamos a linguística em sua relação com as ciências conexas a partir da escrita do CLG. Além disso, trouxemos para o texto uma discussão que diz respeito à influência epistemológica do CLG sobre as ciências humanas, como a antropologia de Levi Strauss, no período de confluências (bem como divergências) teóricas no campo das ciências humanas chamado Estruturalismo. O objetivo deste capítulo foi colocar a linguística no lugar de sua origem que pressupõe uma pluralidade, além de retomar alguns de seus desdobramentos que tenderam à especialidade do objeto específico, e propor, de certa forma, que estudos podem ainda contemplar a pluralidade.

No próximo capítulo vamos tratar da contribuição dos Estudos Culturais para o nosso trabalho como área exterior ao estudo da língua. Aos seus questionamentos sobre as questões de identidade procuraremos formular algumas hipóteses a partir da leitura dos textos de Émile Benveniste em que o autor discute a relação entre homem, linguagem e sociedade. A discussão sobre a identidade cultural, em resumo, perpassa a escolha dos vernáculos no “velho mundo”, a partir de uma dada variedade linguística que se verificava anteriormente à formação dos estados nação e suas administrações burocráticas, na perspectiva de Benedict Anderson. Além disso, trazemos as contribuições de Zigmunt Bauman e Stuart Hall sobre questões específicas relacionadas à identidade cultural.

Capítulo 2

Estudos culturais (identidade cultural e pós-modernidade)

No capítulo anterior demonstramos como a linguística teve, em um de seus começos, com o Saussure do CLG, uma relação teórica e, digamos, constitutiva com as ditas ciências conexas. Nesse sentido, dois movimentos aparentemente contraditórios foram observados a partir da redação do Curso: por um lado a delimitação do objeto língua enquanto um sistema de signos que produzem sentidos tanto porque estão encadeados na linearidade quanto porque o signo presente no sintagma evoca um conjunto de signos ausentes no eixo paradigmático; e por outro, o CLG considerado como um manual epistemológico para servir às demais ciências humanas, principalmente por ensinar a delimitar o seu objeto e elaborar uma metodologia própria a uma “ciência das coisas do homem”, que se opõe às “ciências da natureza”.

Neste capítulo trataremos de uma área exterior ao estudo da língua que vem nos emprestar a noção de identidade cultural dos sujeitos no contexto sócio-histórico que chamaremos, por conveniência conceitual, de pós-modernidade. Este contexto de que se fala, cujo ápice na formação de “discursos-sobre” talvez seja agora, remonta há pelo menos dois séculos, o período da formação, no “velho mundo”, dos estados nações no surgimento do capitalismo e segue com seus desenvolvimentos, ora imediatos ora paulatinos, incidindo na transformação de sujeito e sociedade até os dias de hoje.

A principal característica dessa transformação de sujeito e sociedade de que falamos observa-se, sobretudo, no contato entre diferentes povos e comunidades cada vez mais frequentemente, e na enorme intensidade com que acontecem os intercâmbios culturais, em todos os sentidos. Modifica-se a própria noção de cultura, que anteriormente estava associada intrinsecamente ao local onde se vivia e o que esse local permitia produzir e colher para a sobrevivência (um fator determinante da cultura, nesse sentido).

2.1 Onde a questão da identidade surge

O personagem Rudolf *Born* (nome sugestivo que, num atrevimento de tradução do inglês e interpretação poderia ser “nascido”, isto é, nativo do lugar) ao ser perguntado pelo protagonista de *Invisible*, romance de Paul Auster de 2009, de onde ele era, Born responde, como suspeita seu interlocutor, Walker, que é francês “por circunstância, inclinação e passaporte. Mas suíço de nascimento”. O protagonista, um estudante de letras com intenções literárias, ainda indaga a Born se ele é “suíço-francês” ou “suíço-alemão”, pois consegue identificar um pouco de cada na voz de Born. Este lhe responde que é “ambos – o produto híbrido de mãe que fala alemão e pai que fala francês. E que cresceu alternando entre as línguas”²².

O nosso interesse pelo desenvolvimento do romance de Auster termina por aqui, pois dele só nos interessa – para este trabalho – a passagem citada. E por que nos interessa isso? Porque é, precisamente, o diálogo cujo assunto constitui o nosso objeto de interesse: o debate entre sujeitos sobre a identidade cultural. Depois de circularmos um pouco, depois de conhecermos pessoas de “lugares” diferentes (bem como pessoas “diferentes” no mesmo lugar), praticamente todos nós, se não for dissertativamente inconveniente a “estatística” subjetiva nesse contexto, todos nós já nos engajamos em debates desse tipo, ora questionando ora sendo questionados sobre a identidade cultural.

O interessante no romance de Paul Auster, que é uma obra de ficção, é que nesse aspecto ele vai, sim, um pouco além do senso mais comum sobre a relação língua materna – identidade cultural. Ele admite para seu personagem a uma possibilidade de hibridização, desde que genética, de identidade cultural. Dizemos, aqui, genética, porque ele relaciona sua maneira de falar com a possibilidade de ser “um produto híbrido” das línguas maternas de seus pais, mas também porque “cresceu” alternando entre o francês falado pelo pai e o alemão falado pela mãe. Ora, se a identidade cultural, mesmo a desse sujeito que é personagem da

²²No texto, tradução minha. Abaixo, no original:

I've been teaching at the School of International Affairs since September. A visiting professor with a one-year appointment. Thankfully, it's April now, and I'll be going back to Paris in two months.

So you're French.

By circumstance, inclination and passport. But Swiss by birth.

French Swiss or German Swiss? I'm hearing a little of both in you voice.

Born made a little clucking noise with his tongue and then looked me closely in the eye. You have a sensitive ear, he said. As a matter of a fact, I am both – the hybrid product of a German-speaking mother and a French-speaking father. I grew up switching back and forth between the two languages. (Auster, 2010 pg. 7)

obra literária, estivesse resolvida pela via de interpretação genética, não teria ele mesmo, o Professor Rudolf Born, aventado aqueles outros “critérios” para responder sobre a sua identidade? Ele se define como sendo francês por “circunstância”, que é provavelmente o critério de que tratamos nessa dissertação (a situação de enunciação²³); por “inclinação”, que pode ser o desejo ou sonho de pertencimento, como fala Bauman, em citação no nosso texto de introdução; e “passaporte”, que é documental. Ainda, há um outro critério que, ao mesmo tempo que ele menciona, Born parece rejeitar, o de ser suíço de nascimento. Curiosamente ele se contradiz ao lançar mão de uma hipótese (que nós chamamos aqui de) “genética” para explicar a outrem a sua “voz”. Esta dita “voz”, numa interpretação longe de ser absurda, além do convencional “sotaque”, pode também se tratar das escolhas lexicais, ordenamento sintático, entre outras possibilidades que permitem identificar nos níveis de análise, em tese, desde línguas nacionais até mesmo grandes dialetos. Observe-se que hipótese genética não facilita em nada a identidade linguística e cultural de Born. Também é cabível dizer que essa contradição é perfeitamente plausível no mundo da não-ficção, e que em nada o trecho da obra citada perde em verossimilhança, pois a contradição, a fragmentação, a dispersão – a hibridização - estão na natureza dos sujeitos.

Falaremos da questão da identidade cultural como “traço genético”, contestando essa possibilidade, por entendermos que “circunstância” e “inclinação” são o nosso verdadeiro problema, que é como o sujeito, ao enunciar, se marca no enunciado e “imprime”, ao mesmo tempo que “negocia” com outro sujeito, a sua identidade cultural²⁴. e para tanto vamos nos ancorar, entre outras coisas, na noção de Identidade Cultural para os sujeitos da pós-modernidade, de Stuart Hall; na noção de Comunidades Imaginadas de Benedict Anderson. Antes, no entanto, vamos situá-los, temas e autores, no conjunto dos Estudos Culturais.

2.2 A contribuição dos estudos culturais

A opção pela abordagem dos Estudos Culturais se deu especificamente por causa da leitura de *Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (HALL, 1998) há alguns anos²⁵. O livro de Hall, não que não pretenda responder a pergunta “o que é identidade cultural?”, mas é um

²³Instância ou situação de discurso, para Benveniste, (cf. FLORES et al. 2009, pgs 142 e 212, respectivamente.

²⁴Note-se que no trecho não contestamos a identidade documental, pois ela é, quando legítima pela via do direito, inquestionável.

²⁵Fui apresentado a esta obra na disciplina de Didática Geral oferecida para as graduações nos cursos das licenciaturas. O quero destacar é que não é uma leitura própria ou específica do curso de Letras.

texto que consegue colocar a questão levando em consideração um contexto social e histórico de nosso tempo. A noção de identidade fragmentada perpassa pela noção de comunidades imaginadas, e ambas estas noções eclodem na emergência da percepção de que esta identidade cultural de que falamos, pertencente a grupos culturais “marginais” mais ou menos homogêneos, é construída intersubjetivamente no contexto da enunciação.

Contextualizando os Estudos Culturais enquanto campo de estudos, Mattelart & Neveu (2004) dizem que alguns dos pesquisadores da área reivindicam o estatuto de uma “antidisciplina” (id. pg. 15), para marcar a recusa das divisões disciplinares tradicionais, uma vez que seus objetos de estudo são atividades ou características de grupos sociais considerados estarem à margem do *mainstream* da civilização, isto é, não estão exatamente contemplados como centro das atenções das mídias, mercados, políticas de governos, etc. Em outras palavras, estes grupos sociais de que se fala não necessariamente se encaixam nos discursos produzidos historicamente que constituíram e constituem as nações modernas. Nesse sentido, questões como o meio social imediato, a idade, o gênero, a identidade “étnica” ou de outra natureza, entre outras coisas, começaram a ser levantadas como questões a serem problematizadas por um grupo de intelectuais (alguns deles também considerados “marginais”) bastante identificado como movimento político, na Inglaterra a partir da década de 1960, conhecido como *New Left*, a nova esquerda.

Inseridos numa perspectiva marxista, mas num contexto que denominam de pós-moderno, os trabalhos dessa área reconhecem um deslocamento – e é isso o que mais nos interessa para este trabalho como contextualização histórica – de imposição da cultura nacional para a emergência de uma dimensão cultural menor – a cultura dos grupos sociais:

Podemos qualificar, portanto, a emergência dos *Cultural Studies* como a de um paradigma, de um questionamento teórico coerente. Trata-se de considerar a cultura em sentido amplo, antropológico, de passar de uma reflexão centrada sobre o vínculo cultura-nação para uma abordagem da cultura dos grupos sociais. Mesmo que ela permaneça fixada sobre uma dimensão política, a questão central é compreender em que a cultura de um grupo, e inicialmente das classes populares, funciona como contestação da ordem social ou, contrariamente, como modo de adesão às relações de poder. (Mattelart & Neveu, 2004 pg. 13).

Seguindo esse raciocínio, adotamos a contextualização histórica para a descrição de pós-modernidade sugerida por Hall que diz que, em decorrência da globalização, mas não como causa única, ocorre um “reforçamento das identidades locais” (Hall, 1998 pg. 80). É precisamente nesse ponto, a identidade local ou regional - e nominalmente para a composição

do *corpus*, a identidade gaúcha – que se estabelece o contexto onde se produz o que pretendemos analisar.

Na próxima seção discutiremos como surge a questão da língua na sua relação com a identidade cultural na perspectiva dos Estudos Culturais, tendo em conta, predominantemente o texto de Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*. A seguir, discutiremos brevemente a noção de identidade cultural do sujeito na pós-modernidade a partir da obra de Stuart Hall.

2.3 “O revolucionário impulso vernaculizante do capitalismo”: A questão da língua²⁶.

A discussão sobre as identidades culturais pode ser sempre retomada, e talvez aprofundada, à luz dessa ótica que coloca a língua no centro do debate. A relação unívoca entre nação, cultura e língua é um acontecimento moderno, isto é, deriva da formação dos estados-nação capitalistas. Conforme Hall “a formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou *uma única língua vernacular* como meio dominante de comunicação *em toda a nação*” (1998, pg. 49, grifo nosso). Ainda, acrescenta Hall, no desenvolvimento de sua tese das identidades culturais na pós-modernidade, que “as culturas nacionais em que nascemos constituem uma das principais fontes de identidade cultural” (id. Pg 47). Hall faz parte do conjunto de teóricos que problematizam as questões de identidade dos grupos sociais ditos marginais. No entanto, ele reconhece a força dos discursos em que se baseiam as identidades nacionais. Por isso que antes de observar o reforço das identidades regionais e a formação de novas identidades relacionadas aos movimentos da globalização, ele parte dessa noção de cultura nacional homogeneizadora. Para Hall, “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los como pertencendo à mesma e grande família nacional” (id. pg. 59). Para fundamentar teoricamente esta noção Hall baseia-se na leitura da obra *Comunidades Imaginadas*, de Benedict Anderson (2008).

Em *Comunidades Imaginadas*, salvo algumas vezes, as ocorrências do termo “língua” são, geralmente, no sentido geopolítico de idioma, ou língua nacional oficial, em alguns

²⁶Esta frase nominal é um sujeito (sintático) num enunciado que abre um parágrafo na obra de Anderson (2008, pg. 73). Não nos escapou à percepção sua característica de frase-tese, pela condensação de informação a ser explorada textualmente, o que achamos que ficaria bem num título.

casos. Para tanto, ele também se vale do termo “vernáculo”, cujo sentido é de língua falada pelos membros de uma nação, na sua concepção moderna, e que é a variedade linguística privilegiada em detrimento de outras variedades e cujas escolhas *ao acaso* se deram por razões que não eram específicas, mas são identificáveis. A principal delas, associada ao surgimento do capitalismo editorial, foi a escolha de determinadas variedades linguísticas para serem usadas na administração das cidades feudais:

“Foi a difusão lenta, geograficamente irregular de determinados vernáculos como instrumentos de centralização administrativa, por obra de certos monarcas bem posicionados com pretensões absolutistas. (Anderson, 2010, pg. 75)

E, logo mais, acrescenta:

“Em todo caso, a “escolha” da língua aparece como fruto de um desenvolvimento gradual, inconsciente, pragmático, para não dizer aleatório. Enquanto tal, ela se diferencia profundamente das políticas linguísticas autoconscientes dos dinastas oitocentistas, diante do crescimento de nacionalismos linguísticos populares de oposição. Um sinal claro dessa diferença é que as antigas línguas administrativas eram *apenas isso*: línguas usadas para e pelo funcionalismo, e para a sua própria conveniência interna. Não havia a ideia de impor sistematicamente a língua às várias populações sob o domínio dinástico. (id. Pg. 77)

O objetivo é mostrar aqui como mesmo a noção de língua, tão cara aos linguistas, não escapou a uma certa “conformação” conceitual decorrente de uma mudança histórica bastante significativa. Isto é, língua, para as sociedades pré-capitalistas, não era necessariamente um problema. Questões como “qual variedade da língua tornar oficial?”; “por que ensinar sua escrita à totalidade de indivíduos de um povo?”; “como ensiná-la?” surgiram primeiro; e só muitos anos mais que questões que talvez devessem ser as primeiras, como “o que é língua?”; “como a língua funciona?”; “como a língua produz sentidos?”; passaram a estar na pauta de estudos da linguagem.

Anderson, nos trechos que citamos, não está falando especificamente de identidade. Ele fala de como, na predominância de uma determinada variedade de uma língua, digamos, maior, forjaram-se as comunidades imaginadas. Mas parece evidente em seu argumento que a língua é o fator de unidade; mas não só a língua sozinha, e sim os discursos sobre o lugar – o que propomos que se entenda como a cultura como um conjunto das práticas discursivas. Nesse sentido, Hall retoma Anderson, entre outros que contribuíram para a noção elaborada por este, e afirma que “uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (id. pg. 50) e que a “narrativa” da identidade nacional “é contada e recontada nas histórias e

nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular (...) conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo depois de nossa morte” (id. pg. 52). O que está em questão, por fim, é que os discursos sobre as identidades nacionais basearam-se na ideia de um “*povo ou folk puro, original*” (id. pg. 55), isto é, relacionado organicamente à terra em que vivem, e na possibilidade relacionada à natureza do discurso de simbolizar que permite que existam as “narrativas” das tradições nacionais, os mitos fundadores e, em consequência disso, a criação das identidades no espaço discursivo.

Embora haja, hoje em dia, a manifestação em favor da legitimidade das identidades regionais, locais, identidades de grupos, talvez nunca possa ser desconsiderada completamente a relevância da suposta unidade da cultura nacional como um discurso que ainda é produzido e reproduzido com bastante força. Exemplos disso podem ser vistos na mídia diariamente, sejam em propagandas de governo (como no slogan do governo Lula - “Brasil, país de todos” - cujo sentido a se descobrir, é de que neste governo apagavam-se as diferenciações sociais entre os brasileiros criando a ideia de unidade), ou em propagandas de produtos de consumo (“ninguém é tão apaixonado por carro como o brasileiro”, diz uma propaganda de marca de automóvel, e que tem como pressuposto que todo brasileiro, de forma igual, é apaixonado por carros).

B. Anderson também tem razão, por outro lado, por mostrar *como* acontece, historicamente, a eleição da língua do estado nação que por muitos anos delimitou culturas e suas respectivas identidades. Ainda, se deixarmos um pouco de lado a questão dos “nacionalismos oficiais”, podemos argumentar que muitos grupos sociais marginais se autointitulam *nações*, e podem ter um funcionamento discursivo bastante similar ao dos Estados-nação no desenvolvimento do capitalismo. Pode-se dizer, inclusive, que o período em que vivemos é da emergência e florescimento de inúmeras “nações”, pois o próprio termo em questão é utilizado por grupos, talvez marginais, para reivindicar legitimidade, representatividade social, etc. O que estamos querendo dizer é que a lógica discursiva da constituição da identidade de um grupo social é, ou pode ser, mais ou menos a mesma da constituição das nações capitalistas modernas, inclusive no que diz respeito à “eleição” de um vernáculo²⁷.

²⁷Entendemos que essa afirmação, para ser feita, precisaria de mais aprofundamentos teóricos e práticos, com análises de dados que pudessem comprová-la talvez. Para nós, no entanto, partimos dessa afirmação enquanto hipótese apenas, e a destruição da mesma não prejudicaria a análise enunciativa que propomos.

Para dar um exemplo, uma rápida pesquisa no mecanismo de busca largamente utilizado na internet, o Google, por ocorrências de termos que denominam grupos sociais associados ao termo *nação*, nos dá um indicativo da sua abrangência. Há “nações” em praticamente todos os estados brasileiros (identidade regional), assim como há “nações” de torcedores de times de futebol, “nações” de crença, “nações” de etnia e/ou raça:

	Nação + adjetivo identitário	Resultados
Por nome de estado brasileiro	Gaúcha	5.760
	Rio-grandense	2.150
	Catarinense	118
	Catarina	271
	Paranaense	192
	Paulista	3.560
	Paulistana	456
	Carioca	3.540
Por religião ou credo	Espírita	3.580
	Católica	26.800
	Protestante	8.780
Raça	Negra	17.300
Tipo musical	Hip hop	490.000

Time de futebol	Colorada	23.800
	Gremista	17.700
	Flamenguista	92.400
	Conrinhiana	148.000

Quadro 1 – Ocorrências do termo “nação” no mecanismo de busca eletrônica.

O quadro é bastante interessante, não com caráter científico quantitativo, mas para ilustrar o uso do termo *nação* junto com um adjetivo de um dado traço identitário de um grupo que se quer, em hipótese, legitimar pelo discurso (aqui, pelo próprio uso do termo). Cabe a ressalva de que alguns desses compostos de nação são ambíguos, como “nação católica”, que pode designar nos textos de origem tanto o grupo de católicos dentro do país quanto fazer referência a um país que possui religião oficial ou majoritária (“o Brasil é uma nação católica”, por exemplo). Sobre os tipos ou estilos musicais, “nação hip hop”, que já é, na verdade, um “pacote” de traços identitários, pode designar o grupo que procura impor sua legitimidade, enquanto que “nação rock” e “nação samba”, que também foram utilizados na busca, não designam grupos sociais, mas conjuntos musicais (e por isso nem foram colocados no quadro)²⁸.

2.4 A noção de identidade

O livro *Identidade, Entrevista a Benedetto Vecchi*, (Bauman, 2005) abre com a narrativa de uma situação vivida pelo sociólogo polonês, o entrevistado, em que ele teve certa dificuldade em escolher o hino de sua pátria que seria executado quando ele seria condecorado com o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade. Conta-se, no livro, que Bauman sentia-se rejeitado por sua terra natal e acolhido pela Grã-Bretanha, sem, no entanto, sentir-se legitimamente um britânico, nem por outro lado disposto a homenagear, paralelamente a si, a Polônia, o que alimentava o seu dilema.

²⁸A verificação foi feita no dia 13 de novembro de 2011, entre as 19 e as 20 horas.

A experiência de Bauman, vista pela ótica do próprio, um sociólogo, gerou reflexões das quais podemos compartilhar. Curiosamente, para Bauman “as 'identidades' *flutuam no ar*” (BAUMAN 2005, pg. 19, grifo nosso), sendo, portanto, sua metaforização para tal materialidade o que nas ciências duras se chama de “estado da matéria”. Pode-se explorar mais essa metáfora, inclusive, pois o discurso, se por um lado não é feito de moléculas que se podem observar num microscópio, pode por outro lado ser fragmentado em unidades de discurso (fonológicas, lexicais, morfossintáticas, textuais) a partir de um dado texto, isto é, os enunciados a serem postos em análise. Grife-se que esse tipo de estudo de enunciados que se referem ao discursivo não é da mesma natureza que os estudos linguísticos que têm a língua como objeto fechado em si mesmo.

A identidade da qual tratamos se constitui pela diferença de modo dinâmico na interação entre os sujeitos, não é jamais absoluta e definitiva. Pode, entretanto, ser fixada historicamente pela tradição e pela repetição, mas isso já é outra discussão. Diferentemente daquela definição essencialista, no dizer de Silva, em que “a identidade só tem como referência a si própria (..) é auto-contida e auto-suficiente” (Silva 2000, pg. 74); ou como diria Woodward, “a identidade, pois, não é o oposto da diferença, a identidade *depende* da diferença” (Woodward, 2000, pg. 40), porque, entre outras coisas que são próprias da enunciação, “a afirmação 'sou brasileiro' é parte de uma extensa cadeia de negações (não sou argentino, não sou chinês, etc)” (SILVA 2000, pg. 75). Ora, não só a “extensa cadeia de negações”, no dizer de Silva, nos remete ao eixo das associações de Saussure, como também a razão pela qual um sujeito acaba afirmando uma dada identidade numa situação de interação com o outro, como “sou brasileiro”, estabelece condições específicas de enunciação, o que retomaremos no capítulo 5. Além disso, a construção das identidades no discurso, e em contextos de enunciação específicos é algo sobre o que Hall nos alerta sem nunca, no entanto, aprofundar a questão da linguagem:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. (Hall, 2000, pg. 109).

É, portanto, dessa concepção de identidade - variável, inconstante, às vezes contraditória - que surge a identidade cultural de que está tratando. E a principal razão pela qual trabalhamos com um conceito de identidade que seja, digamos, instável, é porque a

associamos com a construção da mesma no momento da enunciação.

As nações constituídas modernamente, a partir da era capitalista, além de um espaço político-geográfico determinado e de “símbolos” e dados oficiais, são os próprios discursos sobre a nação, sobre o cidadão, e etc. Uma contribuição essencial para esse trabalho é a noção de “comunidades imaginadas”, de Benedict Anderson (2008), noção segundo a qual o espaço político-geográfico (nação, estado, etc) precisa existir antes (ou ao mesmo tempo) no imaginário para existir na “realidade”. A própria noção de cultura como algo associado especificamente ao que se produz, sobretudo na agricultura, naquele espaço geográfico, passa a ser questionada. Isto é, se um dia se pode pensar que a cultura de um povo, de um lugar, confundia-se com a sua agricultura (a geografia, o relevo, o clima, como determinantes do que se pode produzir e consumir – os modos de produção - e de como se pode viver), na idade capitalista moderna. Isto já não é mais verdade.

Em outras palavras, na formação dos estados-nação foram definidos os traços das identidades nacionais: a língua oficial, como vimos na seção anterior, as comidas e danças “típicas”, a moeda oficial, a religião oficial, inclusive as etnias “próprias” do espaço geográfico, etc. A partir disso, ao nos referirmos aos cidadãos de uma determinada nacionalidade, “acessamos”, na falta de um termo melhor, um imaginário de como é esse cidadão; por exemplo, o inglês é branco, fala inglês, come *fish and chips*, é protestante anglicano, entre outros traços identitários verticalizados de “cima pra baixo”. Na pós-modernidade, contudo, sobretudo devido aos processos de intensificação da globalização, essas identidades começam a ser questionadas e postas em xeque, como no caso de Bauman visto acima. Um dos teóricos que mais se debruçou sobre a questão da identidade cultural na pós-modernidade, problemática que dá título a um de seus livros, é o jamaicano Stuart Hall.

Contudo, a identidade cultural não é fácil de definir e tampouco repousa numa relação estável entre uma língua nacional, no sentido geopolítico, e uma identidade nacional. O Professor Patrick Sériot²⁹ conta que, na Suíça, onde são falados quatro idiomas, é dado que “ser suíço” não está relacionado a falar apenas uma língua específica (ou uma mais do que a outra). Enquanto que, continua o professor, na antiga União Soviética, atual parte da Rússia,

²⁹A palestra aconteceu no Curso Livre **História das Idéias Lingüísticas no Leste Europeu**, ministrado pelos professores Prof. Dr. Patrick Sériot (Université de Lausanne) e Profa. Dr. Ekaterina Velmezova (Université de Lausanne/Academia de Moscou), nos dias 27 e 28 de janeiro de 2011, na Faculdade de Educação da UFRGS. O curso foi organizado pela Prof. Dr. Ana Zandwais.

que é objeto de estudo de sua universidade, a relação entre identidade nacional e cidadania é ainda mais complicada, pois podia-se ter por exemplo cidadania croata ou sérvia tendo-se a nacionalidade russa – considerando as variedades linguísticas implicadas nos limites geográficas.

2.5 O gaúcho como identidade cultural

De forma muito interessante, o que acontece à identidade do gaúcho não escapa à lógica discursiva de uma *comunidade imaginada* quase exatamente nos moldes dos estados nações que se formaram no começo da era moderna e do capitalismo. Existe a tentativa de reconhecimento de uma língua “nacional”; há um reconhecimento do espaço geográfico, com seus limites imaginados, no qual cabe, em tese, uma cultura homogênea, apesar da realidade heterogênea divergir do “discurso sobre”; faz-se constantemente referência a símbolos de “nação”, como a bandeira do estado, vestimentas ditas típicas (inclusive, o Hino Rio-Grandense, num exemplo que não encontra equivalente no país, quiçá no mundo, é cantado a plenos pulmões nos estádios de futebol dos times locais, a saber, Grêmio e Internacional, bem como em outras ocasiões em que cantar um hino não parece ter uma função, a não ser como enunciação, aqui num sentido de autoafirmação, da identidade); faz-se referência a heróis do passado, mesmo que estes não tenham sido tão heróis, entre outras coisas.

O reconhecimento da língua “nacional” na cultura gaúcha pode ser encontrado, sem muita dificuldade, desde em canções, como em “Longe demais das capitais”, da banda Engenheiros da Hawaii, cujo verso mais significativo para sustentar nosso argumento diz que “nós falamos outra língua, moramos em outro país”, passando por tentativas de dicionarização do “falar gaúcho”, que citamos como exemplo o Dicionário de Porto-Alegre de Luiz Augusto Fischer; até um *website*³⁰ que, entre paródias de notícias reais, chama de presidente da república o governador do estado, de país o estado, e assim por diante.

O Rio Grande do Sul pode ser entendido como uma comunidade imaginada inclusive de acordo com a descrição do fenômeno proposta por B. Anderson. As condições para isso, veremos adiante em maior detalhe são: 1. que existam discursos sobre o lugar, as narrativas,

³⁰www.obairrista.com

por exemplo, do mito fundador (a Revolução Farroupilha?); as tradições que são reproduzidas em todas as esferas de espaço discursivo; os discursos sobre o vernáculo, isto é, a afirmação de que “falamos *outra* língua”; 2. que os sujeitos refiram-se a estes discursos, posicionando-se em relação a eles; 3. que haja o alocutário.

2.6 Encaminhamentos

Neste capítulo trouxemos a contribuição teórica dos Estudos Culturais com a discussão sobre a identidade do sujeito na pós-modernidade. Passamos pela noção de comunidades imaginadas formulada por Benedict Anderson que, embora em alguns aspectos pareça estar superada, merece ser revisitada. Usamos o exemplo de Bauman, bem como sua metáfora que diz que “as identidades flutuam *no ar*” (2005, pg. 19, grifo nosso) que sugere, na nossa leitura, que se trata do espaço discursivo. Por fim, fizemos brevemente a discussão da noção de identidade de Stuart Hall.

Dessa forma, como sugerimos que a questão da identidade pode estar situada no espaço discursivo, espaço que é ocupado pelos sujeitos que, interagindo e produzindo sentidos que, e ao fazerem isso – ao atualizar a língua intersubjetivamente – se definem, passamos à parte teórica mais propriamente linguística, em que propomos que parte da obra Émile Benveniste possa também contribuir para o estudo da identidade cultural que se pretende fazer. Será necessário, primeiramente, olhar o todo da Linguística da Enunciação para, posteriormente, lançar mão das ideias linguísticas de Benveniste que cobrem a noção de cultura e, com estas, permitirmo-nos pensar em questões de língua e de identidade cultural.

Capítulo 3

Émile Benveniste: os estudos da enunciação

Nos capítulos anteriores falamos a respeito da delimitação do objeto “língua” no CLG, etapa conhecida como o começo da linguística moderna, foi na verdade já formulada tendo em consideração as ditas ciências conexas (cf. Cap. 1); após (cf. Cap. 2), trouxemos a contribuição dos Estudos Culturais para o nosso trabalho, por propor a questão da identidade cultural sugerindo sua relação com a língua, o que nos incumbe a nós, linguistas, com efeito, a tarefa de abordar a questão.

Na hipótese que estamos desenvolvendo, é nos estudos de Émile Benveniste – mais especificamente na sua visão linguística da cultura – que podemos encontrar bons subsídios para o estudo da identidade cultural numa perspectiva enunciativa. Benveniste, embora fosse linguista (ou deveríamos dizer apenas “enquanto linguista” e abandonar, já em nosso enunciado, a separação metodológica que precisaremos desfazer?) pode-se afirmar, pela leitura de vários de seus textos, tem uma preocupação, no sentido de questão teórica que o move, com a relação entre língua e cultura. Aprofundando-nos um pouco mais, veremos adiante, que uma de suas preocupações fundamentais é com a relação entre homem, cultura e linguagem.

No decorrer deste capítulo, discorreremos, inicialmente e para situar a discussão nos estudos enunciativos, sobre a teoria da enunciação e sua abrangência. Logo após, fazemos uma breve discussão acerca da leitura trinitária, a partir da contribuição de Dany-Robert Dufour, da obra de Benveniste como possibilidade de se pensar em formas de ler a cultura a partir do referencial enunciativo. Para fazer culminar a discussão, estudamos as reflexões de Benveniste que são fundamentais para o estudo que aqui se pretende: “o homem na língua” e, finalmente, a relação do homem com a linguagem e a cultura.

3.1 – Estudos de enunciação: a presença de Benveniste

Roland Barthes, no final de seu famoso artigo dedicado a Émile Benveniste, diz que “lemos outros linguistas (afinal, é preciso), mas gostamos de Benveniste”. (2004, pg. 213). Barthes escreve este artigo em 1974, para o periódico *La Quinzaine Littéraire*, pela publicação dos *Essais de Linguistique Générale*, II, e acrescenta, alhures no seu texto, que “o interesse direto no novo livro de Benveniste está nisso: é o livro da enunciação” (pg. 212, grifo nosso). A partir disso, torna-se necessário, ainda no empenho de justificar uma escolha, procurar explicar o que é a enunciação na interlocução da linguagem, qual a contribuição deste teórico e, no conjunto de sua vasta produção, situar a nossa discussão dentro de uma área dos estudos da linguagem: a Linguística da Enunciação.

O conjunto das reflexões de Émile Benveniste ao qual se dá, hoje em dia, o nome de Linguística da Enunciação (com variação para semântica da enunciação, teoria da enunciação, entre outros termos) é constituído, principalmente, por textos reunidos em dois livros de grande circulação, o *Problèmes de Linguistique Générale* I e II, publicados em 1966 e 1974, respectivamente, na França. Os textos – escritos num intervalo de cerca de quarenta anos (de 1930 a 1972) – foram reunidos pelo autor, no caso do primeiro volume, e por discípulos seus, no caso do segundo volume.

Tais obras, já traduzidas para o português e circulantes pelas faculdades de Letras no Brasil, apesar das instigantes reflexões que trazem de seu autor sobre questões de língua e linguagem, bem como a própria noção de enunciação, antes provavelmente ignoradas pelos linguistas brasileiros³¹, começa aos poucos ocupar um lugar de maior destaque.

Da leitura dos *Problemas*, concluímos que é notório o fato de que Benveniste jamais dera alcunha ao termo *Linguística da Enunciação*; suas preocupações eram de Linguística Geral, como atestam, além dos títulos dos livros referidos, o seu o riquíssimo conteúdo. Entretanto, pelo fato de tratar da questão da enunciação, e atribuir grande importância a um tema que para ele mesmo se impunha (no sentido de uma pergunta que lhe inquietava a alma, decerto) são várias as passagens, senão artigos inteiros, dedicados a discutir a enunciação da

³¹Curiosamente, no verbete “enunciação” do Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem, Tzvetan Todorov diz que “os aspectos linguísticos da enunciação nunca estiveram no centro da atenção dos linguistas” e com isso procura justificar que “daí uma certa hesitação terminológica nos estudos que lhe são dedicados”. Não que concordemos com a relação que se procura estabelecer entre pouca atenção dispensada a uma área de estudo e a falta de rigor terminológico. Acreditamos que a “hesitação terminológica” se dá por outras razões. O que queremos destacar do verbete é a posição da enunciação em relação aos estudos da linguagem no ponto de vista do linguista europeu.

língua. Por isso que se pode dizer, como Flores e Teixeira (2008), que, dentro dos estudos enunciativos como um todo aparentemente coerente e organizado (um campo teórico específico dentro dos estudos da linguagem), a ênfase dada a Benveniste talvez seja desproporcional, no sentido de que este teórico ocupe muito mais a pauta de discussões sobre o assunto do que os outros autores, porque “ele é considerado o linguista da enunciação e consequentemente o principal representante do que se convencionou chamar de *teoria da enunciação*” (Flores & Teixeira 2008, pg. 29).

Mas a escolha de Benveniste, para nós, não está relacionada ao fato unicamente, de ele ser o principal representante da Teoria da Enunciação. A escolha se dá, sobretudo, porque em seu trabalho teórico foram deixadas “pistas” para um leque de trabalhos possíveis a serem desenvolvidos; trabalhos que, ainda que com abordagens aparentemente controversas à primeira vista, permitem estudar elementos extralinguísticos em função da língua, dentro daquilo que – apenas esboçado programaticamente – o linguista chamou de *metassemântica* ou *translinguística* dos textos.

Sobre o programa de um estudo que transcenda o linguístico *stricto sensu* e, ao mesmo tempo, em que o inclua, assim se manifesta Benveniste:

A semiologia foi bloqueada, paradoxalmente, pelo instrumento mesmo que o criou: o signo. Não se poderia descartar a ideia de signo linguístico sem suprimir o caráter mais importante da língua; não se poderia estendê-lo ao discurso inteiro sem contradizer sua definição como unidade mínima.

E acrescenta:

Em conclusão, é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua. Esta ultrapassagem far-se-á por duas vias:

- na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo, e que será semiótica.

- na análise **translinguística** dos textos, das obras, pela elaboração de uma **metassemântica** que se construirá sobre a semântica da enunciação.

Esta será uma semiologia de 'segunda geração', cujos instrumentos e o método poderão também concorrer para o desenvolvimento das outras ramificações da semiologia geração (BENVENISTE, 2006, pg. 67)[grifos nossos].

Os termos *metassemântica* e *translinguística* – de especial interesse para os objetivos de nosso trabalho – são cunhados pelo autor no final do artigo *Semiologia da Língua* de 1969,

e dizem respeito a como aos linguistas se possibilitaria a ultrapassassem do signo saussuriano. Essa ultrapassagem parece desenhar uma perspectiva de abertura da linguística a outras áreas.

Ora, pouco sabemos sobre esse programa benvenistiano, no entanto, a passagem acima nos autoriza supor que se trata, por um lado, de um método – a *translinguística* permite uma *análise* – e, por outro lado, uma nova disciplina – a *metassemântica*. Ambos, método e disciplina, estariam, segundo o linguista, na dependência da semântica da enunciação. A esse conjunto podemos chamar, conforme o próprio autor, de *semiologia de segunda geração*.

Se bem entendemos a proposta apenas esboçada por Benveniste, pertenceria à metassemântica todo e qualquer estudo que, com base na semântica da enunciação, abordasse translinguisticamente textos e/ou obras. Cremos que nossa proposta – que aborda a relação entre a língua, e neste caso também a linguagem, o homem e a cultura – encontra eco numa perspectiva metassemântica.

A partir disso, nas ciências da linguagem, Benveniste, filiando-se epistemologicamente a Ferdinand de Saussure – afinal já existe em Saussure o interesse pelas ditas *áreas conexas* à linguística – ao mesmo tempo em que busca ultrapassá-lo, aprofunda-o. Isto, em se falando em teoria da linguagem, permitirá aos linguistas novas abordagens, algumas que ainda estão por se descobrir. Como bem observa Claudine Normand, em “Saussure-Benveniste”:

Benveniste libertou os linguistas presos às amarras da teoria saussuriana. Ele lhes devolveu a subjetividade, o mundo e o discurso que se faz sobre ele; Benveniste reatou com a filosofia e aproximou-se da psicologia social e da pragmática, reencontrou a virtude do diálogo e da interação. Enfim, [possibilitou] uma linguística diferente. (Normand, 2009, pg. 197)

A seguir, além de uma contextualização sobre os estudos enunciativos que se fazem a partir da obra de Émile Benveniste, discutiremos, um pouco mais especificamente, quais as noções dentro da enunciação que podem contribuir para o objetivo desta dissertação, que é a construção intersubjetiva da identidade cultural. Antes, no entanto, convém que se faça, brevemente, a discussão do fazer científico da linguagem com o olhar trinitário, a partir de Dufour (2000), pois esta visão será considerada neste trabalho uma vez que ele precisará aliar-se a um objeto exterior à linguagem, base de nossa interpretação do programa metassemântico.

3.2 Enunciação: a busca pela abrangência da teoria

Seria difícil retomar toda a reflexão benvenistiana sobre a linguagem para, ao expô-la, demonstrar a evolução de um pensamento que o linguista levou anos, décadas, para desenvolver, e que só nos é acessível na leitura de seus artigos e nas interpretações de seus principais leitores. Por isso, apesar de pretendermos fazer um “apanhado geral” da teoria, para satisfazer certa exigência da metodologia da escrita científica, precisamos, sobretudo, eleger as noções que nos serão mais úteis. Por isso, trataremos primeiramente da enunciação de um modo geral, e posteriormente da questão da intersubjetividade como constitutiva da subjetividade, para a qual nos valeremos da produtiva hipótese de Flores (2012/2). Antes, no entanto, precisamos retomar o conceito a partir do próprio Benveniste.

Para começo de discussão, convém lembrar que a Linguística de Enunciação não é uma teoria acabada: ela não foi proposta pelo seu “autor” como um projeto a se desenvolver. Pelo contrário, ela foi uma hipótese levantada posteriormente a partir das reflexões de seu autor que se encontram ao longo dos artigos dos PLGs. Por isso, porque partimos das reflexões de Benveniste, e não de uma ciência da linguagem “criada” por seu “criador”, que nos deparamos com certas dificuldades sobretudo de ordem teórica e terminológica.

Em outras palavras, costuma-se dizer, conforme Flores (2012/1), que a obra de Benveniste é dotada de uma certa “flutuação conceitual” e, digamos, “desencaixe” terminológico de um texto para outro. Conforme nos alerta Flores (*idem*):

a teoria de Benveniste precisa ser lida como uma complexa rede de termos, definições e noções que estão interligados entre si através de relações hierárquicas – hiperonímicas e/ou hiponímicas –, paralelas, transversais, entre outras. Isso quer dizer que muitos dos conceitos propostos por Benveniste têm valor primitivo, na medida em que fazem parte de outros conceitos. Ou seja: os termos e as noções que integram um dado conceito contêm, em si, outros termos e noções e estes, por sua vez, estão contidos em muitos outros. Na verdade, há na teoria benvenistiana, uma rede de relações conceituais em que cada conceito é constituído por uma rede e é parte integrante dela.

Nesse sentido, pensando no tipo de análise que será proposta por nós adiante, é que precisaremos delimitar, a seguir, alguns desses conceitos-chave em torno da construção intersubjetiva da identidade cultural no processo enunciativo. Não é nosso objetivo, por outro lado, levar a cabo uma revisão terminológica de toda a teoria enunciativa de Benveniste. O nosso recorte demandará, como todo recorte metodológico, que priorizemos certos conceitos:

ao mesmo tempo em que a teoria enunciativa é *inacabada*, se a puxarmos conceito por conceito como em um novelo onde se estabelecem, metaforicamente, as relações conceituais, poderemos vir a concluir que a teoria também é *inacabável*.

É tendo em mente estas dificuldades – de ser a Linguística da Enunciação uma teoria não acabada e nela conter as ditas flutuações conceitual e terminológica – que, por isso mesmo, nos é permitido dizer que na abordagem enunciativa, de um modo geral, novos estudos podem ser sugeridos. É porque se fala em *semiótico* e *semântico*, e também por que se fala em *semântica da enunciação*, a “linguística diferente”, nos dizeres de Normand, na qual o trabalho do linguista não deve:

nunca abandonar a língua, em sua matéria significante, suas estruturas comuns, seu aparelho “semiótico”, mas conciliar esse gesto saussuriano com a singularidade subjetiva, a comunicação sempre situada, o “acontecimento evanescente” que é todo enunciado, analisar o semântico (2009, pg. 202).

É porque essa era a “aposta de Benveniste” (Normand, *idem*), que podemos falar em um trabalho de estudo da linguagem que seja invadido, contaminado, afetado pela exterioridade, tanto na sua perspectiva teórica, quanto na delimitação de seu objeto de estudo. A nossa aposta, especificamente nesta dissertação, é tentar mostrar como um determinado índice da subjetividade – a identidade cultural³² - pode ser, em nossa hipótese, uma fato analisável pela Linguística da Enunciação.

Lemos a obra de Benveniste, como já testemunha, além de nossa subscrição ao projeto da *metasemântica*, acima, nossa menção ao trabalho de Dufour (2000), a seguir, como uma teoria aberta a novas possibilidades. Esta, provavelmente, é uma das maiores contribuições deste trabalho para as ciências da linguagem, mas mais especificamente para a Linguística da Enunciação. No ato da enunciação em que vemos o sujeito, atingido por outro sujeito na sua interação com ele, marcar sua identidade, de acordo com a nossa hipótese, podemos supor que há ainda um universo a ser explorado, pois do pouco ou muito que se estudou da enunciação, ainda deve haver muitos fatos a serem levados em consideração e analisados, principalmente quando abrimos mão do recluso sistema linguístico e, nas hipóteses a serem construídas,

³²Sem querer provocar polêmica, uma vez que os termos *identidade* e *subjetividade*, nos dizeres de Kathryn Woodward, “são muitas vezes intercambiáveis”, e embora tenhamos conhecimento de que o termo subjetividade, de um modo geral nas ciências humanas, dizem respeito da noção ou consciência de si mesmo, enquanto que identidade, que deriva de um processo de identificação do sujeito com algo ou alguém que lhe é exterior, e que é relacional, estabelecida pelas diferenças, nosso objetivo nesse trecho é dar conformidade ao nosso argumento geral. Estamos entendendo, aqui, a identidade cultural como um índice analisável pela enunciação, e o sujeito de que falamos é o que toma parte, desde que intersubjetivamente, no processo de enunciação.

deixá-lo afetar-se por pontos de vista externos à língua e à linguagem, pontos de vista talvez antes não pensados.

3.3 Leitura trinitária de Benveniste e o fazer científico do estudo da linguagem

Dufour (2000) faz uma discussão, em seu livro *Os Mistérios da Trindade*, na qual contrapõe, dentro do escopo das ciências em geral, mas sobretudo nas ditas exatas, dois modos de organizar e de produzir o conhecimento: por um lado, o raciocínio binário, que tem predominado nelas, e, por outro, o olhar trinitário, que insiste em não se deixar silenciar. Este embate entre o raciocínio binário, que predomina nas ciências que procuram axiomatizar a realidade e, assim, propor verdades absolutas e terminantes, e o terceiro elemento, o que escapa à regularidade, o que às vezes nem mesmo se revela – e por isso que dele se diz, conforme o filósofo, objeto de mistério – constitui a linguagem humana. Para desenvolver este raciocínio, Dufour serviu-se de alguns pressupostos da teoria de Benveniste sobre a linguagem.

Dufour vê na teoria dos pronomes, o trinômio eu-tu-ele, de Benveniste, o reduto onde a trindade se encontra imaculada. Enquanto nas ciências da natureza e exatas e, portanto, subjacente às epistemologias, um modo de conceber como o conhecimento tende à binaridade; mas que na língua, pela sua própria constituição trina, a trindade subsiste.

Não é nosso objetivo, aqui, um aprofundamento das ideias de Dufour, mas mencionar, no que diz respeito ao nosso interesse específico, como pretendemos nos aproximar da leitura trinitária de Benveniste e como esta leitura contribui para justificar um trabalho em linguística que cede espaço para uma área, tanto no que tange a teoria em si quanto no que tange o objeto de estudo, que lhe é exterior, uma metassemântica.

Assim, cabe a ressalva, de antemão, que quando falamos em binário e trinitário, não estamos falando rigorosamente em números, não estamos falando em procurar dicotomias e/ou tricotomias terminológicas, para privilegiar estas e, com isso, procurar tornar “evidente”, no sentido a que a leitura trinitária talvez se oponha, a trindade. Mas estamos falando que o trabalho em questão precisará, em algum ponto, transcender a linguística, enquanto olhar do linguista para o sistema.

Toda teoria sobre a língua, por mais que se queira binária – isto é, científica, num certo sentido – deixa algo sem explicação, como já nos mostraram Saussure, Jakobson, entre outros. As teorias linguísticas olham a língua sempre a partir de um ponto de vista cuja escolha implica, também, exclusões. Nesse sentido, se há espaço para um pequeno atrevimento, pode-se dizer que nenhuma teoria linguística, nem mesmo as de *stricto sensu*, alcança a língua em sua inteireza pela via binária. Todo recorte metodológico implica exclusões. Não sabemos, por outro lado, se pela via trinitária será possível pensar num todo da linguagem, e não há um método a se aplicar. O que existe é uma maneira de olhar para língua e linguagem, um olhar para a semântica, um olhar para os sentidos que os sujeitos produzem quando produzem linguagem e se constituem como sujeitos.

O que o autor chama de “binário”, é algo bastante abrangente e que predomina no fazer do homem, digamos, estruturas de pensamento, da ciência, do conhecimento, etc. Em suas próprias palavras, o filósofo diz que a binariedade “incontestavelmente estrutura o saber deste século” (Dufour 2000, pg. 21) A qualidade de ser binário perpassa as conquistas tecnológicas, permite desenvolvimentos, além de estruturar uma organização do mundo cuja lógica estruturante seria a do “é” e do “não-é”, ou do “um” e do “zero”. Diz Dufour que:

a forma binária que domina hoje é o resultado de uma longa evolução, no decorrer da qual forjaram-se as grandes categorias da razão com que se armou o Ocidente: o dualismo, a dialética, a causalidade e, nos dias de hoje, o cálculo binário. (...) O homem binário transforma o mundo graças à eficácia inscrita nas redes binárias das ciências tecnológicas: serve-se da forma algorítmica, quintessência da binariedade (informática, inteligência artificial), para criar em todos os domínios (produção, administração, saúde...) processos artificiais de grande amplitude (idem, pg 10)

A partir desse reconhecimento da qualidade e da abrangência do que chama de binariedade, Dufour faz as ressalvas de que “a história do Ocidente é a história da concorrência entre a ordem do *Dois* e a ordem do *Três*” e que “hoje, a *trindade* se vê totalmente enclausurada, interdita, no coração mesmo da *binariedade*” (idem, pg. 21). Mas enquanto parece ser fácil definir a binariedade valendo-se de um exemplo como o sistema binário usada em computação, que permite inúmeros desdobramentos, entre eles e talvez o principal deles – a transmissão de informações ocupando espaços de memória virtual cada vez menores – a definição da trindade parece esvair-se pela própria linguagem filosófica, quando na verdade está em seu próprio “interior” que a constitui. Algo que parece, portanto, filosófico no sentido mais especulativo do termo, e que por isso mesmo se dificulta a sua apreensão, diferentemente da concretude dos desenvolvimentos da binariedade, a qualidade de ser

trinitário instaura a linguagem do homem, e seus desdobramentos podem estar, justamente, na relação entre homem, linguagem e cultura.

Para situarmos uma questão de linguagem na trindade a que Dufour se refere, evocamos, como o próprio filósofo faz, a teoria benvenistiana. Ao definir a trindade, em uma perspectiva espiritualista (mas jamais restrita a esta perspectiva somente) como o “movimento de reconhecimento e de construção da condição humana do *homem na língua*” (idem pg. 17, grifo nosso), já se evidencia aí uma referência ao principal axioma de Benveniste. Assim ele o explica desde as primeiras páginas de seu livro, *Os mistérios da Trindade*:

Por *trinitário*, entendo uma definição da palavra, do Verbo, implicando *um* conjunto de *três termos*, *irreduzível* às relações habituais de dois termos utilizadas pela razão para abrir seus caminhos: sob qualquer luz que se a examine, num momento ou no outro, a palavra revela possuir a propriedade “três em um”, ou a propriedade “trina”. (...) Da *trindade* que falo, cada ser falante não cessa de fazer a experiência imediata: para apreendê-la, basta evocar o espaço humano mais banal possível, *lugar comum* de toda a espécie falante, o da conversação: “eu” diz a “tu” histórias que “eu” obtém d’“ele”. (idem. pg. 16, grifos do autor)

Após este raciocínio, que nos parece mais pontual e resumível das suas ideias, Dufour dedica nada menos que 70 páginas de seu livro para o tema “A trindade e a língua”, das quais um aprofundamento não teria o espaço apropriado neste trabalho. Ficamos então com a percepção do filósofo de que “Benveniste foi um dos raros a terem empreendido uma descrição sistemática desse singular dispositivo intralinguístico” (idem, pg. 70), que ele mesmo descreve no trecho:

O prisma formado pelo conjunto “eu”, “tu”, e “ele” funciona, de certa maneira, como um dispositivo no interior da língua, que inscreve sempre em seus lugares os alocutários. Surge assim, como uma espécie de língua prévia, um língua de acesso à língua, uma língua na língua. (idem, pg. 69)

Nesse sentido, é muita valiosa a leitura que Dufour faz da visão de Benveniste sobre a linguagem, sobre o homem na língua e a organização da trindade que é, em termos teóricos, observável através dos índices de subjetividade, eu-tu-ele. O que se pode, talvez, reter da contribuição de Dufour, com sua teoria da trindade, diz respeito a várias partes que perpassam essa dissertação, como a noção que trabalhamos de identidade (não binária, isto é, não adotamos uma noção de identidade do “é/não-é” atribuída às visões de mundo essencialistas), bem como a emergência da intersubjetividade constitutiva da linguagem e instauradora do homem na língua

3.4 O homem na língua

Como visto anteriormente (Cf. Cap. 1) a dita linguística moderna surgiu com a publicação do *CLG* elaborado a partir das notas dos alunos de Ferdinand de Saussure e, na redação e conformação das ideias dos editores Bally e Sechehaye, delimitava o objeto da “linguística propriamente dita”, que seria a língua nela mesma, não afetada por qualquer exterioridade ao sistema linguístico. Nesta perspectiva, excluía-se a “linguística da fala” e com ela a presença do sujeito da língua. Numa hipótese justificável, conforme Flores & Barbisan, “há quem considere que a *enunciação* é o que “sobrou” inconcluso no *Curso de linguística geral*” (2009, pg. 17).

Na esteira desse raciocínio, encaixa-se nessa hipótese, que retoma a “linguística da fala”, a tese central da teoria da enunciação de Émile Benveniste: o homem está na língua. Para situar a questão historicamente, cabe dizer que é nesse momento do estruturalismo, digamos, o momento benvenistiano, na contramão da maioria dos estudos em ciências humanas em que se excluía o sujeito, que Benveniste opera, como diria Dosse, a “exceção francesa”. Além disso, em virtude de uma paulatina aceitação das suas ideias entreoslinguistas³³, entre outros motivos como contribuições de outros notórios intelectuais, que “novas interrogações que surgiram (...) nas ciências humanas e que permitiram ao sujeito reaparecer pela janela após ter sido expulso pela porta” (Dosse, 2007 pg. 68).

Aqui, entretanto, é necessário entrarmos em outra discussão. Diferentemente do que talvez se suponha em uma dada maneira de ler a teoria benvenistianiana, a enunciação não é uma teoria sobre o sujeito. Esse sujeito de que se fala nas ciências humanas, a partir de um movimento que teve o intuito de reconsiderar as exclusões do estruturalismo, é “o sujeito transcendental da filosofia idealista para a transcendência da estrutura”³⁴ conforme Dessons (2006, pg. 97). No entanto, embora este movimento nas ciências humanas “acusasse”, nos

³³Este momento da aceitação, para Dosse, é a publicação do artigo “O aparelho formal da enunciação”, em 1970 na revista *Langages*, cujo público leitor era especializado em linguagem. É necessário levar em consideração, também, que os artigos “A natureza dos pronomes” e “Da subjetividade da linguagem” datam de 1956 e 1958, respectivamente. O que queremos dizer é que, se apenas cerca de anos mais tarde o estruturalismo deixou-se perturbar pela questão do sujeito (“o encaminhamento de Barthes, Todorov, e Foucault para uma problematização só sujeito a partir de meados dos anos 70. (Dosse, 2007, pg. 431)), então Benveniste estava pelo menos uns dez anos adiantado nessa discussão.

³⁴No original: “*le sujet transcendental de la philosophie idéaliste para la transcendence de la structure*” Tradução minha.

termos do próprio Derrida, Benveniste de fazer apologia a este sujeito, pode-se dizer hoje em dia, com bastante segurança, que não é desse sujeito que falava Benveniste. O sujeito, para Benveniste, é o ser de fala, isto é, o ser que produz linguagem na interação com outro, e com isso ele “funda” sua teoria a partir da hipótese de que a “a *linguagem* é também um fato humano; é, no homem, o ponto de interação da vida mental de vida cultural, ao mesmo tempo o instrumento dessa interação” (PLG I, pg. 17, grifo nosso).

Visto mais especificamente na relação com a língua, Benveniste nos diz que a subjetividade de que trata “é a capacidade do locutor de se propor como sujeito”, (PLG I, pg. 286) e dizemos mais especificamente na relação com a língua porque o termo locutor assim nos permite: na interlocução da linguagem, locutor é aquele que fala. E sobre o sujeito transcendental da filosofia analítica, no mesmo artigo ainda, *Da subjetividade na linguagem*, um texto publicado em 1958 na revista francesa *Journal de Psychologie*, Benveniste ainda argumenta que:

Define-se [a subjetividade] não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo não é mais do que um reflexo) mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. Ora, essa “subjetividade”, quer a apresentemos como em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” quem diz *ego*. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo *status* linguístico de “pessoa”. (Idem)

É fundamental que se sublinhe, no trecho acima, que ao dizer “é 'ego' quem diz *ego*”, está-se referindo ao locutor, aquele que fala na interlocução; e que “pessoa”, no enunciado seguinte, determina o status linguístico do sujeito porque é esta de quem as marcas são retidas no enunciado, as marcas de pessoa (eu-tu). Sujeito, para Benveniste, portanto, em resumo, é o ser de fala.

Assim, porque pareceria muito contraditório, ao mesmo tempo em que se inclui o sujeito na pauta da ciência da linguagem, excluí-lo novamente ao se anunciar que “não é deste sujeito aí que estamos falando”, foi cabível e até necessário tentar explicitar da melhor maneira que as palavras nos permitiram, o que é esse sujeito da enunciação. O sujeito da enunciação em Benveniste está numa relação conceitual primitiva, como dito acima, com outros termos como “homem”, “locutor”, “pessoa”. O “sujeito”, salvo melhor juízo, é o termo hiperonímico dentro da teoria que em algum momento da teoria pode servir para designar tanto o ser de fala - o locutor; quanto da unidade antropológica, o que interage

constituindo a linguagem e a sociedade - o homem; quanto o que deixa suas marcas no enunciado através dos índices pronominais de pessoa.

Embora seja possível sustentar que haja mais ocorrências do termo *sujeito* na obra de Benveniste, e que por isso simplesmente aventemos a hipótese de este ser o termo que abrange os demais, talvez por mera conveniência terminológica do autor, não queremos dizer com isso que ele funciona numa espécie de hierarquia. Todos os termos estão relacionados entre si, como já dissemos anteriormente, e seus sentidos mais ou menos específicos estão contidos no interior dessas relações conceituais primitivas.

Além disso, uma noção fundamental presente na obra de Benveniste é a de *intersubjetividade* que se verifica no jogo da enunciação. Normand (1996) observa que o “sujeito da” ou “de enunciação” não pode ser encontrado na obra de Benveniste. Toda a teoria da enunciação de Benveniste não versa, em momento algum, salvo engano, sobre um sujeito “absoluto” ou, dito em termos mais correntes, que transcende o sistema, pois a enunciação, enquanto ato ou processo, resulta da relação que se estabelece entre, pelo menos, dois sujeitos. A subjetividade se estabelece na e pela linguagem; ou como é melhor dito pelo próprio autor - “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito* (PLG I, pg. 286).

Mas o que é a *intersubjetividade*, para Benveniste? É condição para que exista linguagem instaurada no tempo da enunciação. No seu artigo *A linguagem e a experiência humana*, de 1965, o linguista dedica-se a explorar a noção de tempo, dividindo-o em três “níveis”: o tempo físico (vivido), que é contínuo e indivisível; o tempo cronológico, do calendário, e que pode ser “dividido” em partes e contado; e o tempo linguístico. E propõe Benveniste que “o tempo linguístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso” (PLG II, pg. 74). O locutor, situado no interior da língua, subordina as ações do conteúdo de sua fala a partir do presente da enunciação. Mas isto não é suficiente para explicar o funcionamento da língua como sendo, sempre, um contrato estabelecido entre pelo menos dois, locutor e interlocutor, cujos papéis são reversíveis. Sobre isso, Benveniste diz que:

O ato de fala é necessariamente individual; a instância específica de que resulta o presente é cada vez nova. Em consequência disso, a temporalidade linguística deveria se realizar no universo intrapessoal do locutor como uma experiência

irremediavelmente subjetiva e impossível de ser transmitida. (...) Mas este argumento é falso. Algo singular, muito simples e infinitamente importante se produz realizando algo que parecia logicamente impossível: a temporalidade que é minha quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como sua pelo meu interlocutor. (...) Esta parece ser a condição de inteligibilidade da linguagem, revelada pela linguagem: ela consiste no fato de que a temporalidade do locutor, ainda que literalmente estranha e inacessível ao receptor, é identificada por este à temporalidade que informa sua própria fala quando ele se torna, por sua vez, locutor. (...) O tempo do discurso nem se reduz às divisões do tempo crônico nem se fecha em uma subjetividade solipsista. Ele funciona como um fator de intersubjetividade, o que de unipessoal ele deveria ter o torna onipessoal. A condição de intersubjetividade é que torna possível a comunicação linguística. (PLG II, pg. 77-8)

Assim, temos, para a noção de intersubjetividade, os índices de pessoa “eu-tu”, evidentemente, não restritos aos pronomes, mas estendendo-se a todas as marcas pessoais na língua; além da noção de tempo linguístico, cuja instauração na enunciação, uma vez que é um processo intersubjetivo, precisa ser aceita pelo locutor e pelo interlocutor. A intersubjetividade é o que torna possível a comunicação linguística, que torna possível tudo o que daí deriva: a emergência do sujeito, o estabelecimento da sociedade e o desenvolvimento da cultura, entre outras coisas.

Além disso, convém retomar a leitura de Dufour sobre a ausência do “ele” que também é, em alguma medida, constitutiva dessa relação entre “eu” e “tu”. Enquanto “eu” e “tu” estão numa relação *inclusiva*, “ele” está numa relação *disjuntiva*, e que pode se manifestar, com efeito, pela oposição ou pela ausência. Em suas palavras,

O marco temporal do discurso é interior ao discurso, como diz Benveniste, mas esta interioridade só pode se estabelecer efetivamente com relação a uma exterioridade; em suma, para que dois estejam aqui e agora copresentes, é necessário – necessário e suficiente – que um outro esteja lá, ausente. (Dufour, 2000 pg. 91)

Neste raciocínio de Dufour lendo Benveniste, mas no qual não os aprofundaremos, é o direito ao uso do operatório (“eu”, do dispositivo intralinguístico, ou da língua de acesso à língua) alternado entre os interlocutores que explica o “nascimento do sujeito” da e na linguagem, cujo funcionamento também só é possível porque uma ausência, o “ele”, se faz necessária. Com isso concluímos, com certa concisão necessária e de sorte com alguma clareza, a nossa discussão sobre a intersubjetividade. Passemos à discussão sobre a noção de cultura.

Os termos *sociedade* e *cultura*, também, em Benveniste, não são intercambiáveis, tampouco; pois designam realidades distintas. Sociedade, segundo nos parece, é mesmo o

termo de cunho marxista. No texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* Benveniste fala, desde o título, de “estrutura social” e, adiante, para diferenciar as tais estruturas pelas suas características mais específicas, ao mesmo tempo que deixa transparecer a noção que traz de sociedade, Benveniste diz que:

A base da estrutura linguística é composta de unidades distintivas, e estas unidades se definem por quatro caracteres: elas são unidades discretas, são em número finito, são combináveis e são hierarquizadas. A estrutura da sociedade não pode ser reduzida a este esquema, ela é de natureza dupla. Existe de um lado um sistema relacional, que é chamado sistema do parentesco; e de outro, um sistema de relação, de divisão, é o sistema de classes sociais que é agenciado pelas funções de produção. Ora, nem os indivíduos nem os grupos variados de indivíduos se deixam transpor em unidades ou grupos de unidades comparáveis às da língua. (PLG II, pg. 95)

Embora haja talvez poucas referências ao termo sociedade como sendo um “sistema de classes sociais”³⁵ nos *Problemas de Linguística Geral*, o termo *sociedade* como o lugar que contém a *cultura*, por outro lado, é bastante recorrente. Em suas palavras, o linguista diz que “a cultura é inerente à sociedade dos homens” (PLG I, pg 31). Isso nos habilita a dizer que a preocupação de Benveniste é da relação entre linguagem e sociedade/cultura, sem nos deixar esquecer do *homem*, que está na língua, e que através da língua e da linguagem, constitui a sociedade e a cultura, uma noção que precisaremos retomar e desenvolver um pouco mais na próxima seção.

Adiantamos, no entanto, procurando amarrar as partes, que é nesse sentido que pensamos que se dá a construção de uma identidade cultural, e que pretendemos aprofundar um pouco mais mais adiante, não como algo estático, mas algo que está nesta relação intersubjetiva e em que os locutores e alocutários, estabelecidos *eu-tu* dentro do espaço e do tempo da língua, referem e correferem, mas além disso marcam-se para si ao mesmo tempo que para o outro em relação à cultura, trazendo à tona discursos sobre as comunidades imaginadas.

O percurso de leituras de Émile Benveniste que nos permite chegar a alguma conclusão nesse sentido, em primeira análise, são os artigos: *A natureza dos pronomes* e *Da subjetividade na linguagem* (dois artigos que se complementam, pelo fato de que o segundo apresenta um aprofundamento das ideias do primeiro), de onde nós tiramos, primeiramente, a

³⁵Além da referência ao “sistema de classes sociais” presente na obra de Karl Marx e seus continuadores, neste trecho também se observa a referência ao “sistema de parentesco”, que se encontra presente na obra de Lévi-Strauss. Benveniste parte dessas noções já existentes para formular a sua noção de sociedade, a sociedade que se estabelece com o homem que utiliza a linguagem que simboliza.

noção de comunicação intersubjetiva e, após, *Estrutura da língua e estrutura da sociedade, Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística*, entre outros, nos quais Benveniste, digamos, radicaliza na tese de que a sociedade só é possível graças à linguagem; e por fim, todos os trechos nos dois tomos de *Problemas de Linguística Geral* que, de alguma forma, tocam na questão da relação entre homem, língua e cultura. Nestes trechos, convém dizer, Benveniste gesta uma bela hipótese que pretendemos explorar mais adiante aqui: a noção de cultura para o linguista, pois isto será importante para falarmos em identidade cultural construída intersubjetivamente na linguagem.

Os pronomes pessoais são descritos por Benveniste como os indicadores de pessoa, *eu* e *tu*, e o que escapa à simetria intersubjetiva, o pronome de terceira pessoa *ele*. Em *A natureza dos pronomes*, Benveniste formula a hipótese que retoma dois anos depois (se considerarmos, evidentemente, o ano das respectivas publicações) de forma muito mais sagaz. Se o artigo *A natureza dos pronomes* é uma reflexão sobre o sujeito que fala tratada “muito levemente e como incontestável” (pg. 280), no artigo *Da subjetividade na linguagem*, o autor não somente amplia e aprofunda a questão dos pronomes, como também, e talvez até mais importante do que isso, ele formula uma de suas mais notórias teses dentro da enunciação: *o homem na língua*.

Trazendo o homem para a língua³⁶ da maneira como faz Benveniste, estimamos que uma *des-construção* na linguística da língua tenha sido feita. E se usamos um jargão dos estudos pós-colonialistas, isto não é ingênuo nem acidental, pois, se no terreno do estruturalismo onde se ergueu o prédio da “linguística da língua” em sua ordem própria, com suas respectivas exclusões da fala, do sujeito e da singularidade enunciativa, no movimento de des-construção de um dado objeto antes “intocável”; porque recortado e isolado de sua realidade complexa; são justamente as noções outrora marginais que irão questionar o objeto.

Nesse sentido, é difícil lermos *A natureza dos pronomes* e *Da subjetividade na linguagem*, o segundo até mais do que o primeiro, como artigos de linguística estritamente falando. E justamente, Benveniste parte da língua, mesmo se quisermos dizer que ele parte de

³⁶Esta frase pode parecer estranha para leitores não habituados a “exclusões” ou a delimitações do objeto, como preferimos chamar, correntes em linguística. Cabe aqui retomar brevemente a noção proposta no primeiro capítulo, de que “a língua que só conhece a sua ordem própria”, teoricamente, tem funcionamento autônomo em relação aos sujeitos falantes. Isso só é possível em virtude de uma delimitação de um objeto de estudo muito específico. No desenvolvimento das teorias linguísticas, portanto, Benveniste passa a reconhecer este outro objeto da linguagem, o homem na língua, cujas marcas no enunciado mais evidentes são os pronomes pessoais.

um ponto de vista inicial que é estritamente linguístico não estaremos completamente errados. Mas o ponto onde ele quer chegar ultrapassa uma noção fechada de língua-sistema: seu alvo é o homem (o humano) na língua, como um ser “dotado de” (quando talvez fosse melhor dizer “construidor” e “continuador” da sua própria) cultura, pois a cultura só é possível em virtude da língua e da linguagem.

Nesta passagem que se faz da língua, como elemento que constitui o humano como tal e possibilita a cultura, enveredamos para o artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, sobretudo devido a uma passagem, senão ao argumento principal do artigo, em que está pontuada a relação da noção de intersubjetividade com a noção que temos de sociedade:

... cada um fala a partir de si. Para cada falante o falar emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito a outro ou a outros. Entretanto, e talvez por causa disto, a língua que é assim a emanação irredutível do eu mais profundo de cada indivíduo é ao mesmo tempo uma realidade supra-individual e coextensiva à toda a coletividade. É esta coincidência entre a língua como realidade objetivável, supra-individual, e a produção individual do falar que fundamenta a situação paradoxal da língua com respeito à sociedade. Com efeito, a língua fornece ao falante a estrutura formal de base, que permite o exercício da fala. Ela fornece o instrumento linguístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso: é a distinção indispensável, sempre presente em não importa qual língua, em não importa qual sociedade ou época, entre o eu e o não-eu, operada por índices especiais que são constantes na língua e que só servem a este uso, as formas chamadas em gramática de pronomes, que realizam uma dupla oposição, a oposição do “eu” ao “tu” e a oposição do sistema “eu/tu” a “ele”. (PLG II, pg. 101)

E quando Benveniste fala em sociedade, ele não se restringe a uma noção marxista de sociedade, estritamente falando, de classes. A sociedade, para o linguista, vai além disso. Fala-se, sim, da relação fundamental que se estabelece entre um sujeito e outro (que não é necessariamente, todas as vezes, desigual e assimétrica, como indicam as relações de poder; mas simétrica e reversível no seu dispositivo de acesso à língua pelos sujeitos que falam). Essa relação fundamental, desde o mítico homem primitivo com a linguagem de significação a desenvolver, é o que funda a sociedade, funda a possibilidade de sociedade. E aqui lembramos do desafio lançado por Benveniste às futuras gerações de linguistas, das consequências a desenvolver em todos os sentidos, a partir do estudo da língua, porque é a língua, ela mesma, que possibilita também (e devido a) a história, a narração, o relato, a ideologia, as religiões, o ensino; enfim, para não fazermos uma lista extenuante, a língua possibilita tudo o que é “veiculado” nela, tudo para que ela serve. Não por acaso que Benveniste abre um artigo em que dialoga com a noção aristotélica de categorias de pensamento para falar de categorias de língua, com a seguinte passagem: “Fazemos da língua

que falamos usos indefinidamente variados, cuja enumeração só deveria ser extensiva a uma lista das atividades nas quais se pode empenhar o espírito *humano*” (PLG I, pg. 68, grifo meu).

Ou seja, o que estamos tentando dizer é que esta é, talvez, uma das principais preocupações de Benveniste – a língua como possibilidade de algo além dela mesma. Por isso, justamente, que se estabelece a relação da língua com a sociedade, não numa correlação estrutural, tipológica, nem histórica ou genética. Trata-se, na verdade, de uma “relação semiológica: a relação do interpretante com o interpretado” (PLG II, pg. 97). E indo mais além, diz Benveniste, “formularemos estas duas proposições conjuntas: em primeiro lugar, a língua é o interpretante da sociedade, sem segundo lugar, a língua contém a sociedade” (idem).

3.5 “O homem não nasce dentro da natureza, o homem nasce dentro da cultura”

Na seção anterior vimos que, para Benveniste “o homem está na língua” e que o sujeito, enquanto locutor, deixa suas marcas de pessoa nos enunciados. Além desses elementos, o homem na língua e a intersubjetividade, instaurada no tempo da enunciação e possibilitadora da comunicação linguística; e a partir destas reflexões, Benveniste formula outra importante concepção, em vários sentidos: o nascimento deste homem de que falamos, homem enquanto ser de linguagem, não acontece na natureza, mas na cultura.

O trecho que dá título a esta seção está no artigo *Saussure pós meio século*, de 1963, publicado originalmente em *Cahiers de Ferdinand de Saussure*, nº 20, daquele ano. No *Problemas de linguística geral I*, está na página 48, e é encaminhamento para uma conclusão de uma discussão que Benveniste faz sobre o projeto da semiologia geral de Saussure, que permitiram investigações inovadoras, como vimos no capítulo 1 desta dissertação. Diz Benveniste que:

Essas investigações inovadoras levam a crer que o caráter natural da língua, de ser composta de signos, poderia ser comum ao conjunto dos fenômenos sociais que constituem a *cultura*. Parece-nos que se deveria estabelecer uma distinção fundamental entre duas ordens de fenômenos: de um lado os dados físicos e biológicos (...); e de outro lado, os fenômenos próprios ao meio interumano, que têm essa característica de não poderem jamais serem tomados como dados simples nem definir-se dentro da ordem da sua própria natureza, mas devem ser recebidos

como duplos, pelo fato de que se ligam a outra coisa, qualquer que seja o seu “referente”. (...) Nenhuma ciência do homem escapará a essa reflexão sobre o seu objeto e sobre o seu lugar no seio de uma ciência geral da cultura, pois *o homem não nasce dentro da natureza mas dentro da cultura*”. (PLG I, pg. 47-8 grifo nosso)

Curiosamente, esta passagem, referindo-nos ao enunciado que dá título à seção, é muito mais lembrada, numa hipótese vaga, pela sua recorrência na entrevista a Pierre Daix, de 1968. O que não causa espanto, por outro lado, é que, dado este íterim de cerca de uns cinco anos entre um artigo e outro, Benveniste possa ter aprofundado a sua visão antropológica da linguagem. Mas não falemos somente de um intervalo de cinco anos. Falemos da obra de um modo geral.

O que talvez nos permita falar desse aprofundamento, ou dessa evolução no seu pensamento, é a cronologia dos textos bem como a crescente radicalidade das ideias, nas quais Benveniste, além de linguagem, que é sempre a sua espinha dorsal teórica, nos diz também algo sobre homem na sua relação, intermediada pela linguagem, com a cultura e com a sociedade. Observemos um pouco essa cronologia.

Em *Tendências Recentes em Linguística Geral*, de 1954, projeta-se uma tímida proposta: “uma outra linguística poderia estabelecer-se sobre os termos deste trinômio: língua, cultura, personalidade” (PLG I, pg. 17). Os textos *A Natureza dos Pronomes* e *Da subjetividade na Linguagem* são, respectivamente, de 1956 e 1958, sendo que no último Benveniste passa a fazer uso do termo da antropologia, *homem*.

Os textos *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* e *Saussure após meio século* são ambos de 1963. Nestes dois artigos, sobretudo no primeiro, temos a visão mais genuína do autor sobre a relação entre homem, linguagem e meio (natureza ou cultura), desde que a criança passa a adquirir cultura ao mesmo tempo que adquire a língua.

Por fim, dessa enumeração cronológica de textos sobre homem, linguagem e cultura, os artigos *Estruturalismo e linguística*, que é a entrevista acima citada, e o texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* são, respectivamente, de 1968 e 1970, época da vida do autor na qual, conforme nos narra Dosse, como visto anteriormente, Benveniste alcança maior reconhecimento entre o público especializado em assuntos de linguagem falando de enunciação (e não de gramática comparada). É no artigo de 1970, por exemplo, que Benveniste relaciona a “trindade” da língua, nas oposições “eu-tu” e “eu-tu/ele”, a uma “nova

configuração de língua”:

Aqui aparece uma nova configuração de língua que se acrescenta às outras duas que eu sumariamente analisei: é a inclusão do falante em seu discurso, a consideração pragmática que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação. (PLG II, pg. 101).

Mas voltando à questão da natureza e da cultura, que antes as chamamos pelo termo em comum, o *meio* onde o homem se cria e se desenvolve, é necessário agora distinguir os termos. Já é um movimento teórico bastante antigo e sedimentado na antropologia a separação entre o que é natural e o que é cultural³⁷. No desenvolvimento de sua visão sobre linguagem, homem e cultura, Benveniste se vale desta mesma distinção, e situa o homem, enquanto ser de fala, na cultura, pois cultura e linguagem são complementares.

Essas duas noções, de *natureza* e de *cultura*, quando mobilizadas para se pensar a questão da identidade cultural, evocam discursos diferentes. Existe um discurso que diz que nascemos na natureza; o conjunto de discursos ditos essencialistas, que colocam a própria cultura como uma relação orgânica e genética do homem com a terra. Mas Benveniste, quando fala de cultura, opondo essa noção à de natureza, evoca outros discursos, como por exemplo, de que a cultura é uma consequência, correndo o risco de parecer simplista demais, das práticas discursivas.

A cultura está, sim, em primeira análise, num lugar geográfico. A cultura é do lugar. Mas essa locação e permanência da cultura num determinado lugar só é possível, senão, graças à comunidade falante e das suas práticas discursivas. Ampliando-se um pouco a máxima de Barthes de que “a língua obriga a dizer”, é possível propor que a *cultura obriga a dizer – na e pela língua*. Só isso pode explicar nossas restrições, bem como as prescrições culturais.

Em *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguagem*, sobretudo na parte II do

³⁷Katryn Woodward, referindo-se à obra *O Cru e o Cozido*, de Lévi-Strauss, diz que: “Para Lévi-Strauss, o ato de cozinhar representa a típica transformação da natureza em cultura. Com base nesse argumento, ele analisou as estruturas subjacentes dos mitos e dos sistemas de crenças, argumentando que eles se expressam por meio daquilo que ele chama de “triângulo culinário”. Todo alimento, argumenta ele, pode ser dividido [em cru, cozido e podre, cf. Fig.]. Lévi-Strauss argumenta que, da mesma forma que nenhuma sociedade humana deixa de ter uma língua, nenhuma sociedade humana tampouco deixa de ter uma cozinha (isto é, alguns meios para transformar o alimento cru em alimento cozido). O alimento cozido é aquele cru que foi transformado por meios culturais. O alimento podre foi aquele que foi transformado por meios naturais”. (Woodward, 2000, pg. 44-5). Se quisermos ir além de Lévi-Strauss, já cabe dizer que é um discurso repetível que vai nos dizer o que, tirado da natureza, pode ser considerado com alimento, e isto é o cultural de Benveniste.

artigo, é que Benveniste desenvolve e aprofunda sua noção de cultura. Para começar, na parte I, ele faz uma avaliação do desenvolvimento da linguística que parte do *Curso de Linguística Geral*, dizendo que “pouco a pouco, através de muitos debates teóricos e sob a inspiração do *Cours de Linguistique Générale* de Ferdinand de Saussure (1916), determina-se uma nova noção da língua” (PLG I, pg. 21). Ele perfaz uma discussão que, embora muito interessante, não cabe inteiramente aqui, talvez nem em partes, se quisermos manter a nossa unidade temática, e chega no desenvolvimento que mais o seduz enquanto linguista que olha a enunciação, segundo nos parece pelo seu entusiasmo: o desenvolvimento em que relacionará linguagem e cultura.

Ainda no artigo de 1963, dividido pelo autor em duas partes, uma para olhar para linguística em seu estado atual (contemporâneo a ele), e outra para, a partir da fascinante “descoberta” que é a faculdade do homem de simbolizar, dizer com muitas palavras, como diria anos mais tarde que “isto me leva à cultura”³⁸. É precisamente neste artigo que Benveniste elabora uma projeção para as ciências humanas, quando diz:

Eis em grandes traços a perspectiva aberta pelo recente desenvolvimento dos estudos de linguística. Aprofundando a natureza da linguagem, descobrindo as suas relações tanto com a inteligência como com o comportamento humano ou os fundamentos da cultura, essa investigação começa a esclarecer o funcionamento profundo do espírito nas suas operações. As ciências vizinhas seguem esse progresso e cooperam com ele, por sua conta, inspirando-se nos métodos e às vezes na terminologia da linguística. Tudo leva a crer que essas pesquisas paralelas gerarão novas disciplinas e concorrerão para uma verdadeira ciência da cultura que fundará a teoria das atividades simbólicas do homem. (PLG I, pg. 32)

Além desta projeção, que em alguns aspectos vemos efetivar-se, o que procuramos mostrar em 1.2.1, “O Alcance da linguística”, não necessariamente pela via da enunciação, mas pela via saussuriana estruturalista mesmo; ainda está em aberto, ao passo que timidamente começa a engatinhar, está a relação mais profunda a se descobrir da linguagem com a cultura. No artigo citado, portanto, Benveniste dá várias pistas de como se estabelece essa relação, que é uma relação entre interpretante e interpretado³⁹. Diz o mestre que o dado

³⁸A brincadeira com palavras, se aqui foi entendida dessa forma, é que o enunciado “e isto me leva à cultura”, que é uma frase de bastante efeito e muito representativa no desenvolvimento da teoria de Benveniste, é de 1968, do artigo onde está transcrita a entrevista a Pierre Daix. O artigo *Vista d'olhos Sobre o desenvolvimento da linguística* é de 1963.

³⁹No PLG II pgs. 54 e 97. No primeiro exemplo, em *Semiologia da língua*, Benveniste diz que “A relação semiótica entre sistemas enunciar-se-á então como uma relação de SISTEMA INTERPRETANTE e SISTEMA INTERPRETADO. É aquela que colocaremos, em grande escala, entre os signos da língua e os da sociedade: os signos da sociedade podem ser integralmente interpretados pelos signos da língua, jamais o inverso. A língua será então o interpretante da sociedade”. No segundo exemplo, *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, que é praticamente uma retomada desse ponto, Benveniste diz que “tomaremos língua e sociedade em sincronia

“mais profundo, da condição humana [é] o de que não há relação natural, imediata e direta entre homem e o mundo, nem entre o homem e o homem”. E prossegue dizendo que “é preciso haver um intermediário, esse aparato simbólico, que tornou possíveis o pensamento e a linguagem” (PLG I, pg. 31).

Adiante, a medida que Benveniste vai aprofundando essa relação que, no dizer de Dessoins, “implica uma proposição simétrica” (Dessoins, pg. 50) entre língua e sociedade, torna-se evidente o seu ponto de vista, que diz que tal relação é um “encadeamento necessário”:

Estabelecendo o homem na sua relação com a natureza ou na sua relação com o homem, pelo intermédio da linguagem, estabelecemos a sociedade. Isso não é coincidência histórica, mas encadeamento necessário. De fato, a linguagem se realiza sempre dentro de uma língua, de uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular. Língua e sociedade não se concebem uma sem a outra (PLG I, pg. 31)

Falamos, acima, da hipótese de identidade cultural genética, e que agora cabe retomar. A genética, obrigatoriamente, liga um homem a outros, seus ascendentes; não liga um homem a um lugar, seja qual for este lugar. A ligação do homem com o lugar sempre será cultural (e isso está relacionado ao como ele interage com o lugar – a natureza). Mas a cultura, que alguns reivindicam ser do lugar, assim como a própria língua pode ser “transposta” a outros lugares – juntamente com os sujeitos falantes nelas “imersos”. Isso explica porque, a partir da experiência do colonialismo, as principais nações da expansão mercantilista europeia levaram em suas embarcações (como nos versos de Camões, “dilatam fé e império”) suas *línguas*, suas *culturas*, suas igrejas a países ao redor do globo terrestre⁴⁰.

A aquisição da língua por um novo membro da comunidade linguística é intersubjetiva e é produzida dentro de uma cultura. Não por acaso que há um discurso persistente que diz e numa relação semiológica: a relação do interpretante com o interpretado. E formularemos estas duas proposições conjuntas: em primeiro lugar, a língua é o interpretante da sociedade; em segundo lugar, a língua contém a sociedade”.

⁴⁰E também as memórias gloriosas

Daqueles reis que foram **dilatando**

A fé, o Império, e as terras viciosas

De África e de Ásia andaram devastando;

(...)

Trecho da 2ª estrofe do Canto Primeiro de Camões, Luís de. Os Lusíadas. Nova Cultural: São Paulo, 2002. Pg. 13 Grifo nosso. Naturalmente que alguém poderá questionar tais afirmações dizendo que não somos portugueses faz bastante tempo, mesmo que o Brasil tenha sido fundado por Portugal, e a língua e a cultura tenha sido aqui implantadas nessa fundação. Ora, nenhuma cultura é estática, e toda colônia acaba, em algum momento, divorciando-se culturalmente da matriz colonial, pois manter a identificação a custo de tão longas distâncias e muito tempo é o que parece mais improvável.

que a relação entre língua e cultura é unívoca. Mas se tomarmos, por outro lado, os teóricos do pós-colonialismo, veremos que só a noção de cultura já pode ser, por si, mais complexa. Por outro lado, observando-se o ponto de vista dos linguistas, veremos que a língua é também, por si, um objeto extremamente complexo. Mesmo o conceito de falante que fala *uma* língua já não pode ser tão simples. Dentre de uma dita cultura, aqui entendida em seu sentido mais antropológico, pode existir uma grande variedade linguística. Por isso que relação entre língua e cultura é mais complexa do que pode parecer à primeira vista.

Tanto a aquisição da língua materna quanto de toda a informação cultural atrelada à língua acontecem no mesmo tempo em que os sujeitos se constituem como tal, através do ato da enunciação. E Benveniste nos diz mais, pelo menos no que se refere à linguagem que preenche os espaços do sentido produzidos na e pela língua entre estes sujeitos. Benveniste diz, portanto, que “a consciência de si mesmo só possível se experimentada por contraste (..) condição de diálogo (..) vemos aí um princípio cujas consequências é preciso desenvolver em todas as direções”. (PLG I pg. 286)

Imbuídos do espírito de atender a esta “convocação” do mestre, faz-se aqui, portanto, essa relação que existe da língua entre sujeitos – e da sua conseqüente constituição como tal nesse processo intersubjetivo que, mais do que somente “adquirir” e reinventar a língua, os sujeitos constroem suas identidades ao se inserirem na cultura, sempre destacando que este processo é incessante e contínuo. Essa noção de *contraste* de que fala Benveniste, que na língua pode estar expressa, em primeira análise, pelos índices de pessoa “eu/tu” (e todos os seus desdobramentos nos níveis linguísticos, como morfológicos, sintáticos, textuais e discursivos), é descrita na literatura que versa sobre a constituição da identidade dos sujeitos através de um processo interativo e recíproco que envolve, obrigatoriamente, a noção do outro: a alteridade.

Mas mais do que isso, pode-se perceber em sua teoria, talvez nitidamente para alguns leitores, talvez não, que Benveniste observou que a sociedade humana se constrói a partir da organização da linguagem. Diz o linguista que “a língua *re*-produz a realidade” e mais adiante, na mesma página, que “a linguagem reproduz o mundo mas submetendo-o à sua própria organização”, e um pouco mais adiante, que “a forma do pensamento é configurada pela estrutura da língua”. (PLG I, pg. 26). Isso nos leva a pelo menos duas considerações importantes, uma terminológica e outra de natureza hipotética e conceitual.

Ao utilizar os termos “realidade” e “mundo” na função de objeto de “a língua (re)produz..”, e seguindo esta linha de raciocínio, dizer que a forma do “pensamento” está subordinada à, isto é, configura-se a partir de, a língua, podemos supor que tais termos – realidade, mundo e pensamento – estão englobados na sua noção de cultura, que é o termo que ele efetivamente descreve e do qual ele se apropria para desenvolver este raciocínio. Benveniste inclusive define o que ele chama de cultura; com transcrevemos no trecho abaixo de *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística*:

Chamo cultura ao *meio humano*, tudo o que, do outro lado do cumprimento das funções biológicas, dá à vida e à atividade humanas forma, sentido e conteúdo. A cultura é inerente à sociedade dos homens, qualquer que seja o nível de civilização. Consiste numa multidão de noções e de prescrições, e também em *interdições* específicas; o que uma cultura proíbe a caracteriza ao menos tanto quanto aquilo que prescreve. O mundo animal não conhece proibição. Ora, esse fenômeno humano, a cultura, é um fenômeno inteiramente simbólico. A cultura define-se como um conjunto muito complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores: tradições, religião, leis, política, ética, artes, tudo isso de que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo da sua consciência, e que dirigirá o seu comportamento em todas as formas da sua atividade, o que é senão um universo de símbolos integrados numa estrutura específica e que a linguagem manifesta e transmite? Pela língua, o homem assimila a cultura, a perpetua ou a transforma. Ora, assim como cada língua, cada cultura emprega um aparato específico de símbolos pelo qual cada sociedade se identifica. A diversidade das línguas, a diversidade das culturas, as suas mudanças mostram a natureza convencional do simbolismo que as articula. É definitivamente o símbolo que prende esse elo vivo entre o homem, a língua e a cultura. (PLG I pg. 31)

É importante que se enfatize que, na sua noção de cultura, perpassam as noções de “prescrições” e “interdições específicas”: “o que uma cultura proíbe (...) tanto quanto aquilo que prescreve”(idem). As implicações dessas prescrições e proibições (também restrições) seguem em todas as direções na construção discursiva da cultura. Isto é, os homens fazem o que se deve fazer porque assim está dito; não fazem o que não se deve fazer porque assim está dito, e quando fazem o que não deveriam ter feito, porque assim está dito, das duas uma: ou descobrem um possibilidade nova, ou rompem com um preceito cultural, um tabu, digamos, e têm que assumir as consequências destes atos.

A hipótese a que nos referimos, acima, é que, ao dizer que realidade, mundo e pensamento estão submetidos a uma organização da linguagem, podemos sugerir que isto implica, de certa forma, um “determinismo” pela linguagem. Se quiséssemos procurar um exemplo próximo, bastaria observar que qualquer coisa para nós só existe, seja esta coisa real ou imaginária, quando ela pode ser expressa ou descrita pela linguagem.

O termo “homem”, em Benveniste, além de indicar que o linguista possuía uma, digamos, visão antropológica do objeto da linguística, traz à tona uma discussão sobre o sujeito da linguagem. Isto equivale a dizer que as noções que Benveniste desenvolveu não são reducionistas ou estritamente limitadoras. A cada desenvolvimento seu, ficam questões por debater, ficam novas possibilidades dos tradicionais limites e recortes serem ultrapassados. Inclusive, apesar do linguista francês ser epistemologicamente filiado ao Saussure do CLG, cujo objeto de ciência é a língua nela mesma, uma das suas mais brilhantes contribuições para as ciências da linguagem, como vimos anteriormente, é o seu axioma, “o homem na língua”.

Esta relação, que aqui tratamos teoricamente, destes três objetos tradicionalmente estudados por ciências separadas (antropologia e linguística⁴¹), cria a necessidade de se propor um outro objeto, que é a própria relação entre eles. Em outras palavras, é um objeto que se observa no *como* a cultura é construída pelo homem através da linguagem e também na língua, que é onde o sujeito se marca.

Não é exagero dizer que Benveniste, com espírito investigador, olha para esta relação entre homem, linguagem e cultura. Mas para dizer isso precisaremos desenvolver, aqui, algumas noções. Em *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística*, diz Benveniste, se é que conseguimos resumir bem a ideia, quando na verdade a vontade é a de dizê-lo por inteiro, o fato de nos comunicarmos através de símbolos nos separa da natureza. A comunicação através de símbolos diz respeito, justamente, à linguagem humana. O que nos separa da natureza, portanto, é isso que se constrói pelo homem na linguagem: a cultura.

Neste capítulo revisamos os conceitos benvenistianos que nos serão úteis nas análises, bem como fizemos o ensaio teórico que nos permite falar da relação entre homem e cultura na linguagem, e mais especificamente de identidade cultural construída intersubjetivamente. Nos capítulos a seguir trataremos, primeiro, da discussão a respeito do fato de linguagem e, posteriormente, ensaiaremos algumas análises.

⁴¹Se formos rigorosos, temos na antropologia o estudo do homem, na linguística o estudo da língua e da linguagem, mas não dispomos de uma “culturologia”, termo utilizado por Benveniste (PLG II, pg. 26).

Capítulo 4

Discussão sobre dado, fato linguístico e as formas complexas do discurso

Nos três primeiros capítulos, fizemos um percurso que nos levou da linguística para uma área não-linguística e fizemos um retorno para a Linguística da Enunciação. Na primeira etapa deste trajeto (cf. Cap. 1), partimos da Linguística Geral, tanto do CLG como dos outros escritos de Ferdinand de Saussure, e das suas possibilidades de abertura a outras áreas e trabalhos de interface entre linguística e exterioridades teóricas. Na segunda etapa do percurso (cf. Cap.2), abordamos a partir de uma perspectiva dos Estudos Culturais, com a contribuição de alguns de seus teóricos, alguns questionamentos acerca da noção de identidade, de contexto histórico-discursivo em que esses questionamentos se encaixam (a dita pós-modernidade) e a noção de comunidades imaginadas como o espaço imaginado onde estariam escritas as “prescrições” das identidades culturais. Na terceira etapa do caminho, voltamos para a linguística, mas mais especificamente para a Linguística da Enunciação de Émile Benveniste, que coloca o sujeito de fala no debate da linguística e que nos permitirá falar nisso que estamos chamando de “construção intersubjetiva - ”, numa perspectiva enunciativa da linguística, “ - da identidade cultural”, remetendo à exterioridade teórica.

Língua e linguagem possuem muitas facetas, muitas possibilidades de abordagens que oferecem aos seus estudiosos, não poucas vezes, perspectivas opostas e que, se não é um exagero dizer isso, são autoexcludentes. Para dar um exemplo bastante corriqueiro, ainda que aqui seja pouco aprofundado, pode-se abordar a língua como um elemento do jogo social, como instrumento de poder, como veículo de ideologia, etc., bem como se pode estudá-la como um “organismo” vivo, numa perspectiva que obrigatoriamente precisa excluir a relação do sujeito e do sociedade com o funcionamento da própria língua, pois a considera em sua autonomia. Por isso, porque cremos que todos estes trabalhos, desde os abertamente antagônicos até alguns, digamos, “intermediários”, são legítimos, é que se faz, aqui, uma breve discussão que justifica todo trabalho que aborda a língua e a linguagem, e um pouco mais longamente uma discussão que justifica o objeto deste trabalho.

O que se está a discutir, nestas linhas, é a noção de “dado” científico, “dado” de análise do trabalho científico, bem como a opção pelo tratamento de um “fato de língua” ou “de linguagem” que possa considerar, para uma observação sistemática, as formas complexas do discurso.

Retomamos, portanto, a partir da Linguística da Enunciação, uma discussão sobre o que é um “dado” científico que possa ser considerado em um estudo da linguagem que analise *formas complexas do discurso*. Para começar, ao se falar em “dado”, pensando-se em um objeto de investigação científica, imagina-se que ele seja “prontamente encontrável”, e desse jeito mesmo como é encontrado, em estado bruto, será analisado. Exemplos disso talvez não falem nas ciências naturais. Nos estudos da linguagem de um modo geral, no entanto, é forçoso dizer que isto não existe, ou pelo menos não como um objeto a ser descrito *a posteriori*. A língua só pode ser tomada como objeto a partir de um ponto de vista, e até que se justifique a existência e a relevância deste objeto, um discurso sobre ele precisou ser elaborado para legitimá-lo.

Benveniste diz algo a respeito do dado da pesquisa linguística que, hoje em dia, assumiríamos ser a pesquisa em Linguística da Enunciação. Parte-se primeiramente, da ideia de sistema de signos significantes, conforme nos ensina o CLG, e o que, de muitas formas, impede ao analista que tome os segmentos isolados de suas redes de relações significativas. Para Benveniste⁴²:

Cada uma das unidades de um sistema define-se assim pelo conjunto das *relações* que mantém com as outras unidades e pelas *oposições* em que entra: é uma entidade relativa e opositiva, dizia Saussure. Abandona-se pois a idéia de que os dados da língua valem por si mesmos e são “fatos” objetivos, grandezas absolutas, susceptíveis de se considerarem isoladamente. Na realidade, as entidades linguísticas não se deixam determinar senão no interior do sistema que as organiza e as domina, e umas em razão das outras. Não têm valor a não ser como elementos de uma estrutura. Logo em primeiro lugar, é o sistema que é preciso destacar e descrever. Elabora-se assim uma teoria da língua como sistema de signos e como organização de unidades hierarquizadas.

Nas quase mesmas palavras de Benveniste, não se pode tomar os elementos isolados do sistema, pois eles significam no interior deste sistema levando-se em consideração as relações e oposições. Assim, toda pesquisa que se propõe a estudar os sentidos nos enunciados

⁴²Gostaríamos de ressaltar que Benveniste usa o termo “fato” com aspas. Na nossa leitura, ele precisará do termo *fato* para descrever uma realidade da língua, como veremos nas próximas páginas. O sentido de fato que, de acordo com a nossa leitura de sua obra, ele não adota em sua teoria é esse com aspas, que dá uma ideia de “fato objetivo”, de algo autônomo, que independe do sistema em que está inserido.

deve levar em consideração este sistema.

Em algumas teorias linguísticas, toma-se a fala coletada de um grupo predeterminado de falantes ou “informantes”, através de um gravador, como dado da pesquisa científica. Seu objeto, muitas vezes, é um dado físico como o som da língua, e seu método se traduz em segmentar o fio do discurso atribuindo a cada fone um símbolo fonético correspondente exato (transcrição fonética) e observar a variação de um fonema para um mesmo termo em regiões distintas, por diferentes falantes. Deste tipo de análise, podem-se estabelecer estudos de fonologia e morfologia, principalmente, mas também de léxico. Esses “dados” são geralmente tabulados e resultam em quantidades de ocorrências por região, faixa etária, gênero, nível de escolaridade, etc.

Para o tratamento de outros dados da língua, como enunciado e texto, coletas de fala não costumam ser o mais recomendável, ainda mais se se necessita de amostragem com grande números de “informantes” que inviabilizaria alguns estudos. Por isso que estudos estruturais de morfossintaxe, e estudos de semântica, por outro lado, que tomam por objeto tanto o enunciado quanto o texto ou o discurso, tendem a limitar a sua amostragem, pois a sua análise é *qualitativa*, e não *quantitativa*.

Além disso, a noção de língua por trás do estudo também colabora para determinar o recorte do objeto e do dado científico. Como há muitas noções de língua, isto é, muitas maneiras através das quais observar e delimitar o objeto “língua”, não é possível que um estudo abranja uma utópica ou idealista totalidade. Nesse sentido, a metodologia do trabalho implica uma escolha que implica em diversas exclusões, pois assim opta-se por um “recorte” de um elemento, chamemos “objeto”, de uma ampla e complexa realidade. Na escolha feita, delimita-se também a “coleta” de “dados”. Por exemplo, mantendo a referência aos dois grandes grupos de estudos de linguagem vistos nos parágrafos anteriores; se tomamos a língua por um sequência de sons produzidos por um falante, numa perspectiva mais acústica de análise, nosso dado obrigatoriamente deverá ser a fala gravada. Se, no entanto, tomamos a língua em uma perspectiva discursiva, que observe como se formam os sentidos no contexto de enunciação, a fala gravada perderia a função se não se levasse em conta os interlocutores, seus papéis sociais, e etc. No nosso caso, o “dado” é, na verdade, um fato de linguagem que assumidamente procuramos observar.

Esta breve discussão nos permite dizer, com efeito, que nas ciências da linguagem, e talvez mais especificamente na linguística da enunciação, o dado não é “dado”, mas construído. Flores (2012) baseando-se em Benveniste, discute a existência de fatos de língua, os que serão analisados a partir de um ponto de vista particular. Diz o linguista que

Em enunciação, o dado não é um “dado”, ele é construído a partir de um ponto de vista análise. Assim, um fenômeno linguístico passa a ter *status* de fato – ou seja, passa de dado a fato – na medida em que cumpre a função de ilustrar o aspecto que está em relevo na análise.

Na esteira desse raciocínio, é necessário rediscutir a noção de *corpus* que tradicionalmente é analisado em trabalhos de linguística. Partimos então para a pergunta – o que, para nós – para este trabalho que trata da construção intersubjetiva da identidade cultural – pode ser considerado como *corpus*? O que podemos incluir nesse conceito de *corpus*? Ainda de acordo com Flores (2012), a maneira de observar o suposto “dado”, e doravante fato, “não é jamais teoricamente neutro e já é o início da análise”. É dessa prerrogativa que nos valemos para dar consonância ao nosso *corpus*, que pode ser tão heterogêneo quanto o próprio conceito de discurso.

Aqui que se diferenciam algumas teorias linguísticas que levam em consideração somente o sistema, a forma, das que observam o sentido. Em Linguística da Enunciação, conforme nos ensina Benveniste, não existe forma sem sentido e estas duas realidades, “duas maneiras de ser língua”⁴³ vão caber nos conceitos que o teórico denominou como semiótico e como semântico, respectivamente. Os estudos de enunciação que desejarem contemplar o semântico - e que se inscrevem no projeto da metassemântica - precisam deixar-se afetar pelo sentido, pela exterioridade do texto e dos enunciados, quando não é o próprio sentido ou a exterioridade o que se quer observar em função da língua. Diferentemente de um trabalho, por exemplo, em sociolinguística, em que o observador entrevista os “informantes”, grava estas conversas, e depois “disseca” o material coletado (com transcrições fonéticas e tabulações estatísticas), neste trabalho, como aqui se pretende, não haveria como dissociar-se o observador⁴⁴ da função intersubjetiva.

Seguindo o mesmo raciocínio, um texto escrito, desde que adequando às exigências de

⁴³“Há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma” (PLG II, pg. 229).

⁴⁴Em sociolinguística, fala-se do “paradoxo do observador”, que, embora queira-se totalmente neutro à cena observada para que o dado não seja alterado pela sua presença, somente a sua presença, que em alguma medida altera o dado, permite a coleta do dado. Em enunciação, o pesquisador que se propuser a gravar entrevistas deve se considerar, obrigatoriamente, um locutor/interlocutor no diálogo, jamais um observador.

conformação dentro do corpus, podem ter o mesmo valor que as falas. Veja-se que a enunciação é inapreensível, e o que se pode analisar são sempre os enunciados, onde os sujeitos deixam suas marcas, sejam eles falados ou escritos. Sempre haverá, em enunciação, algo da ordem do irrecuperável. A escolha dos enunciados do nosso corpus, se queremos entendê-los como formas complexas do discurso, são os debates, os bate-papos, o *small talk* entre sujeitos marcando-se em relação à sua identidade cultural.

Os “dados” a serem analisados neste trabalho são melhor compreendidos quando colocados nesta perspectiva enunciativa: são fatos que serão analisados, pois eles são observados já a partir de um ponto de vista que os busca encontrá-los. Não estamos dizendo de forma alguma que são “inventados”, mas que, por tratarem-se de *formas complexas do discurso*, são só observáveis quando se estabelece previamente o ponto de vista de análise. Em outras palavras, se buscamos observar como se constroem as identidades culturais intersubjetivamente, seria conveniente demais, além da possibilidade da realidade, ter acesso a “dados” dessa natureza. No trabalho aqui proposto é necessário, primeiramente, elaborar toda uma rede de relações e conceitos teórica que justifiquem que este fato existe e que ele tem um porquê de ser analisado. Por isso dizemos que lidamos com fatos de língua ou de linguagem, e não com “dados”.

Quando dizemos *formas complexas do discurso*, estamos nos referindo à maneira como Benveniste se refere, no final do artigo *Forma e sentido na linguagem*, provavelmente, ao objeto da metassemântica. O fato que buscamos analisar encaixa-se nessa definição pois não se trata de um tipo de enunciado, nem de uma “categoria” de signo linguístico, nem de um nível de análise isolado, etc.; trata-se de um sentido mais ou menos específico a ser produzido em um contexto imprevisível por sujeitos em interação, e que ao mesmo tempo que interagem constituem-se como sujeitos; e que para tal eles mobilizam o *aparelho formal da enunciação*, (como veremos em 5.2).

Nesse sentido, o que deve estar em evidência num *corpus* desta natureza é precisamente o sentido produzido (o debate entre sujeitos sobre suas identidades culturais), para que se possa tomar os enunciados como objetos de análise. A fonte para a coleta deste fato é por um lado, inesgotável, uma vez que em toda interação enunciativa o fato pode ocorrer, mas por outro lado, como sua ocorrência não é previsível nem planejada, dificulta-se uma “coleta” nos moldes tradicionais das disciplinas linguísticas. Com isso, procuramos

justificar que nosso *corpus* é essencialmente heterogêneo. Cada item a ser analisado, desde que se observasse o sentido a ser produzido da construção intersubjetiva da identidade cultural entre sujeitos poderia ser ou a transcrição de diálogos falados ou a seleção de trechos escritos em fóruns virtuais, em páginas de relacionamento, etc. A preferência pela segunda alternativa se deu pela facilidade de registro do fato. No capítulo a seguir, logo após uma breve discussão sobre a natureza e as especificidades deste *corpus* heterogêneo, realizaremos as análises dos nossos fatos.

Trataremos, a seguir, dos debates entre sujeitos sobre suas identidades culturais. Isto é, não se fez uma coleta com entrevistas, perguntas específicas esperando-se respostas, nem se elegeu uma unidade textual. Podemos dizer que “fomos a campo” observando trocas interativas entre sujeitos, como um ornitólogo à espera da ocorrência que evidencia a existência do pássaro raro. O fato a que vamos nos referir pode ser encontrado “aqui e ali”, isto é, em qualquer lugar, e justamente por isso que a Linguística da Enunciação permite esse olhar científico para o singular, para o que não se encaixa no “esperado” e nem na “unidade” dos *corpora* mais tradicionais dos trabalhos de linguística.

Capítulo 5

Corpus heterogêneo e possibilidades de análise

No capítulo 4 fizemos uma discussão sobre o que é o dado do trabalho em Linguística da Enunciação; e concluímos, com Flores (2012), que o dado em Linguística da Enunciação não é um “dado”, mas o objeto de um recorte já construído a partir de um ponto de vista da análise, e que Benveniste nos autoriza, numa alternativa terminológica produtiva, chamar o nosso analisável de fato de língua ou de linguagem. Retomamos a natureza deste fato da linguagem que pretendemos analisar, que se encaixa na definição de forma complexa do discurso, pelos motivos acima vistos.

A partir dessa discussão, partiremos para a contextualização dos itens de análise que compõem o *corpus*, procurando delimitar, com maior precisão, possivelmente, as formas complexas do discurso que podem ser observadas a partir do ponto de vista de análise estabelecido.

5.1 Sobre a natureza do corpus

O corpus é composto de segmentos de diálogos extraídos de páginas eletrônicas de redes sociais. O que reúne os enunciados em torno do tema “identidade cultural”, ou dizendo mais especificamente, o debate entre sujeitos a respeito de suas identidades culturais, como dissemos desde a introdução, é algo disperso mas localizável.

Entendemos, a partir de uma observação atenta à nossa cultura (e essa é a parte dispersa), que os debates sobre identidade cultural acontecem em contextos bastante variados de interação entre sujeitos. Não nos interessa, neste momento, nos perguntarmos – o que talvez caberia num trabalho de Psicologia – o porquê da emergência desta questão entre os sujeitos. Interessa-nos a observação, em alguma medida sistemática, da troca interativa, e que diz algo sobre o sujeito da enunciação e sobre a cultura em que ele está inserido. Acreditamos que a construção da identidade cultural aconteça intersubjetivamente no momento da

enunciação, e que a observação dessa construção possa nos dizer algo sobre a relação entre homem, linguagem e cultura.

Se, como sugeria Benveniste, falamos de prescrições e interdições do que se deve ou não dizer, respectivamente, investimos na hipótese de que os nossos tipos, descritos a seguir, estão previstos em algo como um “código cultural”, se é que podemos utilizar tais termos nesse sentido. É importante que se leve em consideração, também, que a respeito dessas prescrições e interdições, não que elas estejam relacionadas a um acontecimento da realidade, mas supomos que as “verdades” ou “mentiras” da cultura estão relacionadas não a um dado objetivável da realidade, mas ao próprio discurso. Isto é, um enunciado tanto será válido (como implicações de “verdade”) na medida em que ele puder ser reproduzido por um número maior de sujeitos.

Se quiséssemos explorar, por exemplo, o enunciado “sou gaúcho mas não brasileiro”, com veremos a seguir, teríamos que começar por dizer umas obviedades poucas vezes ditas, mas aqui muito necessárias. Em termos lógicos, na realidade objetiva, não é possível ser “gaúcho mas não brasileiro”. A obviedade a ser dita a qual nos referimos é que o Brasil é a nação e que o Rio Grande do Sul é um de seus muitos estados, e o fato de nascer no espaço geográfico do segundo implica necessariamente ter nascido no território brasileiro. Ora, em termos legais, de modo incontestável, todo gaúcho é brasileiro. O que, então, permite que esse tipo de enunciado se torne válido?

Esta nossa breve discussão toma lugar aqui, nos preâmbulos da análise do *corpus* porque ela se faz necessária, uma vez que as formas complexas do discursos que compõem nosso objeto de análise partem das conclusões a seguir.

Falaremos, a seguir, em adesão/rejeição a determinadas comunidades imaginadas pelos seguintes princípios:

1 – A relação do sujeito com o espaço geográfico não é “orgânica”, mas intermediada pela linguagem, pelos *discursos sobre* o lugar (ou como diria Benveniste, “o homem não nasce na natureza, o homem nasce na cultura”).

2 – O espaço geográfico, enquanto lugar de cultura, não “retém”, na falta de um termo melhor, a cultura. Em épocas anteriores a nossa, a chamada pós-modernidade, até era cabível

dizer que a cultura era o que natureza permitia produzir, em todos os sentidos. Hoje, no entanto, fica cada vez mais evidente que a cultura não é do lugar, mas do conjunto de indivíduos, e tanto que uma cultura, uma língua, desde as migrações em qualquer tempo da história humana, podem ser transpostos para outro lugar geográfico, com as alterações que se fizerem necessárias.

3 – A cultura, uma vez que não é restrita ao lugar que a “originou”, também não possui uma ligação, digamos, orgânica com o lugar geográfico. Embora algumas práticas culturais ou discursivas sejam resultado de uma conformação de natureza geográfica (relevo, clima, fauna e flora, etc), a cultura na percepção do homem, de um modo mais geral é, se quisermos um termo de bastante amplitude, é um “discurso-sobre” os objetos da natureza, os objetos da cultura, mas um discurso sobre em que os sujeitos estão imersos. O que queremos dizer é que o “discurso-sobre” é a organização do mundo a partir dos códigos de certo e errado, códigos de linguagem, sistemas simbólicos diversos, e etc.

Para ir além e lançar mão de argumentos propriamente linguísticos, a língua-sistema não tem uma relação, senão semântica, com os objetos nela descritos. Desde um signo, como o substantivo “cadeira”, até um longo texto sobre a fabricação manual de cadeiras que reproduzem as utilizadas pela realeza francesa nos séculos XVII e XVIII, não estão ligadas organicamente aos seus respectivos referentes.

4 – Por fim, se o espaço geográfico é uma comunidade imaginada, e mais do que isso, nos nossos próprios termos, o espaço é percebido pelos sujeitos nele inserido como um conjunto de “discursos-sobre” o lugar; nos será permitido dizer que a identidade cultural se dá em termos de “adesão/rejeição” a essas comunidades imaginadas, em situações de enunciação necessariamente.

Sobre a origem dos enunciados, é necessário que se diga que, embora sejam encontráveis na internet, em páginas de relacionamentos⁴⁵ como *Facebook* e *Orkut*, algumas dificuldades de ordem ética nos são impostas. É notório que a visualização dos diálogos não

⁴⁵Páginas, redes ou *sites* de relacionamento são *websites* de internet onde indivíduos possuem um “perfil” e estão associados a “amigos” que também possuem “perfis” nestas mesmas redes, desde que sejam convidados ao grupo de amigos mostrados na página. Na terminologia própria, convidar alguém para a sua rede é chamado de “adicionar amigo”, e o convite aceito significa que tanto o adicionado aparece no grupo de amigos do que emitiu o convite, quanto este aparece no grupo daquele. Estas páginas possibilitam diferentes formas de interação virtual, como fóruns por assuntos específicos (como as “comunidades” do Orkut) ou aplicativos para “bate-papo” ou “chat” aberto para qualquer um ver ou restrito a interlocutores específicos.

se restringe aos amigos de cada um dos lados dos debatedores, mas ainda assim, é compreensível que tais sujeitos não quisessem ter suas falas “analisadas”, ainda que eles se deem conta eventualmente que o espaço de escrita é público, e que o dono do espaço virtual reserva-se o direito de manter o registro de tudo o que ali se escreve.

Apresentaremos dois tipos de excertos. O primeiro extraído do Facebook e com poucos sujeitos, conhecidos uns dos outros, interagindo. Decidimos, embora fosse possível conseguir a permissão pelo uso, apagar todas as evidências que apontassem sujeitos de direito. Mantivemos apenas as iniciais para que se identificassem os interlocutores nestes diálogos. O segundo tipo é de um fórum virtual, extraído especificamente da “comunidade” do Sport Clube Internacional do Orkut, sendo que os debatedores não necessariamente se conhecem.

Chamaremos nas análises os trechos recortados de *diálogos*, enumerados ordinalmente (diálogo 1, diálogo 2, etc.). A noção de diálogo é a que Beveniste traz no artigo *O aparelho formal de enunciação*, de onde também são tirados outros termos de análise, matéria que será aprofundada a seguir, em 5.2.

Há dois tipos de diálogos, conforme observaremos a seguir. Os primeiros são os que extraímos do Facebook, com poucos sujeitos, configurando um diálogo mais íntimo e cauteloso, entre sujeitos que se conhecem. O segundo conjunto de diálogos foram encontrados num fórum virtual, a comunidade dos torcedores do Sport Club Internacional do Orkut, com sujeitos que não necessariamente se conhecem pessoalmente, distanciamento que lhes permite serem mais agressivos nas suas interações.

Por um lado, a escolha por este tipo de material coletado, que permite a cópia da página, dá credibilidade ao dado coletado. Por outro lado, como já dissemos aqui, embora este tipo de diálogo que é nosso objeto seja frequente em nossa cultura, ele normalmente acontece em contextos íntimos ou informais, entre amigos e/ou colegas, sobretudo. Embora, como dissemos no começo desta seção, dispuséssemos de um *corpus* bastante maior, acreditamos que um número reduzido de diálogos apenas seria capaz de ilustrar a tipologia de adesão/rejeição; inclusão/exclusão à comunidade imaginada que sugeriremos a seguir. Estamos dizendo que sempre é possível transcrever um diálogo falado em que ocorra o debate sobre as identidades culturais dos interlocutores que ali interagem. Mas não só a transcrição já

é uma outra enunciação, como a fugacidade deste tipo de diálogo, se não é gravado, não deixa muito senão à memória do transcritor para “transcrevê-lo”, talvez acrescentando ou retirando coisas que este pensaria ter ouvido.

Além disso, como esse tipo de diálogo não é planejado, nem poderia exatamente ser “provocado” sem que se perdesse sua espontaneidade, o diálogo escrito pelos próprios interlocutores, supondo que, com alguma pouca diferença, isto manteria muito do seu teor se este fosse verbalizado. Por isso tudo, trata-se de um “dado” autêntico e ilustrativo do fato de linguagem que pretendemos analisar.

5.2 Sobre os termos da análise do corpus

Uma possibilidade de análise de enunciados é inspirada na tese⁴⁶ de Alma Bolon Pedretti, orientada por Authier-Revuz. Ela distribui os enunciados de seu *corpus*, excertos de textos jornalísticos onde se nota referência a questão da nacionalidade de maneira que eles caibam em “tipos” organizados a partir do seu sentido, francês ou não-francês, atribuídos ao outro, e os traços de sentido produzidos no enunciado. Não há espaço nesta dissertação para um trabalho tão extenso como a tese em questão, e que analisou um conjunto de enunciados bastante extenso onde praticamente se pode observar a regularidade dos tipos de enunciados. Mas lançamos mão da possibilidade desse tipo de trabalho, que pode ser mais aprofundado abrangendo um corpus realmente extenso, para sugerir a análise de alguns enunciados escolhidos, a partir da observação do sujeito linguista, a título de exemplificação.

Contudo, ainda que tenhamos nos inspirado na *tipologia* da tese de Pedretti para gerar a nossa própria, como veremos adiante, a análise nesta dissertação pretende-se rigorosamente benvenistiana. Para tanto, sabedores de que no legado de Benveniste não temos herdado propriamente uma metodologia específica de análise, vamos nos valer das pistas para uma análise encontradas no artigo de 1970, *O aparelho formal da enunciação*, cujos termos revisaremos a seguir.

A começar pelo final do artigo, Benveniste diz que “amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso a partir do quadro formal esboçado aqui”.

⁴⁶Effets de référentialité et logique identitaire (français/non français). Analyses discursivo-énonciatives. Thèse pour le doctorat. Direction: Jacqueline Authier-Revuz. Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III, 1996.

Definimos anteriormente, no Capítulo 4, que nosso objeto de estudo está inserido nesta noção de *formas complexas do discurso* que, dentro da teoria benvenistiana, trata-se do objeto da disciplina *metassemântica*.

O aparelho formal da enunciação, referindo-nos aqui ao aparelho propriamente dito, e não ao nome do artigo, é o, digamos, “mecanismo total” da língua que o locutor mobiliza no ato da enunciação. A própria noção de enunciação, cuja noção não é una na sua obra, como vimos brevemente no capítulo 3, encontra nesse texto uma definição muito clara, quando considerada para o propósito de observação do aparelho formal: “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (PLG II, pg. 82).

A seguir, Benveniste diz que a enunciação, ora referida por ele como um grande processo, ora como ato, pode ser estudada sob diferentes aspectos e que serão vistos principalmente três; a fala num dado sentido, isto é, “a realização vocal da língua”; a semantização, isto é, “como o 'sentido' se forma em palavras”; e “o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (idem, pg. 83). Interessam-nos daí os instrumentos da realização da enunciação que são as formas específicas e os procedimentos acessórios dos quais o locutor se apropria no ato da enunciação:

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro. (idem, pg. 84)

Existe alguma discussão sobre o que sejam os “procedimentos acessórios”, o que talvez não esteja claro no artigo; mas aos índices específicos, ou formas específicas, Benveniste detém maior atenção. Vista amplamente, a enunciação para Benveniste implica “alocução”, quando o locutor assim se declara e implanta o outro diante de si, e referência, que é a expressão de uma certa relação com o mundo. Vistos mais especificamente, trata-se dos índices de pessoa (eu-tu), os índices de ostensão (aqui,este), “termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo”, e as formas temporais, “que se determinam em relação ao EGO, centro da enunciação” (pg. 84-5).

Outro ponto crucial de *O aparelho formal da enunciação* que precisa ser levado em conta, e que pode ser observado em um trabalho de abordagem do sentido no discurso, são, digamos, as “deixas” desse estrutura de *diálogo*, pois para que dois entrem nesse jogo, existe

a iniciativa do primeiro de convocar o outro e o outro deve aceitar essa convocação. Assim, diz Benveniste que “desde o momento e que o enunciador *se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário*, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções” (idem, pg. 86, grifo nosso). São incluídas, pelo linguista, pelo menos três formas nesse repertório, que são “a interrogação, que é uma enunciação construída para suscitar uma resposta” (idem); a intimação, “ordens, apelos concebidos em categorias como imperativo, o vocativo” (idem); e a asserção, que “visa a comunicar uma certeza (...) afirmando positivamente ou negativamente uma proposição” (idem). Nas nossas análises, adiante, será necessário que se leve em consideração a ação presente em toda enunciação, o modo com que o enunciador procura influenciar de alguma forma seu alocutário, pois é assim que a sociedade se organiza a partir do uso da língua. Isto, para o linguista, está na própria noção de semântico quando, no artigo *Forma e sentido na linguagem*, ele faz a distinção entre semiótico e semântico:

A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre homem e homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência. (PLG II, pg. 229)

Nesse raciocínio que estamos fazendo precisamos retomar noções trazidas anteriormente, pois é aqui que elas se juntam. Temos, por um lado, conforme o capítulo 3, a noção de cultura e sociedade que só são possíveis graças à linguagem, e todas as definições que se constroem no interior da enunciação intersubjetiva. Temos, por outro lado, a noção de identidade cultural que defendemos que se construa intersubjetivamente no diálogo, cuja noção trazemos também de Benveniste:

O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo. Esta característica coloca necessariamente o que se pode denominar o *quadro figurativo* da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura de *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição de enunciação. (pg. 87)

Observaremos *locutor e alocutário* em sua relação no *diálogo*. Da mesma forma, observaremos a “posição de locutor” que o locutor se atribui através dos índices específicos

bem como a posição postulada ao outro, mantendo, além das posições enunciativas no diálogo, seus lugares em relação às comunidades imaginadas, o que diz respeito à *referência*. Todo este aparelho está em jogo na construção intersubjetiva das identidades culturais, e com relação específica às comunidades imaginadas como lugar de fala dos sujeitos, ao mesmo tempo que o locutor se apropria do aparelho, procuramos casar esta noção com a metáfora de Bauman em que ele diz que as identidades são como roupas⁴⁷. Nesse sentido, se quisermos resumir o argumento da construção intersubjetiva da identidade cultural, diremos que o locutor se marca duplamente; em sua relação com o outro no diálogo, e em relação à cultura, na sua dimensão mais possivelmente discursiva que é a comunidade imaginada.

Além desses elementos do aparelho formal, outro termo importante a ser levado em consideração em nossas análises é o contexto em que se dá a enunciação, ou mais especificamente, a construção intersubjetiva da identidade cultural. Para falarmos de termos específicos da Linguística da Enunciação, recorreremos aos Dicionário de Linguística da Enunciação e encontramos dois verbetes benvenistianos que, combinados entre si, dão a dimensão do que procuraremos observar. Os termos *instância de discurso* (pg. 142 do dicionário) e *situação de discurso* (pg. 218) dizem respeito, respectivamente, ao ato da enunciação e à circunstância em que ela se dá. A instância de discurso é “o ato de dizer cada vez único pelo qual a língua é atualizada em fala pelo locutor”, enquanto que a situação de discurso é “a circunstância irrepitível de apropriação da língua que instaura a interlocução e a instância espacial temporal coextensiva e contemporânea da enunciação”.

É necessário, de certa forma, combinar essas duas noções porque elas são complementares. O termo instância de discurso está associado ao funcionamento enunciativo dos indicadores de subjetividade, que se referem à instância de discurso e que nela mesma são produzidos, e é “um lugar onde sujeito e linguagem se ligam” (pg. 143). O termo situação de discurso, talvez mais amplo que o anterior, diz respeito à situação em que se realiza o discurso

⁴⁷“Talvez seja mais prudente portar identidades (...) como um manto leve pronto a ser despido a qualquer momento. Lugares em que o sentimento de pertencimento era tradicionalmente investido (trabalho, família, vizinhança) são indisponíveis ou indignos de confiança, de modo que é improvável que façam calar a sede por convívio ou aplaquem o medo da solidão e do abandono. Daí a crescente demanda pelo que poderíamos chamar de “comunidades guarda-roupa” - invocadas a existirem, ainda que apenas na aparência, por perdurarem os problemas individuais, como fazem os frequentadores do teatro, numa sala. Qualquer evento particular ou escandaloso pode se tornar um pretexto para fazê-lo: um novo inimigo público elevado à posição de número 1; uma empolgante partida de futebol; um crime particularmente “fotogênico”, inteligente ou cruel; a primeira sessão de um filme altamente badalado; ou o casamento, o divórcio ou infortúnio de uma celebridade atualmente em evidência. As comunidades guarda-roupa são reunidas enquanto dura o espetáculo e prontamente desfeitas quando os espectadores apanham os seus casacos nos cabides”. (Bauman, 2005, pg 36-7)

inclui as coordenadas espaciais, temporais e pessoais, relativamente à enunciação como centro. Uma coisa a ser levada em consideração é que nas descrições das situações de enunciações precisaremos referir a um conjunto de informações exteriores à enunciação, para podermos conceber a construção das identidades culturais no interior da língua relacionando isto com o discurso que lhe é exterior, a noção de comunidades imaginadas.

5.3 Análises

Propusemos um corpus, ainda que heterogêneo na sua forma, tivesse unidade no sentido dos enunciados, e dessa atribuição de sentido não se pode fugir do olhar do analista.

Pensa-se, aqui, a partir da noção de comunidade imaginada como o lugar ao qual o sujeito se reporta, aderindo ou rejeitando a unidade da nação. Imagine-se um país de proporções continentais com discrepâncias sociais tanto quanto diferenças regionais e, em consequência disso, enorme diversidade cultural, exceto pela “língua nacional”, que no imaginário moderno é una e homogênea: o português brasileiro. É de se propor, sim, o questionamento sobre o limite entre culturas regionais diferentes, inclusive com diferenças linguísticas bastante marcadas, sejam elas fonológicas, morfossintáticas, lexicais ou discursivas – e as consequências disso na identidade cultural dos sujeitos.

A comunidade imaginada da qual tratamos foge ao conceito de nação política e formalmente estabelecida. Tomamos o “pampa”, o “sul”, o estado do Rio Grande do Sul, que está a reivindicar, através dos discursos veiculados por seus cidadãos, o estatuto de nação, e que por isso entendemos que se trata de uma comunidade imaginada, mais ou menos como B. Anderson descreve os Estados-nação modernos. O que vamos observar, contudo, é como os sujeitos na situação de discurso em que se dá a construção intersubjetiva da identidade cultural fazem referência ao espaço, à comunidade imaginada em questão, onde subjazem as noções de prescrições da cultura (quem está autorizado a dizer o quê, inclusive), por um lado, e os discursos que procuram legitimar o estatuto de nação, por outro.

No primeiro grupo de itens analisados temos três diálogos, com poucos sujeitos, retirados da página de relacionamento Facebook.

Diálogo 1 (imagem em anexo):

Situação de discurso: o diálogo, publicado instantaneamente na rede social, aconteceu logo após um Gre-Nal, jogo de futebol entre os dois principais times rivais de Porto Alegre (e portanto do Rio Grande do Sul), Grêmio e Internacional, sendo que o segundo, pela sua campanha anterior, era favorito, mas foi eliminado da primeira etapa do Campeonato Gaúcho (Taça Piratini), pelo rival, antes da partida semifinal. Os interlocutores são MS, mulher, torcedora do Internacional e porto-alegrense; MK, homem, torcedor do Grêmio e porto-alegrense de nascimento mas que viveu muitos anos de sua vida, sobretudo na adolescência, em São Paulo, capital; e KS, mulher e esposa de MK, porto-alegrense e torcedora do Grêmio, mas que não entra no debate para discutir futebol, e sim para corroborar, e assim legitimar, o alegado nascimento de MK em Porto Alegre. A sua entrada na conversa se deu horas mais tarde. O trecho abaixo é a transcrição do diálogo que aconteceu no ambiente virtual, na página de relacionamentos denominado de Facebook. Os grifos são nossos:

MS - Como diria minha avó: o primeiro milho é dos pintos!!!

MK - Hahaha! Mais eliminações dentro do Chiqueirão virão este ano!!!

MK - No 2º turno joguem só com os reservas, estes ai estão velhinhos..Hehehe

MK - Melhor ainda, deixa eles todos os jogos e o Muriel pra sempre no gol!!

MS - O que aconteceu com a gente, hj, é reprise do que aconteceu com vcs no ano passado, esqueceste?!

MK - Eu não vivo de pasado!!! Hehehehe

MS - **E tu nem gaúcho é MK!!!**

MS - Ahã, me engana que eu gosto!!!

MK - M.., não fala besteira

MK - **sou sim, nasci no benificencia portuguesa!!!**

MK - na Independência!

MS - Besteira é eu estar me preocupando em discutir contigo sobre gauchão. Se fosse libertadores, ai era outro papo, hehehe!!!

MK - Não to discutindo nada minha querida, to só brincando, sabe que não sou fanático, e gosto de mais de vcs para discutir futebol, heheh!! **Mas não**

sou palulista, tah, nasci aqui mesmo..

MS - **Vou confirmar com minha amiga K., hehehe!!!**

MK - não confia em mim, MS..

MS - Tu não és fanático MK, mas eu sou, esqueceste, hehehe???

MK - ?

MS - Hahaha, tenho minhas dúvidas!!!

MK - Poh, te largei de mão, só podia ser colorada, uauhauhauh!!!

MS - Hahaha!!!

KS - Hahahahahahaha agora q vi os discursos lindos de vcs, MS me matei de rir, só vcs dois mesmo, adoro!!!! **Ah ele é nascido em Porto Alegre mesmo.** hihihihihihihihihihih.

MS - KS, estávamos discutindo nas tuas costas, hehehe!!! **Era pra dizer que ele é paulista, só pra zuar!!!**

KS - Hehehehehehehehehe..

Nos termos do aparelho formal, temos, como índices de pessoa, bastante evidentes, os pronomes eu-tu, bem como os verbos com os quais eles concordam (tu... é; sou; nasci). O verbo “nascer” aparece como uma referência a um certo discurso que garante a identidade ao ser nascido no lugar que, segundo nos parece, é o mais arraigado em nossa cultura. Depois, o demonstrativo “aqui” e o nome da cidade, “Porto Alegre”, fazem referência ao lugar, dentro da lógica do que chamamos de comunidade imaginada.

O que se quer chamar atenção aqui é que MS procura desautorizar MK como debatedor do assunto Gre-Nal porque ela, conhecendo um pouco da sua história de vida, não tem a informação de que ele nascera em Porto Alegre. Diremos que MS *exclui* MK da comunidade imaginada em questão quando diz “e tu nem gaúcho é MK”. Note-se que essa inversão, o verbo ser posposto ao predicativo combinado com a forma adverbial negativa “nem”, cria um efeito de ênfase que faz com que a exclusão seja determinante, indiscutível.

Este tipo de situação é recorrente, pois, sendo o Gre-Nal uma dicotomia conflituosa entre gaúchos, os não-gaúchos (ou não “inteiramente” gaúchos, dependendo da perspectiva

que se queira olhar) podem ser, a qualquer tempo, desautorizados pelos gaúchos da condição de pessoa apta a emitir opinião sobre um assunto “local”. Se quisermos pensar na questão da intersubjetividade, é mister observar que MS, ao excluir MK da condição de gaúcho, está ela mesma afirmando a sua identidade, a sua adesão a tal comunidade, pois é de conhecimento público essa “autoridade” que o gaúcho porta, nos ditames da cultura, de excluir os não-porto-alegrenses de determinados assuntos. Isto é, ela é “obrigada”, talvez, pela cultura local a desautorizá-lo, marcando, assim, a sua identidade cultural.

Da mesma forma como MS afirma sua identidade ao excluir MS da condição de porto-alegrense, ele intervém em favor próprio alegando sua naturalidade, e chega a dar informações do hospital em que nasceu, o Beneficência Portuguesa, na Av. Independência. MS, por sua vez, alerta que precisará confirmar com sua amiga, KS, esposa de MK, da naturalidade dele, porque só assim, levando essa “negociação” das identidades construídas de forma conflituosa às suas últimas consequências, MS poderá aceitar os argumentos de MK sobre a dicotomia gaúcha Grêmio-Inter. Dizemos que essa construção da identidade se dá intersubjetivamente porque ela surge da necessidade, no diálogo, de ser afirmada pelo “eu”, de ser defendida quando esta é posta em dúvida por um *outro*.

Não há relação causal nem de nenhuma outra natureza entre o resultado do jogo de futebol e o lugar de nascença dos sujeitos que o debatem. Tanto é que torcedores brasileiros de times europeus podem nunca ter estado nos países dos times para que torcem, mas discutirão o resultado do jogo, a qualidade da atuação dos jogadores, e etc. tão bem ou mesmo melhor que os conterrâneos dos times. Em algumas culturas, no entanto, é necessário ser “autorizado” a discutir, de acordo com critérios tácitos mas conhecidos dos sujeitos, que compõem aquilo que se deve e o que não se deve dizer por tais sujeitos, porque estes pertencem ou não a uma dada comunidade imaginada.

De qualquer forma, ainda que não disponhamos de um “dado” para comprovar o que vamos dizer, é muito provável que MS também lance mão eventualmente de seu tempo vivido em São Paulo para, em algumas situações, estar autorizado a falar no lugar de um paulista/paulistano. Pode-se dizer, inclusive, na esteira deste raciocínio, que a sua identidade oscile nesses polos, talvez, quiçá em outros polos que desconheçamos também, mas sempre levando em conta aquilo que tenha de ser negociado com um determinado interlocutor que desafie sua condição de pertencimento a um lugar, a uma comunidade imaginada.

Assim, podemos dizer que sua identidade cultural não é fixa nem pré-fixada ou determinada pelo documento do lugar de nascimento. Ela acontece no momento dessa interação, em que o sujeito precisa afirmar-se, e chamamos esse efeito de “construção intersubjetiva da identidade cultural”, ainda que pensemos no termo “intersubjetiva” de uma maneira mais superficial do que a que se exigiria na teoria. Dizemos isto porque toda enunciação, toda participação em um diálogo, como vimos anteriormente, já é constituído pela intersubjetividade. A intersubjetividade da construção da identidade cultural não é específica; o que talvez seja específico é a necessidade da afirmação da identidade num contexto em que o outro desafia a condição de pertencimento, fazendo com que o sujeito a afirmar-se recorra a narrativas, como dizer em qual hospital nasceu, em que ruas brincou, etc. Isto é, é nesse momento de um diálogo maior que as referências a comunidades imaginadas, e os movimentos de inclusão e exclusão de si e do outro a elas, precisam acontecer, e que chamamos de condições específicas para a construção intersubjetiva das identidades culturais.

Na superfície, portanto, temos essa defesa da condição de pertencimento, como nos enunciados “sou [gaúcho] sim, nasci no beneficiencia portuguesa” e “mas não sou paulista, tah nasci aqui mesmo”. Na subjacência, no entanto, temos um sujeito emergindo diante do outro, e não só referindo e co-referindo pelo discurso, como nos ensina Benveniste, ao aqui e ao agora da enunciação, mas referindo-se também às comunidades imaginadas e valendo-se dos “discursos-sobre” tais lugares para justificar a sua identidade cultural e, com isso, legitimar seu direito de pertencimento.

Diálogo 2:

Situação de discurso. C, mulher, brasileira, portadora de passaporte italiano e que residiu por alguns anos na Inglaterra, refere-se a uma foto com os dois irmãos D e D1 tirada na Inglaterra e publicada numa rede social. Um dos irmãos vive na Inglaterra há muitos anos e tem lá uma vida estabelecida (não é mais um intercambista, um turista, mas praticamente um “cidadão inglês nascido no Brasil”). O outro viaja com facilidade para países na Europa pois possui, como todos os membros da família, o passaporte italiano. Na imagem (que não podemos exhibir), uma fotografia, que deve ter sido batida por ela, os dois irmãos estão sentados a uma mesa num *pub*, onde já estão postos alguns artigos de refeição.

C - Ok..falando em irmãos e saudades, achei umas fotos que valem a postagem. D.. e D1.. ..nem vcs lembram dessas!

C - certo que vcs estavam esperando um fish and chips!

TCC - Legal saber que eles estão bem..

C - **Tudo como deve ser**..colmans mustard, HF sauce, Heinz de todos tipos e claro Guinness!

RC - Saudade..como será que ta o G.. da Barra de Ibiraquera? Acho que rico né..por falar em praia D.., eu já aumentei o tamanho da minha prancha..hehehehe.

C - Pois e acho que deva estar apenas vivendo bem no meio da barra..ta ficando veinho e alongando a prancha p dar uma caminhada? Rsss

RC - hehehehe..que saudade..lembra que acordamos todos da pousada com a música Aquarius do D.. e do L..?hahahahahaha

C - paiacos!!

AT - Lindoooooosss

Nos termos do aparelho formal, C refere-se, enquanto locutora, refere-se aos irmãos, no enunciado “nem vcs lembram dessas”. Ainda que não estejam evidentes os índices de pessoa, de ostensão e de tempo, e a discussão sobre identidade do gaúcho, o enunciado que nos chama atenção, em negrito, significa adesão a uma outra comunidade imaginada. Pode bem ser parafraseado como “somos como os ingleses porque comemos o que eles comem”, isto é, fazemos tudo de acordo com as prescrições dessa cultura.

O enunciado “tudo como deve ser”, seguido de um inventário da culinária popular inglesa disposto à mesa, pode-se dizer, é um discurso de adesão à cultura inglesa. Em outras palavras, ao dizer como “deve ser”, dentro da cultura (que gesta a própria ideia de prescrições culturais, como nos diz Benveniste), ela está dizendo que estão cumprindo a prescrições, não que estas sejam explícitas, de “tudo como deve ser”, isto é, tudo como se deve fazer para ser inglês, para que se possa aderir, no momento mesmo da enunciação, a esta identidade cultural. A nossa hipótese aqui é que mesmo esse sujeito afirme a identidade de gaúcho, talvez desautorizando outros não-gaúchos, em algumas situações, agora manifesta outra possibilidade de identidade ao aderir a uma outra comunidade imaginada.

Diálogo 3.

Situação de discurso: CD. Mulher, porto-alegrense. Não há um motivo aparente, apenas interlocutores da rede social:

CD – chimarrão e samba é tão.. porto-alegrense.

LF – hahahaha - adorei!

Ainda que o enunciado de CD não explicita alocutários, cabe lembrar que eles estão na condição mesma da possibilidade de língua. O interessante, no enunciado, é a adesão a mais de uma comunidade imaginada, criando um conflito no interior da frase, digamos uma hibridização, pois “samba” é um tipo de música que, embora seja feito em todo o Brasil, é rejeitado como estilo de música que seja feita por gaúchos (estritamente falando, o gaúcho do nativismo e do regionalismo); é, portanto, música brasileira. Chimarrão, por outro lado, é uma bebida considerada típica do gaúcho, embora não restrita (nem a cultura do “gaúcho” nem a tal bebida) ao estado do Rio Grande do Sul. E, por fim, o adjetivo “porto-alegrense”, que no enunciado se transforma na comunidade imaginada que abrange (*tão* porto-alegrense) o que é brasileiro e o que é gaúcho.

Mostramos, com estes três diálogos acima, uma situação mais completa que incluiu a exclusão do outro seguida de sua defesa, a adesão à comunidade imaginada que forma a identidade do gaúcho; um enunciado que demonstra como um gaúcho (pelo critério do nascimento, entre outros) pode aderir a outra comunidade imaginada; e um enunciado que demonstra adesão de um sujeito a mais de uma comunidade imaginada ao mesmo tempo.

Depois deste grupo de itens analisados, um outro material a ser observado é o de um fórum numa “comunidade” de torcedores de um time de futebol do Rio Grande do Sul. Como dissemos anteriormente, os debatedores no fórum não necessariamente se conhecem pessoalmente, não precisam usar o seu nome verdadeiro, e tudo isso faz com que sua “face” esteja protegida, fazendo com que se sintam livres para trocar proposições até agressivas. Uma característica deste tipo de fórum é que ele pode permanecer por horas, dias, por muito tempo, e os debatedores retomam os argumentos que querem rebater ou aderir com os mecanismos que a escrita permite. Transcrevemos as partes desse diálogo que mais nos

interessan, que é quando um sujeito desautoriza outra na sua condição de gaúcho (como acontece no diálogo 1 acima). As primeiras páginas do debate estão nos anexos, a título de ilustração. É possível que se diga que o fórum não tenha terminado, pois ele é aberto e sem data. O que apresentamos é uma seleção, um recorte.

Há uma série de enunciados que são paráfrase das mesmas ideias, a partir de “o Rio Grande é nossa verdadeira pátria”, que ilustram a adesão a uma comunidade imaginada, o estado do Rio Grande de Sul configurando uma “pátria”, e no mesmo movimento de adesão/rejeição, uma série de enunciados como “SOU GAUCHO ANTES DE BRASILEIRO”, pois este tipo de enunciado já demonstra a lógica integral de se rejeitar uma comunidade e aderir a outra, muito embora, na realidade física, geográfica, isto não seja possível, pois está-se nas duas ao mesmo tempo. O que fica evidente, a partir deste tipo de enunciados, é que os sujeitos precisam necessariamente evocar discursos sobre o lugar; e situação de enunciação, o fórum com tema polêmico é o que os instiga a se manifestar.

Também há outros tipos de enunciado, como os que procuram conciliar o que não era divisível, “tenho orgulho em ser BRASILEIRO, tanto quanto GAÚCHO”, que demonstram adesão a duas comunidades. É importante ressaltar que este tipo de discussão não necessariamente faça sentido em qualquer lugar; é preciso que haja essa discussão na cultura, a contestação do lugar em que se vive (o país, por exemplo) e a adesão a uma comunidade “mais próxima” (o estado, a região do país) que, não diferentemente do lugar contestado, só é atingível através dos discursos sobre o lugar.

Ainda, um terceiro tipo de enunciado é aquele presente no diálogo 1, quando um dos interlocutores contesta (e aqui não sabemos muito sobre estes sujeitos, só temos acesso aos enunciados) a condição de gaúcho, como na sequência abaixo:

Diego

P.S.:

Se o resto do Brasil tivesse metade do orgulho que temos, nosso País seria 1 lugar bem melhor para se viver.

Túlio

Hino Nacional = Hino Rio Grandense

Meu PAÍS = RIO GRANDE DO SUL

José

"Se o resto do Brasil tivesse metade do orgulho que temos"

-

orgulho do quê, especificamente, tu tens?

kééviin

orgulho de ser gaúcho, de ter passado por tudo que passamos, pelo nosso povo, pelas guerras e por todas as vitórias da nossa 'republica'

José

"orgulho de ser gaúcho, de ter passado por tudo que passamos, pelo nosso povo, pelas guerras e por todas as vitórias da nossa 'republica'"

-

tu passou pelo quê? que vitórias tu teve? que guerras tu ganhaste?

+1

Ricardo

jose

ou vc é um grande ignorante e não conhece as vitórias históricas do nosso RIO GRANDE, ou tu não é gaúcho.

Se não gostas daqui, favor te retirar, é só cruzar o mampituba, é fácil.

Se não és gaúcho, vai também e leva a vaca paulista junto, que estes estrangeiros já incomodaram muito o nosso santo torrão gaúcho.

Nesta sequência, observamos que Ricardo desafia a condição de ser gaúcho de José, pois, se este não reproduz o discurso do “orgulho de ser gaúcho”, como fazem os demais, ele não cumpre com um preceito da cultura do que se deve dizer para pertencer a esta comunidade imaginada. Neste sentido que a construção da identidade cultural, perpassada por este tipo de conflitos, a cada vez que é enunciada é construída, sendo que os sujeitos podem atenuar suas proposições ou não, dependendo do contexto mesmo da enunciação, isto é, do aqui-agora, e do que talvez seja o mais importante de tudo, o alocutário em questão.

É possível observar, nos termos que propõe Benveniste, os índices específicos, pois eles estão mais ou menos organizando o diálogo (também para que os debatedores se entendam entre si). Há uso de vocativos, como por exemplo no enunciado abaixo, em que Ricardo dirige-se diretamente a jose:

Ricardo

jose

ou vc é um grande ignorante e não conhece as vitórias históricas do nosso

RIO GRANDE, ou tu não é gaúcho.

Outro fato muito importante a ser ressaltado desse enunciado, para a nossa discussão, é a elucubração que Ricardo faz em torno da identidade cultural de Jose. Ele postula as seguintes alternativas: ou é um ignorante por desconhecer as vitórias históricas, ou não é gaúcho. Isto porque, para cumprir as prescrições que a cultura impõe ao gaúcho sobre como ser, isto é, o que se deve dizer para ser reconhecido como, é necessário, em tese, reconhecer as vitórias históricas, aqui referindo-se provavelmente, ao mito fundador da Revolução Farroupilha, cuja “vitória” sobre a República do Brasil é discutível, mas não vamos entrar no mérito dessa questão porque não nos interessa ao trabalho. Em suma, Ricardo dá a possibilidade, no desenvolvimento do diálogo, de Jose aderir ao discurso corrente sobre o que é ser gaúcho, e em caso contrário, já está considerado excluído da possibilidade de portar (pelo menos no tempo que durar a interação entre eles) a identidade de gaúcho.

O final do enunciado de Ricardo, dirigindo-se a Jose, não deixa menos para comentarmos. Ele faz referência explícita aos limites geográficos entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o rio Mampituba, dizendo “Se não gostas daqui, favor te retirar, é só cruzar o Mampituba, é fácil.” O que está subentendido aí é que não reproduzir determinados discursos correntes do que se deve dizer, talvez rejeitá-los, dizer o oposto, significa não gostar do lugar geográfico. Depois ele se refere à ex-governadora do estado de maneira ofensiva, coisa bastante típica de debates informais, e diz que “estes estrangeiros já incomodaram muito o nosso santo torrão gaúcho”. Chamar pessoas nascidas em outros estados de “estrangeiros” é, evidentemente, fazer referência ao discurso que procura legitimar o estatuto de nação para a comunidade imaginada que compõe o lugar geográfico em questão. Além disso, se antes Ricardo cria a possibilidade de Jose não ser gaúcho, ele o está chamando de “estrangeiro” agora, que é a forma talvez mais direta de desautorizar o outro sobre os assuntos locais.

5.4 A elaboração de uma tipologia de enunciados como conclusão da análise enunciativas

Na esteira da metodologia para análise de um corpus enunciativo do trabalho de Pedretti, como vimos em 5.2, bem guardadas sejam as devidas proporções, propomos também uma tipologia, digamos, sintático-semânticos, para distribuir os enunciados de acordo com os

“movimentos” de construção intersubjetiva de identidade cultural possíveis, e eles são quatro, além de sus subdivisões e possíveis combinações entrecruzadas:

Baseando-nos em nossas observações, reiteramos que os sentidos produzidos pelos sujeitos na construção intersubjetiva das suas identidades culturais são pautados por “movimentos” de adesão/rejeição a uma comunidade imaginada, quando no enunciado o locutor fala de si (eu sou x, eu não sou y, eu sou não-y); e inclusão/exclusão do outro a uma comunidade imaginada (tu és x, tu não és y, tu és não-y). Observe o esquema abaixo:

- a) adesão a uma comunidade imaginada (eu)
- b) rejeição a uma comunidade imaginadas (eu)
- c) inclusão do outro numa comunidade imaginada (eu → tu)
 - c.1) inclusão do outro numa comunidade imaginada a qual o locutor adere
 - c.2) inclusão do outro numa comunidade imaginada a qual o locutor rejeita
- d) exclusão do outro numa comunidade imaginada (eu → tu)
 - d.1) exclusão do outro numa comunidade imaginada a qual o locutor adere
 - d.2) exclusão do outro numa comunidade imaginada a qual o locutor rejeita

Embora à primeira vista esta “tipologia” possa parecer um tanto simplória pelo viés próprio da linguística, pois trata-se sintaticamente de frases nominais e nisso não há nada de mais, argumentamos que questão se torna complexa, justamente, quando o sentido do enunciado remete ao exterior: o predicativo do sujeito (em termos gramaticais), que é muitas vezes um adjetivo regional, como “gaúcho” e outros, faz referência aos discursos sobre o lugar, realidade que chamamos, emprestando o termo dos estudos culturais, de comunidades imaginadas. Assim, ao enunciar “eu sou gaúcho” e suas variedades sintáticas, o locutor faz referência a uma série de discursos que dizem algo sobre o lugar, sobre a cultura do lugar, e sobre as pessoas que habitam o lugar.

Observando mais atentamente este tipo de interação, percebemos que a “autodenominação” (isto é, dizer “eu sou gaúcho”) não tem razão de ser senão em virtude de

um outro e em condições mais ou menos específicas de alocação. Pode-se dizer que, nos casos observados, há um conjunto de sentidos em disputa entre os sujeitos, e autodenominação da identidade cultural, pode validar ou não argumentos. Isto porque a noção mais comum de identidade cultural, a ideia de “pertencimento ao lugar”, bem como a de “ligação orgânica com o meio”, legitima tanto esta noção de identidade cultural quanto os discursos que constroem simbolicamente a comunidade imaginada.

6 Considerações finais

Papos de família

Uma vez, no decorrer da escrita da dissertação, numa conversa com um colega de trabalho que tínhamos conhecido há pouco, ele porto-alegrense, por alguma razão surgiu na nossa sala de professores uma discussão sobre os que não eram, entre os funcionários do IFRS, não-gaúchos. Ele apontou para mim como um não-gaúcho, pois a informação de que ele dispunha era que eu tinha nascido em Brasília. Eu retruquei dizendo que era gaúcho, sim, e ele ainda argumentou dizendo que eu não poderia ser, pois não tinha *nascido* no lugar, isto é, em território do estado do Rio Grande do Sul. Eu ainda tentei dizer que aquela questão documental não tinha, necessariamente, nada a ver com a *identidade do sujeito*. E ele finalizou a discussão dizendo que se tem que nascer no lugar para ser considerado *nativo*.

Ora, como já foi apontado na introdução, são os discursos, através dos sujeitos que os reproduzem, que se chocam entre si. Alguém poderia discordar da verdade expressa por esse meu colega? Tive que concordar com Bauman (talvez eu devesse ter escondido alguma coisa?; não por vergonha ou medo, mas para não parecer portador de uma identidade tão mais complexa, que é “pertencer” não ao lugar em que se nasceu) e me coloquei numa situação incômoda pois fui, mais uma vez, desautorizado a alegar a minha identidade cultural.

Outra experiência muito interessante foi na casa da minha mãe, numa interação com minha irmã mais nova. Por ocasião do feriado de 20 de setembro (data em que se celebra a Revolução Farroupilha), os ânimos do “nacionalismo” gaúcho se inflam, e muitos gaúchos, de nascimento ou de ocasião, expressam aos quatro ventos seu “orgulho de ser gaúcho”. Na sala da casa da minha mãe, portanto, onde estávamos eu e minha irmã, entre a atenção de televisão, internet e nós mesmos, eu comentei algo como achar exagerado e desmedido aquele orgulho todo (e talvez eu também tenha usado argumentos mais técnicos, digamos, o que também incomodam os adeptos dos discursos essencialistas sobre identidade). Após o meu comentário, ela me disse, num tom talvez até amargurado, algo como - “mas para que essa inveja?”. Essa reação dela foi algo realmente surpreendente pois, do ponto de vista dela,

minha irmã cuja história de vida se assemelha à minha (gaúcha sem certidão de nascimento para ser considerada nativa!) ela achou que meu comentário, a minha crítica, tinha ares de inveja. Claro que ela faz coro ao discurso “como é bom ser gaúcho” sem, no entanto, pensar muito sobre o assunto, eu suponho, sem problematizar a questão da natividade, por exemplo. E a nossa irmã mais velha, por outro lado, que conheceu da vida em Brasília quase tão pouco quanto eu, quando perguntada, diz-se brasiliense. O meu outro irmão, só para não deixar ninguém de fora, e que agora vive no estado vizinho, Santa Catarina, também encara a própria identidade de forma problemática, como eu particularmente. Sem esquecer da sua certidão de nascimento em Brasília, considera-se gaúcho pelas suas vivências, e crê na possibilidade de estar se “acatarinando”, pois ele, diferentemente da caçula, diverge do “orgulho de ser gaúcho”. O que se passa com essa gente?

Eis que surge uma hipótese: será que, pelo fato de termos sido, muitas vezes desautorizados a reivindicar o rótulo de identidade que efetivamente portamos, passamos a divergir das prescrições da cultura, não as do que se deve fazer, mas as do que se deve dizer?

Outros dados importantes a serem levados em consideração são; primeiro, que a questão da identidade cultura quase nunca surgiu entre nós, na verdade, e que o que sei ou penso saber sobre meus irmãos de seus pontos de vista, foi observando-os em conversas com outros; e segundo, existe esta casualidade que, da mais velha à mais nova, consideramo-nos, talvez, mais e menos gaúchos, e isso provavelmente se deve ao maior e ao menor tempo de infância vivida em Brasília, nossa terra natal.

A história familiar, sem dúvida, conta para identidade que se quer reivindicar. Eu tenho um amigo cujos pais não são gaúchos, e ele mesmo, assim como seus irmãos, nasceram em outros estados (mas não lugares que não tinha uma cultura própria como Brasília). Para eles, é fácil não se dizerem gaúchos, e mesmo tendo vivido pouquíssimo tempo na sua terra natal e a maior parte da sua vida no Rio Grande do Sul, ele prontamente assume a identidade não-gaúcha. Sua família, que era mais “nômade” do que a minha, tem o pai, a mãe e cada um dos três filhos nascidos em lugares diferentes. Na minha família, ao contrário, os pais e um dos avós eram todos de Porto Alegre, enquanto os outros avós eram de cidades próximas (Palmares do Sul e Montenegro), isto é, dentro do Rio Grande do Sul. Para todos os efeitos, não caberia aí o argumento de que temos, eu e meus irmãos, raízes gaúchas bem profundas? Nós sempre precisamos negociar com nossos interlocutores, dependendo da posição em que

estes se encontram em relação a identidades culturais, o nosso direito a reivindicar a identidade do gaúcho. É como se sempre tivéssemos que contar essa ou aquela parte da nossa narrativa; mas o se falar em *raízes* (que é um termo próprio do discurso essencialista, e que eu, em teoria, renego mas do qual me utilizo na prática dessas negociações intersubjetivas de identidade) ao se falar em raízes, os gaúchos mais “ortodoxos” só faltam repousar a mão sobre o peito e sair cantando o Hino Rio-Grandense, esperando, obviamente, que eu me junte a eles.

Uma conclusão a que chegamos, e com a qual procuramos validar o percurso teórico percorrido neste trabalho é o que vem a seguir. Existem os seres no mundo, referindo-nos aos seres da espécie humana (os sujeitos de fala, se quisermos). Eles possuem traços identitários que, *a priori*, não os definem, apesar da crença em contrário. No entanto, há discursos sedimentados na cultura sobre os traços identitários que dizem como a pessoa daquela condição deve agir (através de comportamentos esperados, e dos atos de fala presumíveis, também). Posto que estão nessas posições sociais específicas, as pessoas dizem o que dizem (são obrigadas a dizê-lo...) porque sempre falam a partir de um lugar social que é definido, desde o nascimento desse novo sujeito no mundo, intersubjetivamente na e pela linguagem.

Há também faltas. Retomando em breves linhas a hipótese de que a cultura pode se fundar e fundamentar nas “normas” do que se deve e do que não se deve dizer – e que também, em alguma medida, orientam a ação dos sujeitos no mundo -, supomos que exista um embate entre o que podemos chamar de *liberdade do sujeito* e o *determinismo da cultura*. Esta é uma discussão mais complexa, presente nas ciências humanas em geral, nas religiões (às vezes está subjacente a modos de visão de mundo), e etc, discussão que não teve um espaço de aprofundamento neste trabalho. O que nossa análise pode contribuir, talvez, para essa discussão, sem em hipótese alguma querer findá-la, é apontar para nossa conclusão generalizante obtida a partir do trajeto percorrido. Por um lado, reconhecemos que os sujeitos aderem ou rejeitam (ou ficam indiferentes a) discursos sobre comunidades imaginadas, e nisso há um determinismo, um limite dentro do qual o sujeito se posiciona. Da mesma forma, a língua é uma imposição da cultura, tanto na sua dimensão geopolítica (aprendemos a língua do lugar onde nascemos e/ou crescemos) quanto na sua realidade de ser o principal sistema de signos que significa. Por outro lado, pela própria existência do conflito entre o que se deve e não dizer, e o espaço de sentido entre estes pólos, que, na enunciação, pode-se falar em

liberdade dos sujeitos.

Nosso trabalho procurou mostrar como é possível analisar os índices de traços identitários específicos na construção de uma identidade cultural, coisa que acontece intersubjetivamente, pois cada sujeito, antes da necessidade de “defender uma posição” desafiada pelo outro, e a partir disso “ostentá-la com orgulho”, não se define a si. É possível que se diga que as identidades estejam lá nos sujeitos “adormecidas, esperando para serem despertadas.” E o que as desperta é a relação com o outro – matriz geradora da vida em sociedade cujas relações normatizam a cultura.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

AUSTER, Paul. *Invisible*. New York: Picador, 2010.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In. Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi / Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BOUQUET, Simon. Introdução à leitura de Saussure. São Paulo: Cultrix, 1997.

CÂMARA Jr. Mattoso. História da linguística. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 1975 (6ª ed.).

CAMÕES, Luís de. Os Lusíadas. Nova Cultural: São Paulo, 2002.

COOK, Guy. *Applied Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

BENVENISTE, Émile. Problemas de linguística geral I. Campinas: Pontes, 2005.

_____. Problemas de linguística geral I. Campinas: Pontes, 2006.

De MAURO, Tullio. *Cours de linguistique générale*. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot, 1972.

DOSSE, François. A História do estruturalismo Vol I – O campo do signo. São Paulo: Ensaio, 1993

_____. A História do estruturalismo Vol. II – O canto do cisne. Bauru, SP: Edusc, 2007.

DESSONS, Gérard. Émile Benveniste, *L'invention du discours*. Paris: In Press: 2006.

FLORES, Valdir. “Fato, nível da análise linguística e transcrição: três operadores da análise enunciativa”, 2012/1. (no prelo)

_____. Sujet de l'énonciation et ébauche d'une réflexion sur la singularité énonciative. In NORMAND, Claudine (Org.). Paralleles floues: ver une théorie du langage. 2012/2 (no prelo)

_____. et al. BARBISAN, Leci B., FINATTO, Maria José B., TEIXEIRA, Marlene (orgs) Dicionário de Linguística da Enunciação. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

FLORES, Valdir; BARBISAN, Leci B. "Sobre Saussure, Benveniste e outras histórias da linguística". In. NORMAND, Claudine. Convite à linguística. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, Valdir; TEIXEIRA, Marlene. Introdução à linguística da enunciação. São Paulo: Contexto, 2005.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Porto Alegre: DP&A, 1998.

JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. São Paulo: Cultrix, 2010.

KUHN, Tanara Z. Princípios de análise enunciativa de fatos de língua. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2009.

MATTELART, Armand & NEVEU, Érik. Introdução aos Estudos Culturais. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

NORMAND, Claudine. Convite à linguística. Valdir do Nascimento Flores e Leci Barbisan (orgs.); tradução de Cristina de Campos Velho Birck et. al. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. "Os termos da enunciação em Benveniste". In. OLIVEIRA, S. L et al. O falar da linguagem. São Paulo: Lovise. p. 128-150, 1996

SAUSSURE, Ferdinand. Curso de linguística geral. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. Escritos de Linguística Geral. São Paulo. Cultrix, 2002.

TEIXEIRA, Marlene. Análise do discurso e psicanálise. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

WEEDWOOD, Barbra. História concisa da linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WOODWARD, Katryn. 2000 In SILVA, Tomás Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença*. Petrópolis: Vozes.



Anexos:

Anexo 1 - Imagem do debate do Orkut

[OFF] HINOS - Postura de Grêmio e Inter

Início > Comunidades > Esportes e Lazer > Sport Club Internacional > Fórum: > [OFF] HINOS - Postura de Grêmio e Inter

mostrando **1-10** de **187** primeira | < anterior | próxima > | última

	<p>José [OFF] HINOS - Postura de Grêmio e Inter Na boa ouvindo os hinos da entrada do jogo do gayminho aqui fica extremamente claro o que eu já sabia faz um tempo, tanto inter quanto gremio cantam o hino do rio grande do sul e nem dão bola pro brasileiro. Sinto orgulho disso pq não vejo nenhum outro estado fazer isso, só não gosto do regionalismo exagerado. Mas é emocionante.</p>	12/05/10
	<p>Dudu & Gabi Assino embaixo.</p>	12/05/10
	<p>Willian isso aí, o rio grande é nossa verdadeira pátria..</p>	12/05/10
	<p>Natan Acho babaquice isso, na moral. Quer cantar o hino do Estado? Beleza, mas não na hora do hino nacional.</p>	12/05/10
	<p>Gustavo sempre foi assim</p>	12/05/10
	<p>Orso Natan Acho babaquice isso, na moral. Quer cantar o hino do Estado? Beleza, mas não na hora do hino nacional</p>	12/05/10
	<p>Paulo Não é a toa... O Hino do RS é lindíssimo.</p>	12/05/10

Algumas respostas nesta página foram excluídas ou estão sob revisão.

primeira | < anterior | próxima > | última

Anexo 2 - Transcrição do fórum

[OFF] HINOS - Postura de Grêmio e Inter

José

[OFF] HINOS - Postura de Grêmio e Inter

Na boa ouvindo os hinos da entrada do jogo [conteúdo ofensivo] aqui fica extremamente claro o que eu já sabia faz um tempo, tanto inter quanto gremio cantam o hino do rio grande do sul e nem dão bola pro brasileiro. Sinto orgulho disso pq não vejo nenhum outro estado fazer isso, só não gosto do regionalismo exagerado. Mas é emocionante.

. Dudu & Gabi

Assino embaixo.

Willian

isso aí, o rio grande é nossa verdadeira pátria..

Luzardo

Canto os dois, com orgulho.

Natan

Acho babaquice isso, na moral. Quer cantar o hino do Estado? Beleza, mas não na hora do hino nacional.

Gustavo

sempre foi assim

Orso

Natan

Acho babaquice isso, na moral. Quer cantar o hino do Estado? Beleza, mas não na hora do hino nacional

Paulo

Não é a toa...

O Hino do RS é lindíssimo.

Guilherme

Acho babaquice isso, na moral. Quer cantar o hino do Estado? Beleza, mas não na hora do hino nacional. [2]

Rodrigo

Acho essa louvação ao hino gaúcho e desprezo ao nacional uma coisa bem nazi-separatista. Não compartilho.

José

mas quem falou encima do hino do nacional? as vezes toca dps e o torcedor canta com muitos mais vontade do que o nacional so isso nao to discutindo nacional x regional. e o hino do rio grande do sul é o mais afude

GUSTAVO

Sou brasileiro antes de gaúcho. Canto alto os dois hinos. Amo esta terra.

Amanda

Canto os dois também. Mas do Rio Grande do Sul, sem comparação, me arrepia, me sinto diferente, sei lá, não sei explicar.

M@rx (S.C.I)

Canto os dois !

Robson

Luzardo
Canto os dois

Luiz Fernando

Acho babaquice isso, na moral. Quer cantar o hino do Estado? Beleza, mas não na hora do hino nacional. 3

Natan

Se não for na mesma hora, eu acho massa. É legal honrar o Estado que se ama, mas não é necessário desonrar uma bandeira pra honrar outra.

Verônica

muita gente de outros estados desconhecem seu próprio hino, pra muitos é como se nem existisse. de certa forma, acho bacana essa identidade q o gaúcho tem.
mas nao acho legal colocar um acima do outro. são iguais em importância (mas o do RS é mais bonito)

Débora

Acho babaquice isso, na moral. Quer cantar o hino do Estado? Beleza, mas não na hora do hino nacional. [3]

-

e se não quer cantar o hino do Brasil, não canta, mas um pouco de respeito faz bem. ainda tem gente, como eu, que tem orgulho de ser brasileiro, e pra mim é uma falta de educação gigante isso.

Js?a??a?

aqui em Santa Catarina ninguem conhece o hino
acho legal esse amor pelo estado de vcs

Júlio

aqui em SP ninguem conhece o hino de SP tambem :S
e acho tosco esse regionalismo gaúcho.. só vocês querem separar do brasil

Tiago

"rio grande minha republica" = (fraude no detran, yeda/feijo, roubo da reitoria da ufsm, fraudes na pm do estado)

Déh & Messer

21:52 (13 minutos atrás) Natan

Acho babaquice isso, na moral. Quer cantar o hino do Estado? Beleza, mas não na hora do hino nacional. [4]

Isso mostra nacionalmente a falta de educação de alguns.

Hora do hino é momento solene...Se prefere um ao invés de outro, n cante, respeite ao menos.

Verônica

Júlio

meia dúzia quer separar. tá longe de ser unanimidade.

Pq tosco?

Marcio

Acho babaquice isso[2]

Canto os dois com orgulho!

Pablo

Acho errado, tenho orgulho em ser BRASILEIRO, tanto quanto GAÚCHO!!

Alex

mais um topico sobre isso? cansei ja!

Diego
vai estudar mlkk

Nado
Somos diferentes...somos guerreiros!!!

Diego
Tá pessoal!
Eu seeei que o RS sem o Brasil seria bem ruim e tal... mas é que nao dá pra ter orgulho de um país com uma história tão ridícula quanto a do Brasil... em compensação a história riograndense(que eu admito nao conhecer muito) é muito melhor, faz o cara ter orgulho de ser Gaúcho!

Verônica
Júlio
não é maioria, é bem o contrário.
Vc acha exagero apenas pq estranha isso, é pq onde vc vive isso não existe. Normal q te chame atenção. Aqui é muito natural usar as cores. Não é nenhuma tentativa de parecer maior q o brasil. Desde pequenos temos contato com a cultura regional, aprendemos o hino e os símbolos no colégio.

Déh & Messer
Diego, quem foi que colocou ela no poder????????????
E outra... RS parou no tempo há anos...

Júlio
Diego
ja ouviu falar dos bandeirantes paulistas?

Verônica
é , aqui realmente nao tem essas coisas

mas tambem, se colocassem preto vermelho e branco (as cores do sp)
confundiriam com as cores da bambizada

e o palmeiras por exemplo poe as cores da italia (?)
antes RS que itália né ahuhua

Diego
Júlio
Aqueles carneiros compostos por, em sua maioria, índios, em busca de riquezas??
já, sim...

Déh & Messer
Júlio
Aqueles carneiros compostos por, em sua maioria, índios, em busca de riquezas??
já, sim...

kkkkkkkkkkkkkk... Vai estudar História...
Essa eu ri alto aqui.

Verônica
Júlio
é.. as cores da itália só faz sentido pelo clube mesmo, não que a torcida prefira ser italiana.

No colégio, aqui, é quase matéria de colégio aprender a desenhar o brasão, bandeira, mapa. Em datas cívicas se aprende tanto os hinos do brasil (bandeira, república e nacional) quanto do RS. Por isso se conhece e, conhecendo se valoriza a própria cultura (bem, no meu tempo era, nao sei como anda isso hj em dia). Todos os outros estados poderiam fazer o mesmo, se conhecer e se valorizar, já q somos várias culturas num país só.

GUSTAVO

meu deeeeeeeus quanta bobagem!

é por isso que pretendo ser professor de história !

Déh & Messer

Verônica... Em Manaus nos colégios tem as matérias de História e Geografia do Amazonas.

Mauro

canto os dois

Diego

Déh & Messer

VAI LÁ SOR! me dá uma aula de história, aproveita que amanhã tenho prova de história, é sério...

Furini,

meu deeeeeeeus quanta bobagem! [2]

Luiz

SOU GAUCHO ANTES DE BRASILEIRO...

Verônica

Déh & Messer

história e geografia acho q todos aprendem em seus estados. eu tava falando dos símbolos cívicos, tipo hino, bandeira, brasões e seus significados. todo ano, no 20 de setembro, lá íamos nós marchando e cantando o hino até a praça onde está o monumento de bento gonçalves (era divertido). mas acho q hj não fazem mais (tri véia eu)

Fabiano "Oggh"

Menos, menos.

Michel v

sulistas rules!!!

\o/

Júlio

Diego

ahahuhuaahuhuaa

índios? UHAHUAHAU

vai zerar a prova

Pablo

Canto os dois!

Rafael

frescura esta parte de hino, começa o jogo logo...caramba...

Gilmar

Tu n gosta de regionalismo exagerado?? e oq fazem na hora do hino oq é entao ??hehehehe

kéviin

O RIO GRANDE É O MEU PAÍS!

ps: na final do gauchão, quando tocaram o hino rio-grandense foi lindo de ver, as duas torcidas, cantaram juntas. muito lindo.

Carolina Ingrid

Não precisa odiar ou desprezar o Brasil para amar o Rio Grande. Eles não são inimigos, um é filho do outro e um não existe sem o outro.

"Por mais de trezentos anos
fui pastor e sentinela
Na linha verde e amarela,
peleando com castelhanos,
Gravando com "los hermanos"
a epopéia do fronteiro!
Poeta, cantor e guerreiro
da América que nascia
Na bendita teimosia
de continuar brasileiro"

Jeferson

tipo o RS entrou em conflito com brasil durante mais ou menos 10 anos e depois foi ajudar na guerra do paraguai.
mas contra os catelhanos(uruguaios e argentino)foram mais de 100 o povo defendendo suas terra contra invasões e guerra
ai vem um torcida que se diz gaucha e bota o nome de alma castelhana

Diego

SOU GAÚCHO!!

Nasci no Brasil porque não foi possível separar e nunca será.

Não conheço 1 povo tão apaixonado por seu estado como o nosso, por isso me arrepio sempre que escuto o hino do Rio Grande.

Não sei cantar o hino brasileiro, como a maioria dos brasileiros, mas o hino de meu estado sei desde que me entendo por gente, assim como todo bom gaúcho.

Estou vendo alguns paulistas no tópicico fazendo pouco caso de nossa cultura e até brigando com alguns gaudérios mais exaltados.

Cada estado tem sua cultura e se o gaúcho canta seu hino com orgulho e usa as cores da bandeira com tanto orgulho quanto, isso é problema ou virtude nossa. Se temos uma paulista corrupta no poder, isso é culpa e problema nosso.

Sei que separar não é solução para nada, mas me encho de orgulho ao falar que sou gaúcho antes de qualquer coisa.

É inexplicável ao resto do Brasil o amor que temos à nossa Pátria Rio Grandense e se o Brasil não gosta, o problema não é meu.

Saudações Coloradas!!

Diego

P.S.:

Se o resto do Brasil tivesse metade do orgulho que temos, nosso País seria 1 lugar bem melhor para se viver.

Túlio [S.C.I.]

Hino Nacional = Hino Rio Grandense

Meu PAÍS = RIO GRANDE DO SUL

José Patricio

"Se o resto do Brasil tivesse metade do orgulho que temos"

-

orgulho do quê, especificamente, tu tens?

Raphael

babacas...

kéviin

orgulho de ser gaúcho, de ter passado por tudo que passamos, pelo nosso povo, pelas guerras e por todas as vitórias da nossa 'republica'

José Patricio

"orgulho de ser gaúcho, de ter passado por tudo que passamos, pelo nosso povo, pelas guerras e por todas as vitórias da nossa 'republica'"

-

tu passou pelo quê? que vitórias tu teve? que guerras tu ganhaste?

Jehan Piero

Sou bairrista. E tenho dito.

Tomás

Tinha que cantar os dois com o mesmo orgulho...

andressa bastos

Nasci no Brasil porque não foi possível separar e nunca será.

Não conheço 1 povo tão apaixonado por seu estado como o nosso, por isso me arrepio sempre que escuto o hino do Rio Grande.

Não sei cantar o hino brasileiro, como a maioria dos brasileiros, mas o hino de meu estado sei desde que me entendo por gente, assim como todo bom gaúcho.

Estou vendo alguns paulistas no tópicico fazendo pouco caso de nossa cultura e até brigando com alguns gaudérios mais exaltados.

Cada estado tem sua cultura e se o gaúcho canta seu hino com orgulho e usa as cores da bandeira com tanto orgulho quanto, isso é problema ou virtude nossa. Se temos uma paulista corrupta no poder, isso é culpa e problema nosso.

Sei que separar não é solução para nada, mas me encho de orgulho ao falar que sou gaúcho antes de qualquer coisa.

É inexplicável ao resto do Brasil o amor que temos à nossa Pátria Rio Grandense e se o Brasil não gosta, o problema não é meu.

Saudações Coloradas!!

+1

Ricardo

jose patricio

ou vc é um grande ignorante e não conhece as vitórias históricas do nosso RIO GRANDE, ou tu não é gaúcho.

Se não gostas daqui, favor te retirar, é só cruzar o mampituba, é fácil.

Se não és gaúcho, vai também e leva a [conteúdo ofensivo] paulista junto, que estes estrangeiros já incomodaram muito o nosso santo torrão gaúcho.

José Patricio

" amor que temos à nossa Pátria Rio Grandense"

-

que pátria?

José Patricio

"Se não és gaúcho, vai também e leva a cadela paulista junto, que estes estrangeiros já incomodaram muito o nosso santo torrão gaúcho."

-

FALCÃO, VALDOMIRO, FERNANDÃO, FIGUEROA, MANGA, CLEMER, GUIÑAZÚ, NILMAR, PATO, DARIO, LULA. nenhum gaúcho. ABS.

Marcio

O engraçado....

É que quando vou ao Gigante, sempre que tem o hino nacional, vejo todo mundo cantar em alto e bom som (como no final da sul americana)

E todos cantam também o hino Rio Grandense..., não acho nada parecido com o que faz a torcida deles, que cantam o Rio Grandense em cima do nacional!

Não entendi o autor do tópico, ou não fui em jogos suficientes....

Diego

ORGULHO.

Tenho orgulho em saber minha cultura, saber meu hino, conhecer minha história, saber que meu estado lutou durante anos para defender as fronteiras, tenho orgulho de ter nascido num lugar lindo, tenho orgulho de torcer para o INTER e saber que a rivalidade com o GAYmio é uma das maiores do Brasil.

Me referi ao fato de que a maioria do povo brasileiro não tem apego a seus estados de origem, não sabem hino, não aprendem muito nas escolas sobre sua cultura.

Morei em vários lugares no Brasil e no mundo e posso te afirmar que o brasileiro não tem tanto orgulho em ser brasileiro como outros povos que conheci.

?NaTi?

Apesar de tudo AMO o Brasil acima de qq regionalismo!

Sou gaúcha e brasileira com muito orgulho.

José Patricio

tenho amor por quem paga meu salário.

[S.C.I] Eliezer

Meu país: Brasil

Meu Estado: Rio Grande do Sul

Somos de um país, onde tem muitos problemas, corrupção, leis ridículas e etc. Contudo, temos de ser muito gratos pelo mesmo, pois somos privilegiados de estarmos em um país onde, não acontece terremoto, tsunامي, vulcões e etc....

E pro povo que quer por o RS acima de QUALQUER COISA, não tenho nada contra. Mas não tenho nem um pouquinho a favor!

Jehan Piero

"Se o resto do Brasil tivesse metade do orgulho que temos"

-

orgulho do quê, especificamente, tu tens?

Eu acho que falo pela maioria se não por todos, orgulho da cultura tradicionalista que temos. E orgulhosos somos desse orgulho.

PROENÇA,

Acho essa louvação ao hino gaúcho e desprezo ao nacional uma coisa bem nazi-separatista. Não compartilho.
[n+1]

cantemos ambos com orgulho, sem menosprezar nenhum dos dois.

fim.

Diogo

Meu Deus num tempo de globalização onde as fronteiras praticamente
inexistem...não só entre estados mas entre nações, ficam com essa bobagem ainda

O Rio Grande sem o Brasil seria um Haiti na boa, sem contar as questões culturais que são belíssimas em todo o
Brasil

e ainda mais que quase não temos gauchos no elenco

essa coisa de fanatismo regional cega beirar o ridículo

isso é coisa de colono atrasado achar que só aqui é bom

ps: sou gaúcho

Jehan Piero

" amor que temos à nossa Pátria Rio Grandense"

-

que pátria?

Quem és tu para não permitir denominarmos a terra onde criamos raízes de pátria?